

ANGOLA – O PAPEL DO SECTOR ENERGÉTICO NA
COMUNIDADE DE DESENVOLVIMENTO DA ÁFRICA
AUSTRAL – ESTUDO DE CASO DO PETRÓLEO

Antónia Joana Manuela Fragoso

Dissertação em Ciência Política e Relações Internacionais/ Relações Internacionais

(MAIO, 2010)



Dissertação apresentada para cumprimento dos requisitos necessários à
obtenção do grau de Mestre em ciência Política e Relações Internacionais/
Relações Internacionais, realizada sob a orientação científica da Professora
Doutora Catarina Mendes Leal

Dedicatória

*Ao meu pai Félix
Nogueira e à
memória da minha
mãe Lina
Tchokonano*

Agradecimentos

Como nada na vida é fruto exclusivamente do trabalho de uma só pessoa, esta dissertação, sem dúvidas, resulta do contributo de várias pessoas na qual quero expressar a minha imensa gratidão e carinho a todos aqueles que me acompanharam nestes dois anos de descobertas e aprendizado bem como as instituições que me deram suporte:

Ao meu querido pai Félix Nogueira, aos meus queridos irmãos Messias, Eunice, Silas (este já falecido), Joel, Angelina, Francisca, Mirtes, Sandra, Suzana e Jurema, que suportaram de forma incrível a minha ausência neste período de tempo.

Primeiramente devo agradecer à minha paciente Orientadora Catarina Mendes Leal, pela confiança depositada e pelo seu apoio, tolerância, perseverança e acima de tudo paciência e que acompanhou os momentos desta pesquisa e pela sua receptibilidade e disponibilidade incondicional apresentada, pelo seu estímulo para enfrentar os desafios que surgiram no decorrer deste trabalho de investigação.

Ao Professor Doutor José Esteves Pereira, pelo grande apoio, incentivo prestado na elaboração desta dissertação. À Professora Doutora Teresa Rodrigues pela sua ajuda na minha integração e adaptação durante os dois anos que durou o mestrado.

Ao senhor Massamba Cardoso, Director de Gabinete do Ministro dos Petróleos, pela sua ajuda no acesso ao material que junto do Ministério me pude fornecer durante o percurso da investigação. Aos Funcionários do Ministério dos Petróleos o meu muito obrigada.

Aos senhor Dionísio da Fonseca e o senhor Estêvão Félix, funcionários da Sonangol (SEDE) o meu agradecimento pela disponibilidade do material que me foi facultado para a realização e conclusão desta dissertação.

Ao Senhor Geraldo Lumingo, pelo apoio e por ter sempre acreditado em mim, a senhora dona Dina Candimba e ao senhor Eugénio Carlos Almeida a estes o meu eterno agradecimento.

Ao Professor Mário Pinto de Andrade pelo apoio, força, compreensão, sabedoria e pelas valiosas contribuições e pontos de reflexão que me tem dado a todos os dias.

Ao professor João Milando pelas aulas de metodologia e sabedoria prestadas, o meu profundo agradecimento.

Ao Instituto Nacional de Bolsas de Estudos (INABE) e a Secretaria do Estado para o Ensino Superior por me terem estimulado à prosseguir os estudos e pelo apoio incondicional prestado. Especial agradecimento vai ao Director do INBABE Jesus Baptista, ao Secretario para o Ensino Superior Adão do Nascimento, aos demais funcionários do INABE, a Senhora Antónia e a Senhora Francisca, o meu muito obrigada.

Aos meus amigos, colegas de turma e a outros “Dantescos” que tive a oportunidade de conhecer, conviver e partilhar ideias: Nani Vontade, Henda Pitra, Maria da Costa, Gilson Lázaro, Júlia Ebo, Clara Cândido, Indira Mascarenhas e Lany Mandiga.

A todos especificados, assim como outros não mencionados aqui que contribuíram directa ou indirectamente para a materialização desta dissertação e a minha estadia em Portugal vai o meu reiterado “TUAPANDULA”. *

*Obrigado.

Palavras-chave: Angola, Interesses, Petróleo, SADC, Integração Económica Regional.

Resumo

O presente trabalho visou responder a uma pergunta de partida que se subordinou ao tema “Angola – O Papel do Sector Energético na Comunidade de Desenvolvimento da África Austral-SADC. O Estudo de Caso do Petróleo.”

Para responder a essa questão, investigou-se o sector energético angolano, nomeadamente a indústria petrolífera, como um dos motores do crescimento e como fonte geradora de energia e de receitas para o governo angolano, bem como o desempenho de Angola na Comunidade de Desenvolvimento da África Austral, num período estudo entre 1980 a 2009.

A dissertação está dividida em duas partes e é composta por 6 capítulos, contendo uma vasta bibliografia comentada.

Na Parte I deste trabalho - Dinâmicas Regionais em África – procuramos cobrir as seguintes dimensões regionais do continente africano: (i) histórica, desde o século XV, passando pela Conferência de Berlim, até aos nossos dias; (ii) integração regional no Continente Africano, do ponto de vista teórico e prático; (iii) A Comunidade de Desenvolvimento para África Austral, olhando para a sua criação e papel no desenvolvimento da África Austral.

Na Parte II – Angola um parceiro energético em crescimento – debruçamo-nos sobre (i) o contexto histórico de Angola (séculos XVI-XXI), bem como a evolução do ponto de vista político; (ii) a organização do sector petrolífero angolano e a partilha da renda energética; (iii) finalmente, analisa-se a relação e o papel de Angola na SADC. Nesta última, em termos mais práticos são apresentados dois SWOTs – uma sobre a Estratégica da Indústria Petrolífera em Angola e outra sobre Análise estratégica da situação angolana 2007-2008 – e os riscos que apresentam alguns países da SADC, no que toca as trocas comerciais, aos investimentos e negócios.

Nas considerações finais são expostas as ilações da investigação realizada, salientando, de uma maneira geral, o estabelecimento dum triângulo entre os interesses e vontades recíprocas entre Angola – Petróleo e a SADC do ponto de vista do processo de integração económica regional.

Keywords: *Angola, Interests, Oil, SADC, Regional Economic Integration.*

Abstract

The objective of this Dissertation is to answer the umbrella question's dissertation "Angola-The role of energy in the Community of the Southern African Development-SADC. The case study of oil".

To answer this question, we investigate the energy sector, namely oil industry, as one of the causes of growing as well as a generate source of energy and Angola State's receipts in the Community of the Southern African Development, covering the period from 1980 to 2009.

The Dissertation is divided into two parts and it is composed by six chapters, with a large commented bibliography.

In Part I of the Dissertation - Regional Dynamics in Africa - we look to cover the following regional dimensions of the African continent: (i) historical, since the fifteenth century, through the Berlin Conference, to this day, (ii) regional integration on the African Continent from the theoretical and practical point of view, (iii) The Community of the Southern African Development, looking for it's role in the creation and development of Southern Africa.

In Part II - Angola an energy partner in growth - we have looked at (i) the historical context of Angola (XVI-XXI), as well as developments in the political point of view, (ii) the organization of the Angolan oil sector and sharing of energy income, (iii) finally, it explores the relationship and the role of Angola in the SADC. In the latter, in more practical terms are presented SWOTs two - one on the Strategic Petroleum Industry in Angola and another on a strategic review of the angolan situation 2007-2008 - and the risks posed by some SADC countries, regarding trade, investment and business.

In the Final Considerations, the conclusions from research carried out are presented, stressing, in general, the establishment of a triangle between the interests and reciprocal wills between Angola - Oil and SADC in terms of the process of regional economic integration.

Índice

Introdução-----	5
I. Dinâmicas regionais em África-----	6
Cap. I – Enquadramento histórico da realidade africana-----	6
1.1- Do século XV à conferência de Berlim-----	9
1.2- Da conferência de Berlim aos nossos dias-----	12
Cap. II- A Integração Regional no Continente Africano-----	16
2.1. Caracterização das economias africanas-----	18
2.1.1- Recursos energéticos na África austral-----	26
2.2. Contextualização e lógica das teorias de integração-----	31
2.3. As organizações internacionais africanas: Organizações Internacionais-----	31
2.3.1. Conceito-----	33
2.3.2- As Organizações Internacionais africanas/multilateralismo-----	42
Cap. III – A Comunidade de Desenvolvimento para África Austral-----	45
3.1- Da SADCC (Southern African Development Coordination Conference) até à SADC-----	54
3.2. Papel da SADC no desenvolvimento da África Austral-----	60
II – Angola um parceiro energético em crescimento-----	61
Cap. IV-----	61
4.1. Angola: contexto históricos – séc. XVI-XXI-----	62
4.2. Angola Política-----	73
Cap. V-----	74
5.1. Angola e os hidrocarbonetos-----	81
5.2. A estratégia de diversificação angolana— A parceria com a China-----	86
5.3 A partilha da renda energética em Angola-----	90

Cap. VI Angola – SADC – Petróleo um triângulo magro? -----	94
6.1. O Estado da economia angolana no contexto africano e da SADC-----	103
6.2. Cruzamento de interesses Angola, SADC e a realidade do petróleo-----	110
Riscos do Ambiente de Negócio dos Membros da SADC-----	118
Considerações Finais-----	121
Bibliografia-----	131

Lista de figuras e tabelas

Figura 1. Percentagem de mortes do conflito á escala mundial-2007-----	18
Figura2: Principais reservas de produção de petróleo dos países da bacia da África Ocidental 2008 (% quota em termos mundiais) -----	22
Tabela 1: Empresas petrolíferas existentes no Ocidente e Sul de África-----	24
Tabela 2: Composição das Organizações Regionais na África Austral e Oriental-----	36
Figura 3: Países membros da SADC-----	49
Figura 4: Território de Angola-2009-----	63
Figura 5: Lógica do Conflito angolano-2010-----	67
Tabela 3: Indicadores de Desenvolvimento de Angola-2009-----	72
Figura 6: Empresas petrolíferas em Angola-2009-----	75
Figura 7: Concessões em Angola-2009-----	80
Figura 8: Origem das importações de petróleo bruto da China 2008-2009-----	85
Tabela 4: Previsões para o crescimento económico angolano-2009-----	96
Tabela 5: Projecção do PIB angolano para o ano de 2008 nos diferentes sectores-----	99
Tabela 6: Previsões económicas do FMI-revisão de Janeiro de 2009-----	100
Tabela 7: Facilidades de fazer negócio em Angola-2009-----	103
Tabela 8: Análise estratégica da indústria petrolífera em Angola 2007-2008-----	106
Tabela 9: Análise estratégica da situação angolana 2007-2008-----	107
Figura 9: Ranking de riscos do ambiente de negócio por país (médio e longo prazo) 2009-----	111
Tabela 10: Status-SADC sobre políticas de concorrência 2008-2009-----	117

Introdução

Na presente dissertação, pretende-se compreender e analisar a situação de Angola nos diferentes aspectos, político, económico e social, mais concretamente no sector energético, tendo em conta as enormes potencialidades que tem em termos de capital humano, político, económico e de desenvolvimento, após quase uma década de paz, em que o desenvolvimento económico e social deixou de ser uma miragem e começou a ser uma realidade concreta e plausível.

O sector petrolífero ocupa, um papel chave no desenvolvimento da economia mundial, podendo-se destacar o caso de Angola, onde o petróleo constitui um canal fundamental para o desenvolvimento da economia angolana. Neste contexto, é importante compreender melhor o funcionamento deste sector, o seu posicionamento dentro da economia angolana, bem como o papel que Angola desempenha dentro da Comunidade de Desenvolvimento da África Austral-SADC.

Em termos de localização temporal, a primeira parte desta dissertação debruça-se sobre o enquadramento histórico da realidade africana. Numa fase subsequente, aborda-se a integração económica regional dos países da África Austral-SADC, desde a criação da SADCC em 1980, na qual Angola desde já desempenhava as funções de país coordenador das políticas do sector energético, com particular destaque para este sector dentro do bloco; bem como o seu contributo no sector energético. Do ponto de vista do sector energético angolano, o nosso estudo centra-se na evolução do sector petrolífero e o seu papel dentro da economia angolana e na região, como um dos elementos catalisadores do sector energético de Angola. Da necessidade em compreender o sector energético angolano – o petróleo no contexto da economia nacional e o papel que este desempenha no caso angolano na SADC- sentimo-nos quase obrigados a estabelecer o nosso período (tempo) de estudo, para que possamos fazer uma melhor análise do tema. O nosso estudo centra-se em 2 períodos: 1º. O período da independência de Angola – 1975; 2º. O período pós independência até aos dias de hoje (a nova era angolana).

Numa abordagem histórica, e atendendo aos acontecimentos políticos e histórico-diplomáticos passados em África, nas últimas duas décadas, propomo-nos fazer análise político-histórica, tendo em conta os acontecimentos energéticos dos últimos anos, ligados às crises do petróleo do início e final da década de 70 do século XX.

Na realidade, a história ensina que cada século tem uma lógica e interpretação própria. No século XIX, a lógica foi a do domínio dos mares; no século XX, foi sobretudo ideológico-política. A lógica neste início do século XXI, poderá ser de detenção de recursos energéticos na qual os países ou comunidades que controlarem as reservas, produção e comércio, controlarão sobremaneira os acontecimentos globais.

De forma complementar, o presente trabalho integra uma abordagem interpretativa, tendo em conta a utilização de bibliografias relacionada com os vários temas e subtemas em que o trabalho se desdobra, bem como sites da internet, comunicações, conferências. Pretende-se igualmente uma interpretação dos dados históricos, políticos e económico-sociais, tendo em conta a um contexto histórico sempre presente, bem como a estratégia política em especial e novas perspectivas presentes e futuras.

No continente africano, a África Austral terá um papel muito importante, no desenvolvimento da lógica energética emergente, na qual com os blocos económicos, como a União Europeia, NAFTA, ASEAN e MERCOSUL, África terá igualmente o seu parecer, não só nas questões energéticas e alternativas de energias renováveis, como nas questões de responsabilidade social e ambiente.

O presente objecto de estudo desta investigação visa caracterizar o sector energético angolano, nomeadamente a indústria petrolífera, isto é, desde o início da sua actividade concernente aos actuais desafios na economia angolana e na SADC. Passa por compreender melhor o funcionamento e o contributo que este tem dado ao país e a possibilidade de colocar Angola num papel de destaque dentro e fora da região, bem como, debruçar-se sobre o papel que Angola presta nesse sector dentro da SADC.

Os objectivos desta dissertação, centram-se numa lógica histórica, política e socioeconómica, tendo como pano de fundo a realidade da África Austral, com o papel central de Angola, como um dos principais produtores e exportadores de Petróleo. O principal objectivo desta dissertação, é procurar encontrar resposta para a seguinte pergunta: Será o petróleo, como fonte geradora de energia o elo de ligação entre Angola e a SADC? Com isto pretendemos entender qual é a relação do ponto de vista de integração existente entre os diferentes países da região.

Hipótese do problema a investigar:

Melhorando estrategicamente os seus parceiros comerciais, estabelecendo as suas trocas comerciais mais com os países da SADC, estaria Angola a aumentar o processo de integração no bloco?

Em termos estruturais, a dissertação está dividida em duas partes – século XIX e século XX – e estruturada em seis capítulos.

O primeiro capítulo, fazemos um breve enquadramento histórico da realidade africana, desde os seus primórdios, passando pela realidade colonial, a ocupação das potências aos territórios africanos, tendo uma repercussão pela partilha de África, fazendo parte do processo de desenvolvimento político e sustentação económico-social. Este enquadramento, é feito, num primeiro plano, numa perspectiva africana e regional na África Austral, no âmbito da Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral e num segundo plano, é feito com uma análise exaustiva e profunda da realidade angolana.

Em seguida analisamos a integração regional africana, contextualização e lógica das teorias de integração regional, no qual, as questões teóricas e sua sustentação são essenciais, para compreender o âmbito e as limitações africanas e angolanas, num processo de integração mais lento, do que aquilo que seria de esperar. Neste capítulo, é primordial, compreender a evolução, de uma união aduaneira, até a união económica e monetária, sendo os processos evolutivo e em transformação sistemática.

No terceiro capítulo, aprofundamos e estruturamos o papel da Comunidade de Desenvolvimento da África Austral, numa abordagem, histórica, política e de justificação formal, para a sua existência. A SADC teve uma evolução política, com base na vontade dos chefes de Estados presentes, mas tem sofrido mutações e alterações, com vista a criação de uma comunidade de integração, na qual todos os Estados-membros, num futuro próximo delegarão uma parte dos seus poderes e competências, e transportarão parte de suas soberanias de uma forma mais plena e confiante, a uma única estrutura orgânica – SADC.

Ainda, na última parte do terceiro capítulo, aborda-se a sistemática estritamente político-histórica desde o seu surgimento ainda SADCC nos anos 80, até à actualidade,

tendo em conta o mérito, o propósito e a realidade da África Austral, com países com uma estrutura política, social e económica completamente diferenciada.

Na segunda parte deste trabalho centramo-nos no caso de Angola.

Assim, no capítulo quarto, fizemos um enquadramento histórico de Angola, desde os descobrimentos e a dependência política de Portugal, até ao período de independência (1975) e posteriormente a afirmação da sua entidade e caminho para o desenvolvimento e prosperidade.

Ainda no final do capítulo quarto, no início do quinto capítulo, relativo ao cerne do trabalho, aborda-se o sector do Petróleo, como fonte de obtenção de divisas, mas também como forma de potenciar o desenvolvimento económico e social, ou invés uma forma de manter uma elite no poder e grandes ligações de corrupção e atraso irreparável.

No capítulo quinto, estabelece-se uma ligação e uma lógica, entre a questão política, económica e social, face a enorme riqueza em recursos naturais, que existem em Angola. O petróleo para Angola, é fonte de riqueza inesgotável, mas também levanta-nos um ponto: uma das explicações para as enormes desigualdades e desequilíbrios sociais e económicos em todo o seu território. Um factor de destaque ainda nesse capítulo, é a evidente relação de cooperação que Angola vem mantendo com a China nas mais diversas áreas de desenvolvimento.

O último capítulo, estabelece-se uma ligação concreta e real, entre o Estado da economia angolana e a situação real pela qual passa a SADC, nomeadamente ao nível político, no qual os Estados membros, querem a integração económica e financeira real, mais não querem delegar os seus poderes políticos próprios, com receio de enfraquecer as suas posições perante as suas respectivas populações. É essencial, compreender a SADC, como motor de desenvolvimento do comércio na região, como forma de integração económica e incremento do comércio no seio da comunidade, face as enormes dificuldades que a região apresenta.

Neste contexto, na parte final desta dissertação, foi feito um exercício prático sob a Análise de Riscos para o Ambiente do Negócio em Angola e em alguns países da SADC, dando sustentabilidade dos dados a partir do site da COFACE. Foi-nos possível compreender sobre a possibilidade de existirem determinados riscos nas trocas comerciais, nos investimentos e negócios, realizadas nos determinados países da SADC.

São ainda apresentadas algumas noções políticas e de estratégia, tendo em conta que o século XXI, será um século de disputa energética e de criação de comunidade de controlo de energia, em bom rigor o petróleo joga um papel essencial no desenvolvimento da região.

Nas considerações, tendo em conta todos os argumentos, dados pela discussão, pela análise bibliográfica e de temas, chegando a conclusão, de que o petróleo, goza de uma importância primordial na região, mas é uma vontade política, na cooperação e integração, que se encontrarão muitas das soluções que agradarão todas as partes integrantes.

I. Dinâmicas regionais em África

Cap. I – Enquadramento histórico da realidade africana

Neste primeiro capítulo, os objectivos são apresentados numa abordagem de cariz histórico e político, de modo a criar a estrutura basilar para uma melhor compreensão do passado, de forma a compreender a realidade e todo o contexto na África Austral e particularmente do caso de Angola.

Neste sentido, realiza-se um prévio contexto e desenvolvimento histórico, para compreender o que se passa nos dias de hoje, pois todos os continentes e países do globo, são o resultado das opções históricas e políticas que realizaram no passado. Não só pela sua história e vicissitudes fronteiriças com vizinhos, mas igualmente pelas dificuldades e tipologias de poder político instauradas e perpetuadas.

De forma inicial, é importante salientar, que o continente africano foi colonizado pelos europeus, a partir do século XV, primeiro pelos portugueses através da conquista dos portos de Ceuta e Tânger, por via marítima; e, depois por via terrestre, através da técnica de navegação de cabotagem, feita a favor do vento, e paralela e não perdendo a Costa africana de vista. Posteriormente, outros Europeus, colonizaram África, nomeadamente os ingleses e os franceses a partir do século XVI. Genericamente, a relação estabelecida entre África e os reinos europeus, era uma relação de comércio, definida como mercantilismo de transporte, no qual as potências europeias estabeleciam interpostos comerciais ao longo da Costa africana, utilizando esses mesmos portos para escoar matérias-primas, minerais e produtos agrícolas.

1.1-Do século XV à conferência de Berlim

Angola, como território reconhecido e identificado no seio da Comunidade Internacional, surge com reconhecimento histórico, como Colónia ultramarina portuguesa, a partir do século XV¹, quando o Rei D. João II de Portugal, envia uma expedição a África, comandada por Diogo Cão, com objectivos claros: fazer o reconhecimento da região do rio Zaire, reconhecer e determinar as riquezas existentes e estabelecer alianças com os povos e Monarca do Congo, que controlava toda esta região do Sudeste africano.

¹ José, António Rodrigues Pereira. *Quadro Cronológico de algumas Viagens e Descobrimento no séc. XV e XVI*. Lisboa, Associação Nacional de Cruzeiros, 28 de Novembro de 2001, [On-Line], Disponível em <http://www.ancruzeiros.pt/anchistoria-mar001.html>. Acesso em 19 de Abril de 2010.

Angola tal como conhecemos nos dias de hoje, tinha no século XV o seu território repartido por três Reinos; o do Congo, o do Ndongo e de Matamba, que mais tarde já no século XVI, mais concretamente em 1559, dariam origem ao Reino de Angola.

Numa fase inicial, o Reino português com habilidade e diplomacia, procurou politicamente explorar as fragilidades e rivalidades entre os Reinos referidos, tendo o primeiro governador nomeado pelo Monarca Português, D. Paulo Dias de Novais, um papel fundamental a três níveis: primeiro, procurar o reconhecimento do papel dos portugueses e do seu Monarca na situação de equilíbrio político e militar na região; segundo, procurar riquezas naturais e produtos com capacidade e possibilidade de serem transportados, iniciando o comércio, com a criação de rotas que potenciasssem riqueza para ambas as partes; terceiro e último elemento, tentar com a estabilização da situação geopolítica, começar as expedições para o interior de Angola, com objectivos concretos, potenciar as descobertas de novas riquezas e fundar novas povoações, aumentando desta forma o predomínio do Reino português em terras africanas.

Nesta lógica, concebida pelos Monarcas portugueses ao longo do século XVI e XVII, como desígnio das descobertas portuguesas, como o primeiro processo de globalização, no século XVI, Angola teve um papel essencial e determinante, no qual em 1576, fundaram os indígenas e Portugueses, a cidade denominada de São Paulo da Assunção de Luanda, actual cidade de Luanda e capital do Estado de Angola. A cidade de Luanda era uma cidade aberta, que funcionou nos primeiros séculos da sua existência como mercado abastecedor do sudoeste do continente africano, com o comércio de produtos agrícolas, especiarias, cana-de-açúcar e negócios de escravos.²

A lógica da colonização Portuguesa, manteve sem grandes alterações do século XVI até ao século XVIII, tendo Angola um papel primordial a três níveis: primeiro, como porto e interposto comercial, na cidade de Luanda; segundo, como suporte financeiro, numa lógica de economia de transporte, desenvolvida pelos portugueses;

² Henrique, Guerra. Angola. *Estruturas Económicas e Classes Sociais*. Luanda, União dos Escritores Angolanos – U.E.A, 1988, p.90.

terceiro e último, como base e ponto de partida, das expedições e exploração do interior de África, nomeadamente através do Rio Zaire.

Com a ulterior declaração a independência do Brasil, em 1822, fim do ouro e plantações diversas e tráfico de escravos abolido, Angola teve ainda um papel mais importante, que anteriormente, pois passou a ser no continente africano que se passou a jogar a geopolítica europeia, na qual Inglaterra com a sua ambição da construção de um Império ligado pelo Cairo no Egipto, até à cidade do cabo na África do Sul, a França com a aspiração de unir todas as suas colónias em África, sob a égide de um só Rei e a Alemanha, sem tradição colonial, a ter ambições concretas em África, todo o jogo se determinou, definiu e se concretizou em África.

Portanto, Portugal como potência colonial, mas não como potência económica e política no cenário Europeu, teve ambições e pretensões, afirmadas na lógica do Mapa Cor-de-rosa, no qual pretendia a união, simbólica e geográfica sob o poder do Rei Português dos territórios situados entre Angola e Moçambique, unindo as costas oeste e leste do sul de África. No entanto, esta lógica seria dificilmente conseguida, pois a rota do Cairo ao Cabo protagonizada pelos Ingleses e a ocupação Belga do Congo, doada ao rei Leopoldo I, primeiro Monarca Belga, fazia com que as ambições portuguesas, fossem legítimas, mas irrealistas.

Assim sendo, o território da África Austral e, nomeadamente, Angola e Moçambique, eram muito cobiçados pelas várias potências coloniais europeias, não só pelas suas riquezas naturais, capacidade de terem vias de transporte natural, como igualmente os territórios com importância geoestratégica muito importante, pois facilitavam a passagem directa via terrestre, do oceano Atlântico, para o oceano Índico.

Nesta lógica geopolítica, Angola jogava um papel importante, como base desta estratégia, mas sem quaisquer possibilidades de traçar metas ou objectivos concretos, está sempre dependente de interesses terceiros e de negociações feitas, sem representação directa ou legítima dos interesses do seu povo.

Angola no início do século XIX, era uma província ultramarina portuguesa, com um desenvolvimento macrocéfalo sustentado em duas ou três cidades costeiras (Luanda, Benguela e Namibe), nas quais o comércio e a economia de transporte, antagonizavam, com o pouco desenvolvimento socioeconómico e uma ausência generalizada de vias de comunicação terrestres, que permitissem com um plano estratégico e coerente, um

equilíbrio de desenvolvimento entre litoral e interior sustentado numa estratégia agrícola intensiva no interior de Angola e de uma actividade comercial no litoral complementar, criando e fixando riqueza em território angolano.

Desta forma, Angola poderia ter tido uma estratégia de desenvolvimento, pois tinha todas as características e perspectivas para tal, no entanto a instabilidade na metrópole do Império em Lisboa, com as crises políticas sucessivas e a instauração de um sistema totalitário a partir da década de 30 do século XX, deixaram cair por terra um possível desenvolvimento sustentado e mais autónomo de Angola.

1.2- Da conferência de Berlim aos dias de hoje

O esquema de relacionamento político-económico entre europeus e africano iniciado no séc. XV manteve-se até ao século XIX, só sendo alterado com a Conferência de Berlim de 1884/1885, na qual se confrontaram duas concepções políticas e diplomáticas diferentes de colonizar África. Numa primeira concepção, defendida pela Inglaterra, Bélgica e Alemanha, preconizava-se e defendia-se que África deveria ser administrada e explorada, por quem tinham mais competência e conseguia criar mais riqueza. Numa segunda perspectiva, alegava-se que, África devia ser administrada pelas Potências europeias defendidas por Portugal, Espanha, Itália, Holandeses que originalmente tinham colonizado esses territórios, que teriam por isso maior experiência e aptidões para lidar com as comunidades africanas³.

Neste contexto, surgiram as ambições contraditórias, da construção da rota do Cairo ao Cabo, por parte dos ingleses, em que se ligava por domínio terrestre e depois por via ferroviária, a cidade do Cairo ao Norte do continente africano, até à cidade do Cabo no sul do continente.

Portugal, defendia a sua posição através das pretensões como potência colonizadora, através da defesa do Mapa Cor-de-rosa, na qual, caso a concepção defendida pelos colonizadores originais pudesse vencer, Portugal ligaria o seu território de Angola ao território de Moçambique.

³ Carlos Dilolwa. *Contribuição para a História Económica de Angola*. Luanda, U.E.A, 1978, p. 122.

Na Conferência de Berlim, a concepção que venceu, foi a defendida pelos países sem experiência colonizadora, como a Alemanha, Bélgica e Inglaterra, que fizeram alicerçar a sua posição, nas seguintes ideias: primeiro, eram as principais potências industriais da Europa; segundo, necessitavam do acesso imediato às matérias-primas africanas, pois o continente europeu era pobre nestes recursos; terceiro, conseguiram até determinado ponto provar que as potências colonizadoras originais, nada ou muito pouco tinham feito por África, em mais de dois séculos de permanência.

Portugal, foi na realidade um dos grandes perdedores da Conferência de Berlim (1884-1885), anulando um Tratado Luso-Britânico de delimitação de territórios, para posteriormente ser obrigado a reconhecer o Estado do Congo, sob administração Belga.

A pretensão Portuguesa da validação do Mapa Cor-de-rosa, que pretendia a ligação efectiva do território de Angola com o território de Moçambique, por via terrestre, não foi assim atingido por inabilidade, falta de força política do poder político Português.

Daqui se explica, que a Alemanha e Bélgica, sem quaisquer tradições de colonialismo em África, tenham obtido a partir do final do século XIX, acesso a administração de territórios neste continente.

No início do século XX, África continuava a ser Administrada pelos europeus, em concreto ingleses, belgas, franceses, alemães e portugueses, que dividiam territórios de forma praticamente geométrica e continuavam a utilizar as riquezas do continente, através do mercantilismo de transporte.

Posteriormente, na Primeira Guerra Mundial de 1914-1918 e Segunda Guerra Mundial de 1939-1945, os territórios africanos continuaram sob administração das mesmas potências europeias a excepção da Alemanha, que como potência vencida na Segunda Grande Guerra, perdeu todos os seus territórios em África.⁴

O final da Segunda Guerra Mundial em 1945, com a utilização da arma nuclear por parte dos Estados Unidos da América, para antecipar o final da Guerra, gerou-se um conflito político-diplomático entre as duas principais potências vencedoras da Guerra, Estados Unidos e União Soviética.

⁴ Dilolwa, *Op., Cit.*, p. 140.

Este conflito político-diplomático passou a ser denominado de “Guerra Fria”, segundo Raymond Aron, no qual não existiu propriamente uma guerra aberta, mas sim uma certa tensão de interesses e conflitos através de potências aliadas.

O período da “Guerra Fria” criou dois blocos de defesa e segurança, um afecto aos Estados Unidos da América, a OTAN/NATO (Organização do Tratado do Atlântico Norte) e outro sobre o domínio da união Soviética, denominado de Pacto de Varsóvia.

Este tempo de conflitualidade latente, teve determinadas consequências, dentre elas o facto de os conflitos não terem lugar nos respectivos territórios das duas super potências, mas em territórios terceiros, onde se lutava pelo domínio doutrinal, ideológico e político concreto.

Desta forma, surgiram países intermédios que procuraram um alinhamento diferente, de acordo com interesses próprios e particulares e não segundo os interesses objectivos dos Estados Unidos da América e União Soviética.

Com o desenvolvimento político e diplomático que era feito de forma muito tensa, mediante a criação de um bipolarismo mundial, baseado no fortalecimento dos Estados Unidos da América e União Soviética, realizou-se em 1955, a Conferência de Bandung, na Indonésia, conhecida também como a Conferência dos Não Alinhados.

Nesta Conferência, discutiu-se o futuro dos Países de África e da Ásia, que na sua maioria eram países que tinham sido colonizados pelos europeus. Esta Conferência, visou fundamentar os princípios de luta contra o colonialismo, pelo direito de todos os povos à sua autodeterminação, luta pela independência e pela liberdade de escolha relativamente aos seus próprios sistemas políticos autónomos.

O movimento de autodeterminação e independência da maioria dos territórios africanos deu-se por impulso e influência da Conferência de Bandung em 1955, mas não só, pois já em 1954, a Índia que recentemente tinha conseguido a sua Independência da Coroa Britânica, juntamente com a China, tinham num encontro diplomático, acertado os cinco princípios ou preceitos fundamentais para impulsionar um movimento alternativo ou particular⁵. Estes princípios foram utilizados na Conferência de Bandung

⁵ Destes princípios fundamentais constavam, os seguintes preceitos: primeiro, defesa da coexistência pacífica; segundo, respeito mútuo pela integridade territorial e soberania de cada uma das partes; terceiro,

por muitos territórios africanos e asiáticos, para conseguirem as independências das potências colonizadoras, outros optaram por situações de ruptura e iniciaram guerras civis com as potências Europeias.

No entanto é primordial salientar, que a Conferência de Bandung de 1955, marcou historicamente a chegada dos povos do terceiro mundo à cena política internacional, pois a partir daí esses povos e territórios compreenderam que tinha chegado a força política activa e a consciência de identidade colectiva.

não agressão; quarto, não ingerência nos assuntos internos do outro; quinto, igualdade e privilégios recíprocos no seu relacionamento.

Cap. II – A Integração Regional no Continente Africano

O tema integração regional tomou maior relevância nas relações internacionais após a segunda guerra mundial. Em termos de conceito tem sido revisto e analisado, sobretudo no contexto da globalização, como instrumento indispensável para um patamar mais favorável de inserção internacional dos países que compõem a região integrada⁶.

Após o período da Guerra Fria, a base teórica do liberalismo económico tornou a formação de blocos regionais um importante instrumento de defesa e posicionamento internacional, incluindo aspectos de competitividade económica quanta estabilidade política.⁷

O processo de integração regional no continente africano é caracterizado desde cedo por ser um processo ambicioso, mas pouco realista, atendendo às metas e objectivos traçados face a uma realidade fragmentada e debilitada em que muitos Estados ainda se encontram aos nossos dias. As ideias irreais pré-estabelecidas pelos líderes africanos, desde a criação da Unidade Africana, pautaram por uma série de dificuldades tendo em conta, as diferenças em termos económicos, passando pelas dissidências políticas (África conservadora, África progressiva), assistindo-se a enormes conflitos étnicos, à luta contra pobreza (verifica-se no continente um nível de vida abaixo da pobreza) epidemias (como a SIDA). Todavia, como suporte a estas dificuldades, verificou-se uma grande vontade dos Estados em se unirem e criarem políticas de integração regional económica, para ultrapassarem os problemas e as diferenças em termos geográficos dos países que constituem os blocos de integração regional. Em suma, perceber o quão difícil é falarmos de integração regional no continente africano.

Do ponto de vista político, durante o período da colonização, os processos de integração, cooperação e organismos regionais nos países africanos não eram de grande expressão, pois, a falta de iniciativas, atendendo a realidade em que os mesmos se encontravam caracterizava o cenário da colonização. Dado que as economias africanas

⁶ Sara, Souza. *O Processo de Integração Regional no Continente Africano*. Brasil, Estudos de Logistic, Comercio e Meio Ambiente, 16 de Janeiro de 2008. [On-line], Disponível em <<http://internacional2008.blogspot.com/2008/06/o-processo-de-integracao-regional-no.html>>. Acesso em 31 de Março de 2010.

⁷ *Idem*.

eram economias basicamente dependentes das economias das metrópoles, uma vez que nessa altura o objectivo principal era a conquista das independências.

Precisamente na década de 60, a chamada década das independências africanas, foi criada pelos Estados africanos a Organização da Unidade Africana (1963), com um carácter integracionista politicamente vincado, que permitiu aos Estados africanos uma mudança de consciência e o traçar de objectivos que visaram prioritariamente a libertação e a conquista da autonomia do ponto de vista político e posteriormente em outras vertentes.

De um modo geral, quando se pensa em integração regional económica em África, deve-se ter em conta que, um processo de integração regional pressupõe obediência a um determinado projecto que abarca uma vontade comum, certos interesses conjuntos, determinadas condições e potencialidades económico-financeiras, de tal forma que se possa alcançar o êxito esperado.

Ao falarmos de integração regional, importa-nos referir a questão da regionalização que segundo Eduardo de Medeiros⁸, regionalização económica refere-se “a uma determinada área geograficamente considerada onde engloba vários países vizinhos que tendem a partilhar ou cooperar no sentido de favorecer o desenvolvimento entre economias vizinhas”.

Do ponto de vista do direito (de *Jure*) refere ainda o autor que, estamos perante a regionalização económica quando existem “determinadas zonas de comércio livre, uniões aduaneiras ou qualquer outro acordo de integração regional que vai de acordo as preferências dos Estados em questão numa base institucionalizada onde estão presentes forças políticas dos Estados e tendem a diminuir as barreiras intracomunitárias entre os Estados da mesma região; a regionalização económica, é percebida do ponto de vista de *facto*, quando resultante das mesmas forças macroeconómicas que aparecem na globalização, com objectivo de impedir a área na vida do crescimento, estimulando os investimentos e as trocas com países terceiros”⁹.

Precisamente, não podemos falar de integração regional em África sem antes fazermos uma análise clara e objectiva da situação das economias dos Estados africanos

⁸Eduardo Raposo de Medeiros. *Blocos Regionais de Integração económica no mundo*. Lisboa, ISCSP, 1998, p. 94.

⁹De Medeiros, *Op. Cit.*, p. 94-95.

e o seu possível enquadramento face ao cenário das economias mundiais. O processo de integração regional passa por várias etapas a qual, todas elas devem observar vários requisitos.

Do ponto de vista do mercado mundial, as economias em África não se fazem sentir face a pouca credibilidade e o pouco desempenho na competitividade. São significativamente encontradas as grandes diferenças económicas entre os países africanos, registando-se um grande atraso no desenvolvimento sustentável a estes Estados acompanhados de uma certa debilidade dos próprios, fruto dos muitos conflitos e da má governação e falta de transparência nos assuntos estaduais.

Deve-se ainda acrescentar a fraca capacidade de auto-sustentação dos países menos desenvolvidos, as fortes dependências das ajudas dos países industrializados. A sua capacidade em tornar-se exportador de produtos de utilidade básica nomeadamente do sector agrícola e mineral, não se resumindo o mesmo número na sua oferta em termos dos produtos como o petróleo, cobre, bananas, cereais, carnes, etc., são produtos que pela sua natureza são susceptíveis a grandes flutuações nos mercados internacionais, tornando assim os países menos desenvolvidos mais dependentes dos países desenvolvidos e conseqüentemente as suas economias¹⁰.

Todos estes motivos levam os países africanos a encararem com optimismo a integração regional, uma vez considerada como uma das melhores soluções para o desenvolvimento e resolução de seus problemas, assim como forma de pôr fim aos conflitos em que estão envolvidos. Nesse sentido, a integração regional em África começa a ser vista como um caminho importante a seguir para que os países africanos possam atingir aquilo que é chamado de “soluções africanas para os problemas africanos”¹¹.

Em termos internacionais, não devem ser apenas as agências internacionais a velarem pelo desenvolvimento e o integracionismo africano, são precisamente os próprios Estados africanos a verem a necessidade de agarrarem-se de forma unida e clara nos seus objectivos para efectivamente criarem políticas de integração susceptíveis á realidade para que possam integrar num todo organizando-se em blocos de integração

¹⁰ Ramón, Tamames. *Estrutura da Economia Internacional*. Lisboa, Publicações Dom Kixote, 1972, p. 73.

¹¹ Augusto, José Pereira Trindade. *Desenvolvimento Económico Integração Regional e Ajuda Externa em África*. Lisboa, ISCSP, 2006, p.33.

regional. Resumido e em forma sucinta, a criação de espaços políticos e económicos abertos e estáveis (partindo de uma base solidificada e bem arquitectada), articulando e consolidando os objectivos em torno de projectos comuns de bem-estar, de prosperidade e de competitividade.

Portanto, utilizando o conceito de integração económica de Carla Coreia, segundo Augusto Trindade¹², estamos perante a uma integração económica quando existe um processo voluntário, sustentado por vontade política, tendente à criação de regiões económicas mais alargadas, através da remoção dos obstáculos artificiais e tendo por objectivo último a promoção do desenvolvimento dos Estados participantes. Tal como os dois autores defendem que, a integração regional para os países africanos deve apenas significar um meio a aderir e a percorrer e não sendo percebido como um fim, pois o caminho a percorrer deve ser longo, de modo a que possam servir para o alcance do desenvolvimento integrado e global de África.

A integração económica regional em África despertou por parte dos Estados africanos, objectivos de carácter económico que, ao serem traçadas as metas para o alcance tiveram-se em conta os seguintes pontos¹³:

- a) Transformar e tornar mais competitivas as economias africanas;
- b) Liberalizar a actividade industrial e comercial;
- c) Inserir a economia africana na economia mundial;
- d) Contribuir para a resolução de problemas políticos comuns, ajudar na resolução de conflitos e vencer o subdesenvolvimento.

A integração regional, é vista pelos Estados africanos como uma forma unida de solucionarem os seus problemas, ao mesmo tempo que fortalecem as suas posições face aos mercados internacionais, forma essa que, lhes permitem atraírem aos investimentos externo privado, reforçarem o comércio e o sector privado africano e envolverem cada vez mais a sociedade civil na batalha contra o atraso endémico do continente.

2.1- Caracterização das economias africanas

Apesar de estas terem beneficiado e continuarem a beneficiar da ajuda dos países da comunidade internacional, ainda assim apresentam-se com certa fragilidade e insucessos nas aplicações das suas políticas macroeconómicas, isto devido alguns

¹²Trindade, *Op. Cit.*, p. 33.

¹³Trindade, *Op., Cit.*, p. 34.

constrangimentos considerados estruturais¹⁴: não existe uma interligação entre os meios de produção e os meios de consumo (nota-se que os meios de produção e os meios de consumo muitas vezes importados não se fazem sentir na economia africana em geral); um mau aproveitamento dos recursos, onde não regista-se com êxito a relação entre a remuneração e a produtividade dos factores, o não cumprimento ou a má canalização e aplicação dos modos e os modelos de produção e de consumo; maior parte do sustento das suas economias depende da renda do sector primário e da ajuda externa o que implica uma certa dependência do capital externo), má gestão e fraca distribuição da renda proveniente das riquezas dos Estados, nomeadamente uma boa parte dela se destina a beneficiar indivíduos ligados ao aparelho do Estado (elites políticas, económicas e sociais) consequentemente é comum e frequente registar nesses Estados fenómenos como a corrupção, miséria, e a grande desproporcionalidade de vida entre indivíduos da mesma sociedade (a estratificação social baseada num padrão pouco favorável é notável); nesses Estados o sistema governativo é caracterizado pela excessiva permanência do líder no poder sem mesmo cumprir com os modelos governativos internacionais (processos políticos e eleitorais deficientes) comprometendo os mandatos dos líderes e a boa governação, proporcionando assim a não transparência nos assuntos dos Estados.

Segundo Augusto Trindade¹⁵, pode-se considerar que o bloqueio na acumulação e a deficiência no investimento são factores que levam as economias africanas em vastas regiões a estarem num processo de estagnação.

O continente africano é caracterizado por Estados com economias estacionárias, mineiras e petrolíferas¹⁶. As estacionárias são aquelas que caracterizam-se pelo modelo colonial, baseadas na troca, onde se fazem muito presente o sector pastoril e a dependência do exterior (é o caso da economia de Cabo Verde, Burundi ou Ruanda) acrescenta-se a semelhança de Malawi República Centro Africana ou os Estados do Sahel.

Economias de guerra, são aquelas caracterizadas pelo período de guerra em que viveram, não permitindo o avanço e o rápido desenvolvimento do Estado, criando assim um colapso pelo conflito envolvido (como é o caso da Somália, Chade, Libéria, Serra

¹⁴Trindade, *Op. Cit.*, p. 17.

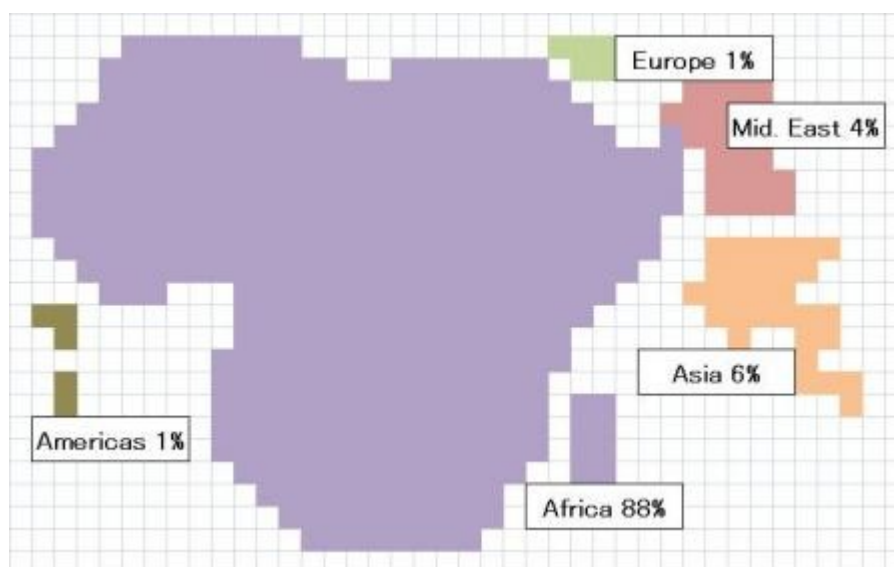
¹⁵Trindade, *Op. Cit.*, p.18.

¹⁶Trindade, *Op. Cit.*, p 23.

Leoa, Sudão, Ruanda ou Burundi, frequentemente a existência de lutas entre clãs e étnicas. São caracterizadas também pela delapidação de recursos minerais e ou petrolíferas que criam ou sustentam grandes conflitos como é o caso de Angola, RDC ou Congo-Brazzaville. Actualmente a África é o continente mais afectado pelos conflitos (vários tipos de guerras) e com maior número de mortes a escala global.

Figura 1

Percentagem de mortes do conflito a escala mundial – 2007.



*Neste Mapa, a área de quadrado dos continentes/região corresponde à sua proporção e ou número de mortes do conflito.

Fonte: Virgil Hawkins, *New World Maps, Stealth Conflicts*, December 30, 2008, [On-Line], Disponível em < <http://www.globalissues.org/article/84/conflicts-in-africa-introduction>. Acesso em 20 de Abril de 2010.

A par de deste, existem inúmeros factores que dificultam o progresso da economia africana está também a excessiva dependência do poder político á estrutura tradicional do parentesco e da excessiva etnização do continente¹⁷. Complementado a esta ordem de ideia, se por um lado, a quando do advento das independências dos países africanos após o período da descolonização muito dos problemas foram ultrapassados, surge ainda um outro problema que são as questões do desenvolvimento face a grande

¹⁷Segundo Defarges, Philippe Poreau. *Les Relations Internationales dans le Mond d'Aujourd'hui. Entre Globalisation et Fragmentation*. Paris, Les Editions STH, 1992, p. 256-260.

dependência que os Estados tem nas clivagens sociais, políticas e étnicas de parecerem difíceis uma breve solução para esses problemas¹⁸.

2.1.1- Recursos Energéticos na África Austral

Após o fim das duas guerras em que o mundo estava dividido em dois blocos, por um lado o capitalista, liderado pelos Estados Unidos da América e apoiado em termos estratégico-militar pela NATO, por outro lado, o bloco socialista liderado pela Rússia, tendo o pacto de Varsóvia do ponto de vista estratégico-militar. Inicialmente os Estados Unidos tiveram uma atenção especial em áreas de grandes reservas de recursos naturais e energéticos. Após a Guerra Fria, a África austral consolidou uma posição autónoma como uma região estratégica, onde os equilíbrios e as relações de segurança e económicas se definem, por um lado pela interação entre os Estados regionais e por outro, por uma crescente intervenção das grandes potências internacionais, nomeadamente os Estados Unidos e a China.

A estratégia Norte Americana baseou-se sempre no controlo e domínio das áreas na qual despertavam os seus interesses. Após a Guerra Fria, o Conselho Nacional de Segurança Norte Americano procurou manter os aliados com base em ideais políticos e diplomáticos deixando de lado questões de interesses económicas, sendo mais tarde os interesses económicos virem a ser considerados prioritários, mantendo relações de intercâmbio com as mesmas áreas tal como o Golfo Pérsico, a base do mar Cáspio e o sul do mar da China. Mantendo ainda interesses militares nas zonas Norte e Sul da Coreia.

A teoria norte americana fundamentou-se sempre no domínio e acesso aos recursos naturais globais, parte do relatório anual do Conselho Nacional de Segurança elaborado pela Casa Branca, em 1990, em que dizia o seguinte” Os E.U., continuam a ter interesses vitais, a garantir acesso aos recursos naturais tal como o petróleo”... o relatório conclui ainda que, “nós temos que ter em mente a necessidade de manter a estabilidade regional e segurança em zonas produtivas para garantir a fluidez desses recursos”¹⁹. A afirmação norte americana no mundo passaria estritamente por uma capacidade naval muito forte, partindo do ponto de vista do acesso e comercialização

¹⁸Trindade, *Op. Cit.*, p. 27.

¹⁹Michael, Klare. *The New Geographic of Conflict*. U.S.A, Council on Foreign Relations- Foreign Affairs Maio/junho 2001, p. 50.

global dos bens materiais, segundo Alfred Thayer²⁰. Da mesma teoria partilhou mais tarde Theodore Roosevelt e Franklin Roosevelt que levaram em frente num plano estratégico na política de governação.

Durante a Guerra Fria, os interesses da política norte americana não estavam centrados na aquisição, manutenção e exploração dos recursos naturais mas sim, na formação de alianças político-militar o que caracterizava o paradigma mundial naquela época.

O elo de ligação que os países hoje procuram manter na relação de cooperação está estritamente relacionado com as reservas de recursos naturais e energéticos. Futuramente, as relações poderão ser mais estreitas e poderão desenvolver certos conflitos entre as áreas detentoras desses recursos e com a possível escassez dos mesmos, fruto do alto consumo e da rápida produção. São ingredientes certos para que o conflito seja gerado num cenário como tal.

Os países do Médio Oriente têm-se mostrado preocupados com relação ao alto consumo dos recursos hídricos, uma vez que para além da questão dos recursos energéticos, também os recursos hídricos assumem um papel importante. Segundo dados estatísticos, daqui a 25 anos a população mundial aumentará e o consumo de água será em função do número elevado da produção correspondendo ao número elevado da população, isso quer dizer, faltará água e não haverá para responder as necessidades da população, como se não bastasse a questão do aquecimento global poderá contribuir para essa escassez.

Segundo Michael Klare²¹, o rumo que os países tendem a caminhar a possibilidade de desenvolver grandes conflitos regionais, elitistas a nível mundial será maior pois, a luta de interesses é e será, centrada num clima de muita procura e pouca oferta e quando mais, se tratar em alguns casos de recursos não renováveis e esgotáveis. O mesmo afirma ainda que para um paradigma actual os políticos e os analistas das relações internacionais terão que dar uma designação apropriada ao mesmo. Hoje, tanto os países desenvolvidos como os países não desenvolvidos as suas relações políticas, económicas e diplomáticas giram em volta dos recursos naturais e energéticos. A grande preocupação de Michael Klare consiste na certeza de que os conflitos rondarão a volta

²⁰ *Idem.*

²¹ Klare, *Op., Cit.*, p.61.

disto e que as zonas que predominam maiores reservas naturais serão mais propensa a isso, pois esta é a era da energia.

Segundo o Departamento de Energia dos E.U, o consumo de energia irá subir num período de 2000 a 2020 de 77 milhões de barris por dia para 110 milhões de barris por dia, representando 43 por cento da diferença. 670 Bilhões de barris de óleo serão também consumidos nesta previsão de tempo²².

Michael Klare sugere que, assim como a África, a Ásia e o Médio Oriente são na sua maioria zonas de grandes reservas naturais, simultaneamente desenvolvem grandes conflitos regionais, não são zonas politicamente estáveis. Exemplo concreto é o caso da Nigéria, a República Democrática do Congo, o Sul do mar da China e a Costa do mar Cáspio que por sua vez a comunidade internacional deve providenciar soluções para a resolução dos conflitos, por questões práticas e sintéticas deve a comunidade internacional criar uma comunidade que trata especificamente dessas questões, embora o mesmo afirma de que podem não ser essas as soluções, mas que alguns oficiais devem considerá-las. Essas questões, devem ser vistas e tratadas num fórum global e carecendo de uma atenção a níveis alargados.

Uma das vantagens que têm tido os projectos na área de energia no continente africano, tem sido a riqueza do solo e subsolo desta região em termos dos recursos naturais e energéticos. O continente africano é constituído por um mosaico de culturas, uma multiplicidade de factores que lhe proporcionam condições necessárias rumo ao desenvolvimento. O seu solo é fértil para o cultivo, no seu subsolo podemos encontrar vários recursos minerais, desde o cobre, diamante, cromo, manganés, cobalto e o petróleo, que constitui seu principal sustentáculo económico.

Em termos de actividade, o continente africano particularmente a região da África austral tem como actividade geradora de renda a agricultura, representada por produtos de clima mediterrâneo (vinhas, frutas) e clima tropical (café, algodão), além da criação extensiva de gado bovino. Em termos de riqueza, encontra-se de forma desproporcional, pode ou não influenciar no fraco desenvolvimento de cada país da região e a concretização dos objectivos da organização de integração económica regional.

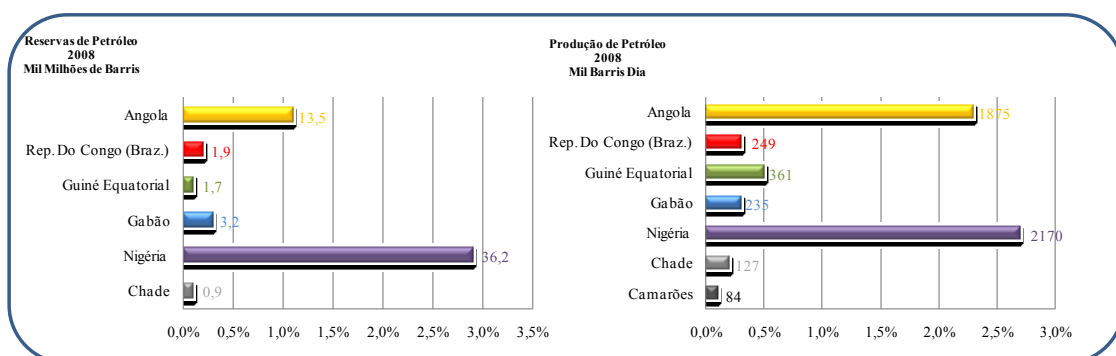
²² Klare, *Op., Cit.*, p.56.

Segundo a BP²³ as reservas africanas de recursos energéticos representam 10% das reservas mundiais de petróleo e 7,9% de gás natural. Em 2008, a produção era responsável por 12,4% de petróleo (4ª maior região) e 7,0% de gás natural (5ª maior área)²⁴, o que assegura a sua representatividade a um nível mundial.

Em termos de recursos petrolíferos, existem em África duas grandes regiões que controlam a política de produção e exploração, tendo a região Norte e a região Sul de África. Estas duas regiões embora em fases de produção e exploração petrolífera inicial, são duas das grandes regiões que têm reservas petrolíferas significativas e que têm vindo a marcar a sua expressividade a nível global. A nível da África Ocidental, os principais países responsáveis pelo acelerado nível de produção e exploração do petróleo são: a Nigéria, Angola, Gabão, RDC, Guiné Equatorial, com destaque a Nigéria e Angola como os principais produtores e exploradores petrolíferos da região.

Figura 2

Principais reservas de produção de petróleo dos países da bacia da África Ocidental-2008 (% quota em termos mundiais).



*Elaborado com base nos dados da BP, Statistical Review of World Energy, Londres, 2008, p. 6-8.

Fonte: Catarina Mendes Leal. *A Sustentabilidade das Relações Energéticas Luso Nigerianas*. Instituto de Defesa Nacional, IDN, Lisboa, 2009, p. 2.

A região da África ocidental detém uma percentagem importante na produção petrolífera, cerca de 60% dessa produção provém de campos *offshore*²⁵, resultado do

²³ BP. *Statistical Review of World Energy*. Londres, BP Junho, 2009, p. 10.

²⁴ BP, *Op., Cit.* p., 26.

²⁵ Catarina Mendes Leal. *A Sustentabilidade das Relações Energéticas Luso Nigerianas*, IDN, Lisboa, 2009, p. 3.

grande avanço tecnológico e a entrada de grandes empresas petrolíferas estrangeiras que, a medida que vai se desenvolvendo a actividade petrolífera, vão-se aprofundando os estudos e os descobrimentos de novos poços proporcionando assim maior dimensão.

As reservas confirmadas de petróleo e gás natural a nível dos países da SADC são em menor escala sendo que, dos catorze países apenas dois tinham as reservas significativamente confirmadas de petróleo e gás natural em 2008, segundo dados da BP²⁶, Angola deteve 13.5 mil milhões de barris de petróleo (3ª maior reserva petrolífera de África e 2ª maior da região) e a RDC com 1.9 mil milhões de barris de petróleo (8ª maior reserva de África e 4ª. Maior reserva da região). Em termos de reservas de gás natural segundo a EIA, em princípios de 2007²⁷ Angola detinha 2.000 triliões de metros cúbicos, a República Democrática do Congo detinha 0,035 triliões de metros cúbicos.

Dentre os países acima mencionados, apenas Angola e a RDC fazem parte da SADC, representando o foco de concentração das reservas e produção petrolíferas na região. Maioritariamente produção é assegurada por Angola não só pelo facto de existir as maiores reservas neste país mas também, devido a situação política instável que se vive na RDC, que não possibilita um efectivo desempenho da actividade.

²⁷EIA, *International Energy Annual, Natural Reserves Table- World Crude Oil and Natural Gas reserves*, USA, June-October, 2008, [On-line], Disponível em <<http://www.eia.doe.gov/iea/ng.html>>. Acesso em 18 de Abril de 2010.

Concretamente na região do sul de África encontramos algumas empresas estrangeiras a operarem no ramo da produção petrolífera, em consonância com algumas NOCs²⁸.

Tabela 1

Empresas petrolíferas existentes no Ocidente e Sul de África

País	NOC	Princ. Companhias Petrolíferas Estrangeiras	Principais Áreas	Zonas Conjuntas
Nigéria	NNPC	Shell, Elf, Agip, Chevron, Mobil, Texaco	Delta do Níger, Sudeste da Nigéria, <i>offshore</i> no Bight de Benin	JDZ (S. Tomé e P.)
Camarões	SNH	ExxonMobil, Petronas, Chevron	Rio del Rey, Costa Ocidental e Norte	
Chade	SHT	ExxonMobil, Encana, Energem, Total, Petronas, Chevron	Doba e Bacia de Chade	
Guiné Equatorial	GEPetro 1	ExxonMobil, Chevron, Devon Energy, Marathon Oil, Noble Energy, Petrosa, CNOOC, Petronas, Roc oil, Glencore	Blocos <i>offshore</i> no Golfo da Guiné	
S. Tomé e Príncipe	—	Chevron, Sonangol, Chevron, ExxonMobil, Sinopec, Anadarko, Conoil, Filthim-Huzod Oil & Gás	<i>Offshore</i> (Fronteira marítima com a Nigéria)	JDZ (Nigéria)
Gabão	SNPG	Shell, Total, Addax Petroleum, Tullow Oil, Vaalco, Maurel et Prom, Forest Oil, Fusion, Pioneer, Agip, Peremco, Sasol	<i>Onshore</i> de Rabi-Kounga; <i>Offshore</i>	
República do Congo	SNPC	Total, ENI, Maurel et Prom, ChevronTexaco, ExxonMobil, Anadarko, Perenco, Murphy, Tullow Oil, Afren PLC, Sinopec	<i>Onshore</i> de Pointe Indienne <i>Offshore</i> (N’Kossa, Tchibouela, Kitina, Loanga, Zachi, Kouakouala)	JDZ Angola
Angola	Sonango 1	BP, Chevron, ENI, Total, Mobil, Devon Energy, Maersk, Occidental, Roc oil, Statoil, Sinopec	<i>Offshore</i> (águas ultraprofundas Noroeste; águas ultraprofundas Kwanza; águas ultraprofundas Namibe)	JDZ Rep. do Congo

²⁸ NOCs- empresas petrolíferas detidas total ou maioritariamente pelo respectivo Estado.

*Tabela elaborada com base na BP, BP Statistical Review of World Energy, Londres Jun. 2008; EIA, Country Briefs, Ref. de Fev. 2009, [On-line], Disponível em <http://www.eia.doe.gov/emeu/cabs/index.html>; EIA, Country Energy Profiles, Ref. de Fev. 2009, [On-line], Disponível em <http://tonto.eia.doe.gov/country/index.cfm>.

Fonte: Catarina Mendes Leal. *A Sustentabilidade das Relações Energéticas Luso Nigerianas*. Lisboa, IDN, 2009, p.4.

Contudo, existe um certo impasse no que toca aos Investimentos Directos Estrangeiros no sector petrolífero nestas áreas, uma vez que é sobretudo nesta região da África Subsariana onde podemos encontrar um maior foco de conflitos, o que consequentemente vem criar uma certa instabilidade política económica e social sendo que, estes conflitos são na sua génese de natureza política, social e étnica, a título de exemplo é o conflito dos grandes lagos, um dos grandes conflitos que assola esta região. Estas condições não proporcionam um ambiente saudável para negócios.

Neste sentido, a SADC têm vindo a desenvolver esforços para que, junto da comunidade regional e de mais órgão jurídicos (parlamentos e fóruns de resolução de conflitos nos países vizinhos) unidos possam resolver os problemas que afectam determinadas a região.

No sector energético a SAPP – Power Pool Africano Austral criada em 1995 sob um memorando de entendimento, é um órgão regional da SADC com objectivo de otimizar a utilização dos recursos de energia disponíveis na região e apoiando um ao outro durante as emergências.

Existem alguns projectos na área de energia sob o domínio da SAPP, a título de exemplo é o projecto WESTCOR SADC. Este projecto tem como iniciativa principal proveniente de países como Angola, Botswana, RDC, Namíbia e a República da África do Sul. É um projecto concebido com objectivo de aproveitar os recursos hídricos do rio grande do Congo em Inga, a produção e o fornecimento de energia eléctrica, inicialmente para os cinco países envolvidos posteriormente para toda a SADC. Existe ainda o projecto de Implementação de Planos de Expansão da Transmissão que engloba um programa entre países da região em desenvolverem políticas de interligações de construções de linhas transmissoras de energia. A título de exemplo é o projecto entre a RDC e a Zâmbia de interligação (este projecto vai fortalecer interligação, remodelação

da estação conversora em Kolwezi e AC linhas de transmissão para Karavia e até à fronteira com a Zâmbia).

2.2- Contextualização e lógica das teorias de integração

As teorias de integração servem e são teorizadas, como formas de caracterizar as economias e o grau de integracionismo existente entre os países.

Quando se fala de integração, surge a ideia de junção de várias partes antes separadas, ou ainda a inclusão de novos elementos num sistema. É precisamente esta a ideia.

O conceito de integração muitas vezes é associado á questões sociológica e debatido no âmbito de uma avaliação crítica da teoria da estruturação elaborada por Anthony Giddens²⁹.

Portanto, a integração resume-se ao “objecto de análise de todas as partes vistas no todo³⁰”.

A expressão integração está quase sempre acompanhada de um segundo termo, uma vez que este vem especificar a área em que é direccionado o estudo em questão.

Precisamente neste trabalho, abordaremos as teorias de integração com uma certa exclusividade e particularidade aos processos de integração, trataremos assim da teoria de integração económica regional.

A integração pode ser vista em vários aspectos. Do ponto de vista económico trata-se de um *processo*³¹, que compreende dois ou mais mercados nacionais anteriormente separados por dimensões unitárias consideradas pouco adequadas, unem-se para formar um mercado único (mercado comum) de uma dimensão mais adequada. Para a concretização desse processo é necessário que esses mercados tenham uma série de acções de acoplamento das estruturas nacionais, a fim de chegar com o mínimo de custos sociais ao espaço que se pretende integrar.

O objectivo da integração económica no seu papel inicial não foge à procura de medidas que possam proporcionar o bem-estar das partes envolvidas. Para que se

²⁹Rui, Pena Pedro Pires. *Sociologia Problemas e práticas. Uma teoria dos processos de integração*. Oeiras, Editora Celta, 1999, p. 9.

³⁰Ramón, Tamames. *Estrutura Económica Internacional*. Lisboa, DQ publicações, 2001, p. 203.

³¹*Idem*.

caminhe nesse sentido, é necessário a criação de instrumentos bem definidos, nos quais a sua aplicação possa resultar elementos vantajosos para todas as partes.

De igual modo, a actividade desenvolvida pelo processo de integração não pode ser menor do que a procura de melhorias, uma vez que a unificação dos Estados e a aplicação de todos os esforços por parte de cada um deles é indispensável na criação de um quadro único, onde todas as partes sentem-se satisfeitas com o resultado e o fim ultimo é atingir o fruto do processo. Ao contrário da cooperação, a integração resulta do intercâmbio multilateral que é característico nesse processo, deve ser no sentido de criar vantagens (essas vantagens podem ser traduzidas em termos económicos e não só) a fim de que o interesse em permanecer nesse processo seja uniforme.

Uma das primeiras definições de integração económica surgiu em 1954 quando Tinbergen definiu o conceito como “a criação da estrutura económica internacional mais desejável, pela remoção de barreiras artificiais à realização óptima do livre-câmbio e pela introdução de todas as formas desejáveis de cooperação e unificação³². Na óptica de Tinbergen dentro da integração económica ainda existe a integração negativa e a positiva. Integração negativa resulta da eliminação de todas as formas de discriminação e restrições que impedem a circulação e a existência de bens e serviços no espaço definido e que conseqüentemente influenciam no não desenvolvimento regional. A integração positiva é o oposto da negativa, essa favorece, faculta todas as formas e políticas que permitem a cooperação e integração no espaço definido.

Com esta definição de Tinbergen, não diminui em nada, naquilo que se traduz o conceito de integração económica, que tem como base fundamental a união das partes num todo com objectivo de criar o bem-estar comum.

Reforçando ao conceito de integração económica, enquadra-se e converge-se numa nova abordagem de Bela Balassa em 1961 definindo-a como ”um processo que pressupõe medidas que conduzem à supressão de algumas formas de discriminação”³³. As várias etapas que o processo de integração económico abarca, dão-se os diferentes

³² Segundo Paulo de Pitta e Cunha. *Integração Europeia. Estudos de Economia, Política e Direito Comunitários*. Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da moeda, Lousã, 1993, p.75.

³³ Bela, Balassa. *Teoria da Integração Económica*. Lisboa, Clássica Editora 1961, p. 12-13.

graus de integração: zona de comércio livre, união aduaneira, mercado comum, união monetária e integração económica e monetária³⁴.

Numa **zona de comércio livre** os direitos (e as restrições quantitativas) entre os países participantes são abolidos, mas cada país mantém as suas pautas próprias em relação aos países não membros.

A **União aduaneira económica**: distingue-se de um mercado comum por associar a supressão de restrições aos movimentos de mercadorias e factores com um certo grau de harmonização das políticas económicas nacionais, de forma a abolir as discriminações resultantes das disparidades existentes entre essas políticas.

Mercado comum em: forma mais elevada de integração económica referente a primeira e a segunda, aqui são abolidas não só as restrições comerciais mas também as restrições aos movimentos de factores produtivos.

A **União monetária**: é a etapa em que os países integrados aceitam a partilha de uma única moeda. Esta etapa é caracterizada pela livre-circulação de mercadorias, pessoas, serviços e capitais.

E finalmente em relação a **Integração económica e monetária**: pressupõe a unificação das políticas monetárias, fiscais e sociais, exige o estabelecimento de uma autoridade supranacional cujas decisões são obrigatórias para os Estados membros.

Bela Balassa, analisa a integração em dois pontos de vista diferentes. Ela é um *processo*, quando implica medidas destinadas à abolição de discriminações entre unidades económicas de diferentes Estados; é uma *situação*, quando se verifica a ausência de várias formas de discriminação entre economias nacionais.

Para Silva e Rego³⁵, a integração económica é um processo de crescente interdependência de economias separadas e a sua fusão em regiões mais largas que as correspondentes às fronteiras nacionais dos países cujas economias se integram. Os objectivos referidos por todos os autores unem-se na formação de regiões económicas

³⁴Balassa, Op., Cit., p. 12-13.

³⁵ António, Neto da Silva & Luís, Alberto Rego. *Teoria e Prática da Integração Económica*. Porto, Porto Editora, 1984, p. 9.

mais alargadas através da eliminação dos obstáculos artificiais à livre circulação de bens, serviços e capitais.³⁶

Define-se integração económica, como o processo mediante o qual, se aplicam determinadas medidas com o objectivo de eliminar discriminações ou barreiras, entre economias de diferentes Estados. Numa segunda fase, procura-se na integração económica, unir interesses e espaços económicos nacionais, criando um espaço de abertura económica mais vasto no qual a actividade económica e financeira será efectuada numa outra lógica.

Em termos estritamente teóricos, distinguem-se os denominados processos de integração formais e informais, de acordo com determinados critérios e argumentos em concreto. Na integração económica formal, devem existir acordos ou tratados estabelecidos entre os intervenientes, nos quais se estabelecem os propósitos, as obrigações e deveres das partes, para além dos compromissos e âmbito do acordo de forma extensa e complexa. De forma literalmente diferente, na integração económica informal, não existe um documento formal (na forma de acordo ou Tratado), mas os objectivos são globalmente diferentes, pretende-se com este tipo de integrações aumentar a eficiência, diminuir custos e afectar recursos pela eliminação de discriminações, com o subsequente livre circulação de mercadorias, capitais e pessoas de acordo com a intensidade do acordo informal em causa.

Globalmente ainda antes, de analisar as diversas formas de integração económica, averiguar das vantagens e desvantagens em concreto dos processos de integração de forma genérica. Primeiro, neste tipo de processos juntamente com a vertente económica, existe igualmente um acompanhamento de outras lógicas políticas de relacionamento diplomático e em termos financeiros. Os processos de integração económica têm determinadas vantagens e inconvenientes ou desvantagens, a ter em conta relativamente ao contexto regional, político social e problemas singulares.

No entanto, averiguando das vantagens numa primeira instância, existem nos processos de integração económica, um aumento significativo e atendível dos processos de especialização, no qual cada país produz aquilo a que tem maiores apetências naturais. Para além disso, existem também aumentos importantes da produção de

³⁶ Carla, Correia. *O NAFTA na Década de 90 da Parceria Comercial à Liderança Continental*. Lisboa, ISCSP, 2005, p. 58.

derivados da exploração de economias de escala, traduzindo numa melhoria na forma e nas trocas comerciais no interior dos países participantes e para com o exterior. Para além disso, existem vantagens procedimentais, tais como mudanças na qualidade e quantidade de entradas de capitais, avanços tecnológicos e de conhecimento, tendo como consequência um crescimento económico sustentado e progressivo, no qual todos os seus intervenientes aproveitam as vantagens do mercado global.

Em contraponto temos, as desvantagens dos processos de integração económica, que se traduzem em termos gerais em duas áreas em concreto: primeiro, perda de receitas fiscais, em consequência da abolição das respectivas taxas aduaneiras; segundo, perda de alguma autonomia e autoridade em determinadas políticas económico-financeiras.

Os processos de integração económica são processos evolutivos, nos quais se passa de uma forma mais simples de mera cooperação, para só depois se passar para processos mais complexos e formais. Os objectivos iniciais, funcionam apenas como modos, baixar taxas aduaneiras de determinados produtos em circulação em espaços económicos integrados.

O processo de integração económica, normalmente pela experiência com comprovação teórica e histórica, iniciam-se com processos informais de mera cooperação entre países, só depois de se estabelecerem laços de credibilidade e confiança entre Estados soberanos, se passa para processos de maior solenidade e formalidade, passando de zonas ou áreas de comércio livre.

Assim sendo, a integração inicia-se sempre na mera cooperação e laços de entendimentos entre países, que na sustentação e credibilidade dos mesmos, evolui para outras formas de crescentes encontros de pontos de interesse e de plataforma, para a criação de laços de continuidade. Quando tal acontece, iniciam-se os processos de integração estruturados e negociados em termos políticos. Nestes processos de integração, existem três elementos a ter em atenção: primeiro, a componente de interesse económico; segundo, a componente de concertação política, na qual os governos estão de acordo nos princípios e na base de entendimento; terceiro, deve como última componente ser estabelecido uma estratégia de aproximação e de concertação de posição, para permitir que a lógica e estratégia seja cumprida e perpetue no tempo.

Aumentando o grau de integração, temos em termos teóricos a União Económica e Monetária, na qual se acresce a realidade da união económica, a capacidade de emitir e de ter uma mesma moeda. Novamente, a única realidade concreta é a União Europeia, com a criação de uma política cambial monetária e com uma certa estabilidade de traduzir na implementação do euro, como moeda única.

2.3- As Organizações internacionais africanas. Breve introdução das organizações internacionais

As Organizações internacionais, são resultado de vontades dos Estados. O surgimento das Organizações internacionais com carácter Universal deu-se com maior ênfase a partir da primeira metade do século XX, com a criação da SDN (Sociedade das Nações- 1939) e posteriormente a criação da ONU (Organizações das Nações Unidas- 1945). Muito antes destas duas, remontam duas organizações com fins específicos embora criadas no âmbito internacional, sob a Previsão do Acto Final do Congresso de Viena em 1815, CCR (Comissão Central do Reno- 1815) e a CED (Comissão Europeia do Danúbio-1856), criadas com fins semelhantes, estas por si só não constituíram verdadeiras organizações Internacionais³⁷, estavam na base da sua criação a necessidade que a Europa tinha em reestruturar-se após a queda Napoleónica em 1814.

Em função do estado de natureza da sua origem, as organizações podem ter um carácter Intergovernamental e não Governamental. Intergovernamental, a partir do momento em que elas provêm de um consenso e vontades entre os Estados, com fins e objectivos específicos, tendo como fim último o bem-estar e a realização das políticas traçadas pelos governos. Trata-se de organização Não Governamental ou as chamada ONG, quando nos referimos em associação que parte em geral de actor ou actores não governamentais, não tendo como fins o alcance de bens lucrativos, acolhem no seu interior especificidades que as diferenciam do Estado e de outras organizações e ou instituições privadas.

2.3.1- Conceito

As organizações internacionais são vistas e entendidas como, associações de Estados instituídas por meio de tratados e dotadas de órgãos permanentes que actuam

³⁷ Fabiana, Falcoski Ferreira. *Organizações Internacionais*. Brasil Uberaba/MG, Boletim de Jurídico, 12/2006, [On-line], Disponível em <<http://www.boletimjuridico.com.br/doutrina/texto.asp?id=1668>>. Acesso em 18 de Abril de 2010.

com autonomia em relação aos Estados membros para a prossecução de interesses comuns. O seu crescimento deve-se as necessidades e ao âmbito que os Estados por si só não são capazes de proporcionar determinadas soluções.

Elas são vistas no âmbito das Relações Internacionais como sendo actores, dotadas de personalidade jurídica o que lhes confere o estatuto de competência na resolução de determinadas matérias. Estas organizações têm antecedentes históricos no que diz respeito a sua formação no exercício da sua actividade e nos seus objectivos.

A partir do Tratado de Vestefália (1648), momento que a generalidade dos actores assinalam como correspondente a iniciativa dos modelos das Relações Internacionais. Tem-se verificado a afirmação de dois eixos fundamentais no desenvolvimento das relações entre os Estados, visando para a organização internacional dois objectivos principais:

- O problema da regulação do uso da força a nível internacional
- A tendência para uma maior igualdade nas relações entre os Estados e os povos.

Com base neste acordo, foi pautado o princípio da soberania dos Estados, permitindo a importância destes nas relações internacionais, onde surgiram as primeiras tentativas dos Estados em encontrarem formas de resolução pacífica dos conflitos. Com isso, considerou-se o equilíbrio do poder. Com o surgimento das Organizações Internacionais, os Estados mostram-se amadurecidos do ponto de vista das Relações Internacionais, marcando fortes iniciativas de possíveis relações de cooperação de âmbito internacional.

As organizações internacionais de fins gerais tem um objecto bem definido que pauta nas relações pacíficas dos Estados membros e interferindo-se nas resoluções dos conflitos internacionais. Já as Organizações internacionais de fins específicos se concentram na cooperação entre alguns sectores.

Quanto as organizações internacionais, em função da sua natureza jurídica, que lhes confere uma certa imposição de júri e de facto, obedecem a uma certa sequência de requisitos para fazer face ao uso da imperatividade e o poder de coacção.

Quanto a sua natureza jurídica elas encontram-se divididas em duas partes:

Organizações Internacionais de cooperação:

- Pela atribuição a Organização internacional pelos Estados membros, de competências muito limitadas.
- Pela estrutura institucional simples e complexas.
- O direito a veto de cada Estado membro, regras e deliberação são tomadas de consenso ou por unanimidade.
- As deliberações são essencialmente dirigidas aos Estados membros e não atingindo a ordem jurídica interna ao nível dos Estados membros.

Organizações Internacionais de Integração:

- Possui estrutura institucional complexa.
- A existência de um poder que exprime a vontade da organização
- A natureza jurídica pauta também pelo exercício dos órgãos competentes da organização internacional do poder executivo e de todas as actividades administrativas inerentes que a gestão interna da organização quer a prossecução do seu fim.
- Existência de um poder jurisdicional obrigatório, confiada a tribunais independentes

2.3.2- As Organizações Internacionais Africanas

As organizações internacionais africanas são o resultado dum interesses mútuo entre os países de ambição do quanto desejavam alcançar a liberdade. É assim que se começa a notar o interesse dos países africanos em criar uma organização internacional que pudesse de forma única e solidária os países se manifestarem na arena internacional.

De facto, a primeira organização africana surgiu em 1963 com a designação de Organização da Unidade Africana, OUA. Foi criada através dum acordo entre os Estados independentes com o fim de se estabelecerem políticas para se organizarem e lutarem pelas independências dos Estados que ainda se encontravam sob o regime da colonização. O objectivo principal dessa organização foi inicialmente político pois, a busca pela independência total de África era a meta atingir nesta altura.

Posteriormente, foram alcançadas as independências e os objectivos foram ultrapassados, surgia então uma outra luta: criação de organizações de carácter político, económico e social pois, a situação já não eram as mesma. As economias degradadas, as

sociedades destruídas, os sistemas políticos não definidos era o cenário dos países africanos logo após as independências. Sendo a OUA uma organização de carácter político, o seu plano não era suficientemente abrangente para dar resposta aos problemas que vieram a ser prioritários dos países que acabavam de se libertar do jugo colonial.

É assim, que a mesma se viu ultrapassada num acordo unânime em 2002 os Estados criam a UA – União Africana. Com um programa mais alargado, esta por sua vez engloba uma série de projectos e políticas que visam a união dos países de África, a luta pelo desenvolvimento político, económico, sociocultural, etc., etc.

A par desta organização, foram surgindo organizações de carácter económico em África, no sentido dos Estados cooperarem em áreas de interesses mútuas, a fim de criarem blocos onde os mesmos integram em condições aproximadamente equitativas.

Com a criação do processo de integração regional em África, para a sua sustentação foram criadas pelos Estados catorze comunidades económicas regionais com objectivos de eliminarem qualquer tipo de barreira que possa impedir o desenvolvimento a nível regional concomitantemente a nível do continente. Entre elas destacam-se³⁸:

- a) União do Maghreb Árabe (UMA), Com cinco Estados membros. Tunísia, Argélia, Líbia, Marrocos e Mauritânia.
- b) Mercado Comum da África Oriental e Austral (COMESA), Que inclui vinte membros;
- c) Comunidade Económica dos Estados da África Central (CEEAC), com dez Estados membros;
- d) Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental (CEEAO), também designada por CEDEAO, com quinze membros;
- e) Comunidade de desenvolvimento da África Austral (SADC), com catorze membros;
- f) Autoridade Intergovernamental para o Desenvolvimento (IGAD), com membros que pertencem a África Oriental;
- g) Comunidade dos Estados Sahelo-saharianas (CEN-SAD), com dezoito membros

³⁸ Trindade, *Op., Cit.*, p. 34.

Existem ainda seis organismos considerados sub-membros das comunidades económicas regionais mais importantes:

a) União Económica e Monetária do Oeste Africana (UEMOA), envolve oito membros que pertencem à CEDEAO

b) União do Rio Mano (URM), tem três membros que integram por sua vez a CEDEAO;

c) Comunidade Económica E Monetária da África Central (CEMAC), com seis membros que integram a CEEAC;

d) Comunidade Económica dos Países dos Grandes Lagos (CEPGL), formada por três países que fazem parte da CEEAC;

e) Comunidade da África do Este (CAE), tem três membros, dois deles do COMESA e um da SADC;

f) Comissão do Oceano Indico (COI), tem cinco membros, quatro deles pertencem ao COMESA e um à SADC;

g) União Aduaneira da África Austral (SACU), com sete membros, cinco pertence a SADC e dois do COMESA.

Tabela 2

Composição das Organizações Regionais na África Austral e Oriental

	ESA-EU EPA	SADC-EU EPA	SADC	COMESA	IOC	EAC	IGAD	SACU
Angola		X	X					
Botswana		X	X					X
Burundi	X			X FTA		X		
Comoros	X			X	X			
Djibouti	X			X FTA			X	
DRC	X		X	X				
Egypt				X FTA				
Eritrea	X			X			X	
Ethiopia	X			X			X	
Kenya	X			X FTA		X	X	
Lesotho		X	X					X
Madagascar	X		X	X FTA	X			
Malawi	X		X	X FTA				
Mauritius	X		X	X FTA	X			
Mozambique		X	X					
Namibia		X	X					X
Rwanda	X			X FTA		X		
Seychelles	X			X	X			
South Africa			X					X
Sudan	X			X FTA			X	
Swaziland		X	X	X				X
Tanzania		X	X			X		
Uganda	X			X		X	X	
Zambia	X		X	X FTA				
Zimbabwe	X		X	X FTA				
Aim	EPA 2008	EPA 2008	CU 2010	CU 2008		CU 2004		

Fonte: Paper presented at the Conference on Multilateralising Regionalism Sponsored and organized by WTO-HEI Co- organized by the Centre for Economic Policy Research (CEPR) 10-12. Geneva, Swaziland, September 2007, p. 33.

É necessário termos em conta que para caracterizarmos as dinâmicas económicas em África, temos que ter em atenção a divisão de África do ponto de vista histórico-geográfico. Nesta lógica, todos actuais países africanos que são banhados pelo Oceano Índico desde a Somália à África do Sul, partilham uma longa história de contactos entre si e povos de outros continentes, principalmente da Ásia, com os quais tiveram relações desde os primeiros tempos da história. Essa divisão não se delimita apenas aos povos que viviam nas regiões Costeiras, assim como os povos do interior do continente, uma

vez que a maior parte dos interesses das colónias nos recursos que faziam parte de um alargado comércio encontravam-se no interior do continente.

Partindo da formação das Organizações Regionais, a região da África Austral e Oriental não fogem os objectivos que estão na origem a criação de uma integração, estes com maior interesse na integração, uma vez que as incapacidades da governação na África subsariana é fundamental para a caracterização da situação subdesenvolvida. Os países da região Austral e Oriental de África, são países que apresentam condições de subdesenvolvimento meramente iguais e equivalentes (com excepção da África do Sul que apresenta um PIB³⁹ superior em relação ao PIB dos restantes países membros da SADC), desde factores económicos, políticos, sociais e até mesmo demográficos. Geograficamente, são países com grandes populações, predominância do sistema rural e disperso como sistemas de desenvolvimento, apresentam grandes debilidades nas suas instituições, o que torna uma preocupação comum a nível regional e na busca insaciável de soluções comuns.

A integração nesta região e como em toda a África, é vista como um mecanismo de luta do subdesenvolvimento, como um processo fundamental para a conquista de um lugar na escala da economia global, como elemento catalisador e exportador de comunidades baseada substancialmente sobre o acesso preferencial aos mercados dos países desenvolvidos.

Na região da África Subsariana, a maior parte das iniciativas e mais antigas de blocos de integração económicos vêm da África Austral e Oriental. Em comparação com os restantes países a nível do continente, a sub-região comporta mais blocos de integração económica, dentre os principais destacam-se a COMESA (fazem parte vinte países que situam-se na África Austral e Oriental), a SADC (actualmente fazem parte quinze países), EAC (actualmente com cinco membros), SACU (em 1910 já fazia parte a África do Sul. Actualmente fazem parte a África do Sul, Namíbia, Suazilândia, Lesoto e Botswana), e o GAD (fazem parte seis países do Leste africano). Alguns destes países pertencem a mais de uma organização regional.

Na África Austral e Oriental encontramos o bloco com maior crescimento económico de África, tanto a nível das trocas comerciais, Investimento Directo

³⁹PNUD. *Relatório de Desenvolvimento Humano*. PNUD, 2009, [On-line], Disponível em <http://hdr.undp.org/en/reports/global/hdr2009/>. Acesso em 28 de Março de 2010.

Estrangeiro como do seu PIB (a SADC), o bloco da região com maior número de membros (COMESA) e a União mais antiga de África (SACU).

Multilateralismo vs Regionalismo

Do ponto de vista do comércio regional, muitos são os que acreditam que a abertura dos mercados e a redução das barreiras comerciais são ingredientes fortes para aumentar o crescimento tanto do mundo industrial quanto dos países em desenvolvimento.

Durante anos, os Estados passaram por diversos processos que influenciaram nalgumas mudanças ao longo da história em termos políticos, económicos, sociais, particularmente na questão económica os tratados, acordos e contratos bilaterais fizeram-se acompanhar de qualquer forma, proporcionando maiores possibilidades dos países estabelecerem relações multilaterais constituídas para o desenvolvimento de regiões.

Existem várias razões pelas quais levam os países a aderirem aos acordos de cooperação regional tais como, factores de ordem política, geográfica, afinidade cultural e económica. Para alguns países, a solução de muitos problemas que têm na sua base factores como esses, tendem a encontrar as soluções numa acção colectiva ligada à segurança ou desenvolvimento económico. Para esses, a construção de uma capacidade de negociação colectiva de forma eficaz é importante para ultrapassar determinados problemas a nível interno e externo.

Existe uma compatibilidade dos acordos regionais e do sistema multilateral, no âmbito dos blocos regionais e das organizações económicas de carácter internacional. Esta compatibilidade tem resultado numa dinamização no desenvolvimento de acordos.

Paralelamente ao desenvolvimento do sistema multilateral assistia-se ao desenvolvimento do regionalismo. O fenómeno regionalismo é associado a dois períodos históricos, conhecidos como primeira e segunda onda do regionalismo.⁴⁰ A primeira, deu-se no início do pós Segunda Guerra Mundial, e embora o seu vigor tenha

⁴⁰ Segundo Elísio, Benedito Jamine. *Multilateralismo e Regionalismo na Ordem Económica Internacional: OMC e SADC: O Processo de Integração Regional na SADC*. UNEP, UNICAMP e PUC/SP, São Paulo, 2009, [On-line], Disponível em <http://www.santiagodantassp.locaweb.com.br/br/arquivos/defesas/elisio.pdf>, p. 8. Acesso em 3 de Abril de 2010.

sido maior até a década de 1970, engloba também os acordos e organizações regionais criados até o início da década de 1980. Nas décadas de 1950 e 1960, foram criados vários blocos regionais de comércio, na maioria entre países em desenvolvimento, que tiveram, de modo geral, escasso impacto sobre a estrutura do comércio internacional. A grande exceção foi a assinatura do Tratado de Roma, em 1957, que estabeleceu a Comunidade Económica Europeia (CEE), a qual levaria, quase quatro décadas mais tarde à constituição da União Europeia (UE). Esta onda de regionalismo foi considerada a “primeira onda”, o qual tendia a ser fechada, proteccionista e se manifestava como resultado de um impulso político, governamental⁴¹.

A primeira onda do regionalismo foi votada ao fracasso. As acções dos EUA foram até certo ponto factor de peso para o fracasso do regionalismo, conforme enfatiza Bhagwati (1995), “os EUA estavam preocupados com o fortalecimento do multilateralismo, decorrente do GATT, posicionando-se contrário aos movimentos de integração regional”⁴², as suas acções consistiam no engajamento na desregulamentação e liberalização no âmbito global. Para além das acções dos EUA, teriam contribuído para o fracasso do regionalismo: a crise económica global, proporcionada pelo fim do Sistema de Bretton Woods; as crises do petróleo e da dívida do terceiro mundo que provocaram uma profunda mudança na conjuntura internacional; a estratégia proteccionista de substituição de importações levada adiante pelos países da América Latina e Ásia, deixando o regionalismo para o segundo plano; a estagnação do processo de integração europeia; elementos estes que tiveram um profundo impacto sobre os fluxos económicos internacionais⁴³.

No início da década de 80, torna-se patente como assinalou Cline (1983), a pressão sobre um sistema internacional de comércio que já não satisfazia inteiramente as aspirações de nenhuma categoria dos países, segundo Claine. Em última análise, os países ricos mostravam sua pouca disposição de respeitar as normas que eles tinham estabelecido, enquanto os pobres insistiam em que, antes de serem alteradas, elas fossem cumpridas naquilo que interessava às economias menos avançadas.

Em certo sentido, tinha havido uma inversão de posições, com as grandes potências económicas procurando modificar um sistema que percebiam como

⁴² *Cit. por Jamine, Op., Cit., p. 22-46.*

⁴³ *Cit. por Jamine, Op., Cit., p.9.*

insuficientemente favorável aos seus interesses, enquanto que os países em desenvolvimento insistiam em obter, primeiro, o cumprimento de promessas feitas e fraudadas. Foi contra esse pano de fundo que, na década de 1980, ocorreram dois desenvolvimentos cujas implicações para o futuro do sistema do comércio multilateral ainda não estão totalmente claras – a proliferação do regionalismo em uma escala até então desconhecida e a inclusão dos chamados “novos temas” na agenda do comércio internacional⁴⁴.

As mudanças sistémicas decorrentes do fim da Guerra Fria e da globalização que se reinstauram neste contexto, reforçaram os motivos para a segunda onda de regionalismo, caracterizada pela literatura como regionalismo aberto. O seu marco principal é o final da Guerra Fria.

O fim da Guerra Fria produziu novas atitudes viradas à cooperação internacional e a descentralização internacional. O colapso do sistema bipolar e o fim do antagonismo que o caracterizava constituiu uma das explicações óbvias para o regionalismo e mesmo para as outras formas de cooperação. A descentralização do sistema internacional que se seguiu no final da Guerra Fria fortificou o argumento do regionalismo. As organizações regionais dos países industrializados que já possuíam um nível elevado de institucionalização, caso da CE, ampliaram a sua esfera de acção e incorporaram novos membros, para além da acentuada mudança da economia global e o papel impulsionador das grandes potências, verificou-se o declínio da “solidariedade colectiva” no terceiro mundo e o processo da democratização. As políticas de liberalização e democratização criaram condições favoráveis à interdependência regional e internacional. Isto porque, apesar da democracia não ser fundamental para a integração, o ambiente político democrático ajuda a criar condições necessárias para interdependência nos diferentes níveis. No período da década de 1990, foram criadas novas organizações e acordos de integração regional e outras já existentes foram revigoradas. No caso da África Austral (re) surgiu a SADC, em 1992.

De facto, o multilateralismo quase sempre associado ao regionalismo, ligados a uma ordem económica, tendo em vista os dois conceitos em Relações Internacionais, das relações de cooperação e nos vários processos de integração económica regional.

⁴⁴ *Ct. Por Jamine, Op. Cit., p. 9.*

Não obstante, o multilateralismo (caracterizado por um sistema comercial no modo de organização das relações de um estado com o outro), e o regionalismo (sistema comercial que caracteriza as relações de países geograficamente próximos) são entendidos como formas complementares visando a redução de barreiras comerciais, porém cada um a seu modo. Essas trocas decorrem por meio de acordos e ou tratados multilaterais, definindo-os como um modo de organização das relações bilaterais. O regionalismo vs multilateralismo, a sua união é quase que uma certeza para impulsionar os efeitos que possam encaminhar as economias regionais para um comércio global e liberal, fortificando e independenciando as várias economias regionais.

De facto, a reciprocidade das relações cria novas forças de economia política, os interesses de exportação são resguardados num sistema de comércio liberal a longo prazo, que chega a ser benéfico num sistema de comércio mais livre. Num segundo plano, os acordos regionais que são feitos geram ganhos de curto prazo no que toca a exportação, o sistema multilateral de comércio pode se tornar um instrumento menos útil para os exportadores, especialmente se os acordos são com base no menor denominador comum e muito abaixo de seu acesso direccionado ao comércio⁴⁵. Concomitantemente Baldwin, argumenta de que o regionalismo, quando visto desta maneira, isto é, quando se procura promover a liberalização em áreas onde as negociações de comércio multilateral pode ter atingido um ponto de exaustão, pode muito bem tornar-se um trampolim para a liberalização do comércio global⁴⁶.

Num processo de cooperação multilateral, existem vários actores todos com expectativas, necessidades, agendas e capacidades diferentes que fazem parte do comércio multilateral que de uma forma ou de outra, torna-se difícil tomar decisões onde a chegada de uns sobrepõe a vontade de muitos. O grande interesse do multilateralismo e regionalismo é incentivar a liberalização económica, alinhando as forças da economia política rumo a liberalização, criar oportunidades de acessos aos mercados, interesses de exportação essencialmente nas áreas de serviços, a fim de eliminar barreiras técnicas aos investimentos.

⁴⁵ Draper, Peter; Qobo, Mzukisi. *Paper presented at the conference on multilateralising regionalism sponsored and organized by WTO-HEI, Co-organized by the centre for economic policy research (CEPR),: Rabbits caught in the head lights? Africa and the "multilateralizing regionalism paradigm".* Geneva, Switzerland, September 2007, p. 6.

⁴⁶ *Idem.*

Multilateralismo, Plurilateralismo, Bilateralismo e Integração regional são expressões usadas em determinadas situações para diferenciar o grau e o tipo de relações existentes entre os diferentes agentes económicos, não esquecendo que todas elas tendem a um único objectivo que é a criação de políticas de cooperação, desenvolvimento apresentando cada uma delas de acordo a sua natureza, vantagens e desvantagens.

No que diz respeito as obrigações, os acordos comerciais multilaterais regionais nos países em via de desenvolvimento são muito limitados a um subconjunto de tarifas e cobrem apenas as mercadorias, enquanto que em alguns ela é mais ampla e vai além de medidas de fronteira para regulamentar os países em via de desenvolvimento, que enfrentam dificuldades no comércio regional multilateral em termos de negociações, bem como, as suas decisões sobre os seus direitos e obrigações. Por exemplo, os ajustamentos orçamentais ou pobres ambientes institucionais, são menos um desafio para as economias desenvolvidas. Esta falta de condições não proporcionam novos intercâmbios regionais nem tão pouco contribui para o incentivo das economias no sentido de desenvolver as várias economias vizinhas.

Capítulo III – A comunidade de Desenvolvimento para a África Austral (SADC)

Os processos de cooperação e integração em África surgem depois do processo de descolonização, no qual as principais potências europeias concedem as independências aos territórios africanos, atendendo aos processos de ocupação militar ou desenvolvimento político, se tornarem insustentáveis e cada vez mais contestados na cena internacional.

A lógica da integração em África, desenvolve-se segundo factores específicos nomeadamente: concretização e desenvolvimento de entidades e consciências nacionais, autonomização dos países europeus e criação de processos de crescimento e estruturação das sociedades em termos socioeconómicos. Tal além disso, devem estar igualmente subjacentes fortes elos de entidade cultural e unidade entre povos.

A essência da realidade africana é formada e analisada segundo o padrão da lógica da colonização europeia. Entre vários aspectos analisados da colonização contam os seguintes elementos: primeiro, a colonização europeia, foi feita numa base de exploração das matérias-primas, não numa lógica de criação de economias de escala e de desenvolvimento; segundo aspecto, o continente africano foi separado e dividido a régua e esquadro (com a Conferência de Berlim em 1884/1885), segundo interesses meramente europeus, tendo como suporte uma lógica meramente económico-financeira; terceiro, os europeus, nunca construíram uma elite socioeconómica e cultural distintas do poder político em África, eles apenas tinham uma elite europeia com meros poderes de administração e representação, logo quando os europeus saíram de África, não ficaram elites político-sociais, mas meras patentes administrativas e militares.

Os europeus desenvolveram essas mesmas elites e grande parte do desenvolvimento educacional e cultural dos estudantes e intelectuais africanos, devido ao facto destes terem sido feitos quando estudavam na Europa, com padrões e valores europeus e não com padrões e consciência africana.⁴⁷

⁴⁷Henrique, Guerra. *Angola. Estruturas Económicas e Classes Sociais*. Luanda, U.E.A, 1988, p. 162.

No entanto a formação, estruturação e surgimento de políticas e forma de integração, foi desenvolvida e promovida inicialmente no início da década de 70 pelos três líderes de países independentes na África austral, Seretse Khama (Botswana), Kenneth Kaunda (Zâmbia) e Julius Nierere (República Unida da Tanzânia). Na sequência de reuniões presididas por Nierere, estes países tinham como objectivo a libertação de países que ainda se encontravam sob o jugo colonial e o apartheid. Após as independências de Angola e Moçambique em 1975, juntam-se Agostinho Neto e Samora Machel respectivamente⁴⁸.

Numa primeira fase, este movimento de mera cooperação tinha como objectivos estruturais: primeiro, ajudar a alicerçar e cimentar os novos poderes políticos instituídos; segundo, ajudar a criar uma estrutura socioeconómica, suportada numa lógica de boa vizinhança e estabelecimento de políticas de interesse mútuo; terceiro, a união pelo menos formal de diversos países vizinhos da África Austral.

No período de 1977 á 1979, os representantes destes países consultaram entre si sobre a melhor forma de fortalecer a sua cooperação. As consultas culminaram com o encontro em Arusha, em Julho de 1979 com a afirmação de uma estrutura e organização. Concomitantemente, foi estabelecido e lançada em 1980 o projecto da conferência de coordenação de desenvolvimento da África austral (SADCC) com nove países independentes integrantes: Angola, Botswana, Lesoto, Malawi, Moçambique, Tanzânia, Zâmbia, Zimbabué e Suazilândia.

A cooperação e integração histórica, na África Austral têm que ver com aspectos diversos, nomeadamente factores históricos de colonialismo e processos de independência, factores económicos e políticos, complementados com uma percepção cultural social muito própria na África Austral.

Com o objectivo de adaptação à realidade africana, os processos de integração económica nunca se deram de uma forma decisiva, tendo em conta algumas características em causa, nomeadamente o facto de o colonialismo e imperialismo europeu, levado a cabo por países como Portugal, França e Inglaterra terem sufocado as

⁴⁸ SADC. Sadc today. *Os Estados da Linha da Frente e a SADC*, vol.8, nº.3. Harare, Zimbabué, Agosto 2005, [On-line], Disponível em <<http://www.sadc.net/editorial/sadctoday/portview.asp?vol=233&pubno=v8n3>>. Acesso em 31 de Março de 2010.

entidades étnicas e culturais africanas e dificultaram a procura e busca de nacionalismo e entidades em África.

Numa segunda perspectiva, os movimentos de independência em África que se desenvolveram nos anos 70 e 80 do século XX, deram-se numa base de confrontação numa lógica da Guerra Fria, na qual por um lado a união Soviética e por outro os Estados Unidos da América apoiavam movimentos independentistas e anti-colonialistas, como forma de desenvolver uma estratégia de domínio ideológico e político⁴⁹.

3.1- Da SADCC (Southern African Development Coordination Conference) até à SADC.

A Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral, surgiu como Organização estruturada em 1992, sob o tratado de 17 de Agosto, em Windhok. Fizeram-se representar ao mais alto nível, Presidentes e primeiros-ministros dos respectivos países. Foi então acordado a transformação orgânica da SADCC (*Southern Africa Development Co-ordination Conference*) ou Conferência Coordenadora para o Desenvolvimento da África Austral), criada inicialmente em 1980 por uma Cimeira de chefes representantes dos Estados membros integrantes.

Desta forma, originalmente na Conferência de Coordenação e Desenvolvimento para a África Austral (SADCC), tinham como objectivos concretos, criar elos de ligação político, económico e comercial, tendo como principais propostas uma elevação dos níveis de desenvolvimento nos Estados da África Austral e desbloquear interesses fronteiriços que em nada ajudavam ao desenvolvimento sustentado em África. .

A Conferência para a Cooperação e Desenvolvimento da África Austral, tinha como objectivos fulcrais:

- Reduzir a dependência dos Estados membros, da África do Sul, com seu sistema político de Apartheid⁵⁰ e implementar programas e projectos de

⁴⁹ Nicholas, Howen. *Construção da Paz e Sociedade Civil em Angola: Um Papel Para a Comunidade Internacional*. Londres, Departamento para Desenvolvimento Internacional & Ministério dos Negócios Estrangeiros e da Commonwealth, 2001, p. 130.

⁵⁰ Sistema de Discriminação Racial que surgiu em 1948 na África do Sul para designar um regime segundo o qual os brancos detinham o poder e os povos restantes eram obrigados a viver separados dos brancos, de acordo com regras que os impediam de ser verdadeiros cidadãos. Este sistema foi condenado e objecto de sanções políticas e económicas pela Comunidade Internacional.

desenvolvimento económico e comercial, com impacto real nas economias dos Estados integrantes;

- Procurar mobilizar os Estados-membros para a utilização dos seus recursos naturais, em busca da auto-suficiência dos Estados e da sua associação, jogando a Comunidade Internacional um papel financiador e não de explorador primário;
- Garantir um conjunto de políticas concertadas entre os Estados-membros, com objectivos claros de carácter económico, financeiro e comercial, apostando nomeadamente na baixa de tarifas aduaneiras entre Estados-membros, de modo a facilitar as trocas comerciais entre eles;
- Negociar apoios internacionais, nomeadamente ao nível do Banco Mundial e Fundo Monetário Internacional, que permita negociar as dívidas externas destes Estados e ao mesmo tempo financiar projectos concretos de infra-estruturas nos seus territórios.

No entanto, era necessário numa primeira fase demonstrar, que os Estados-membros saberiam trabalhar em consonância de interesses, tendo como princípio que, juntos e unidos valeriam mais do que separados por interesses nacionais e particulares.

Através da SADCC, os Estados-membros fundadores procuraram, numa segunda fase, demonstrar a benefícios tangíveis de trabalhar em conjunto, de forma a cultivar um clima de confiança entre os Estados-membros.

A Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral SADC (anteriormente SADCC) desenvolveu uma série de políticas, programas desde então, para se tornar uma organização, com um programa de acção, abrangendo vários sectores económicos e sociais amplos, nas matérias de energia, turismo, ambiente e ordenamento do território, da água, da extracção Mineira e petrolífera, do Emprego e do Trabalho, Cultura, Informação, Desporto e Transportes.

No entanto, existem ainda outros sectores que estão ligados, às Finanças e Investimento, desenvolvimento dos recursos humanos, da Alimentação, Agricultura e Recursos Naturais, Saúde e Assuntos Jurídicos, que embora não estando na alçada inicial da SADCC, integraram posteriormente as políticas e os programas da SADC em conjugação de interesses com os Estados-membros.

A reestruturação levada a cabo foi necessária, em parte, devido ao número de dificuldades e limitações encontradas no processo de transformar, a organização de uma conferência numa coordenação comunitária. Neste propósito, incluem uma série de reformas institucionais, para permitir a efectiva transformação da SADCC (Conferência coordenadora) a SADC (Comunidade).

Além desses factos, o recurso a mecanismos de gestão económica, traduzidos numa lógica de oferta e procura, não foram suficientemente desenvolvidos, seria necessário encontrar meios de empenhamento político, para delinear o alcance a uma escala da comunidade, através da construção da integração regional.

Isto implicaria, delegar autoridade e reforço da capacidade de tomada de decisão para as agências responsáveis pela aplicação dos princípios da SADCC, para uma nova agenda no âmbito da SADC.

Nesta primeira fase, a SADCC goza de uma enorme falta de sinergias e objectivos concretos, só suplantados no Programa de acção da SADC (PA-SADC), que impõe um novo quadro Institucional a esta nova organização de cooperação regional, na qual aqui sim, já existe uma capacidade de mobilização e níveis significativos de recursos próprios, com capacidade de executar um programa de políticas comunitárias.

Desde cedo, os Estados da SADCC tinham compreendido, que a constituição de um fórum de discussão e debate dos problemas africanos, seria muito pouco, era necessário para a obtenção de um compromisso e cooperação, que existissem estruturas próprias, com uma organização de carácter jurídico formal, que respeitasse todos os pressupostos do Direito internacional, para funcionar e actuar nos melhores interesses desta região de África.

É também a partir de 1992, como ano decisivo para a SADCC-SADC que se cria a consciência e necessidade de mudar o foco da Organização, de coordenação de meros projectos de desenvolvimento, para uma tarefa mais complexa, que passa por uma integração das economias dos Estados-membros.

Assim sendo, o tratado de 1992, constitutivo da SADC, dá origem a construção de uma comunidade na África Austral, respeitando os seguintes princípios basilares, em concreto: primeiro, os direitos humanos, princípio do Estado democrático; segundo, princípio de Igualdade e respeito pela soberania e autoridade de cada um dos Estados-membros; terceiro, procurar por todos os meios levar a cabo políticas de solidariedade,

paz e segurança no seio da Comunidade; quarto, procurar atingir a equidade, equilíbrio e benefício mútuo; quinto e último aspecto, procurar como princípio, uma solução pacífica para as controvérsias internas.

Tendo em conta que a SADC, foi criada como uma organização política e económica de cooperação e possível integração, tem como objectivos claros e sustentáveis:

- Primeiro, alcançar o desenvolvimento e crescimento económico, de forma a aliviar a pobreza e miséria nestes países;
- Segundo, melhorar de forma sustentável e progressiva, os padrões de qualidade de vida dos povos da África Austral, assim como, apoiar social e economicamente, os mais desfavorecidos, através da inclusão e integração regional;
- Terceiro, evoluir para encontrar uma plataforma de interesses, valores políticos, sistemas e instituições comuns;
- Quarto, promover políticas de auto-promoção e de desenvolvimento com base em estratégias comunitárias;
- Quinto, alcançar a complementariedade entre as estratégias políticas e económicas nacionais, regionais e globais;
- Sexto, promover e maximizar, as políticas de emprego produtivo e utilização dos recursos desta região da África Austral;
- Sétimo, procurar atingir níveis de utilização dos recursos naturais, com níveis sustentáveis de responsabilidade social e ambiental;
- Oitavo e último ponto, fortalecer os laços de cooperação, diálogo e participação baseados numa história comum, em afinidades culturais e relações entre os vários povos da região.

Desta forma, a Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral (SADC), funcionando como Comunidade de cooperação, deve procurar construir uma região, na qual os níveis de desenvolvimento, harmonização e de racionalização permitam uma partilha de recursos, que se traduzam num desenvolvimento comum, auto-suficiência e melhoria dos padrões de segurança e de nível de vida.

Nos dias de hoje, a SADC engloba 15 países, de referir em concreto, Angola, Botswana, República Democrática do Congo, Lesoto, Malawi, Maurícias, Moçambique, Namíbia, República da África do Sul, Suazilândia, Tanzânia, Zâmbia, Zimbabwe, Madagáscar e Seychelles⁵¹.

Os países membros da SADC, somam entre si, uma população acima de 250 milhões, que poderá duplicar até 2025 e um PIB superior a 900 mil milhões de dólares, até então é visto como o mais poderoso e promissor motor de integração económica no continente, embora regista certas fragilidades, fruto da conjuntura internacional, dos desacordos políticos e das desigualdades entre os quinze, em termos absolutos e em níveis e ritmos de desenvolvimento, agravados pelo alargamento⁵².

Figura 3

Países Membros da SADC



Fonte: SADC. *The Promotion of Regional Integration in the SADC Livestock Sector (Print Livestock Project). Geographical Coverage, Duration and Budget*. Novembro, 2009. [On-line], Disponível em < <http://www.sadc.int/fanr/livestock/print/index.php>.

⁵¹ SADC. *Estados membros. Manual Zona de Comércio Livre, Crescimento, Desenvolvimento e Criação de riquezas*. Harare, SADC 2008, [On-line], Disponível em <<http://www.sadc.int/>>.

⁵² *África. SADC: Os altos e baixos de uma integração difícil*. África, Correio do Patriota, Março, 2010. [On-line], Disponível em <http://www.correiodopatriota.com/index2.php?option=com_content&do_pdf=1&id=8548>.

Esta região africana enfrenta uma série de problemas, desde dificuldades naturais como secas prolongadas até, problemas de saúde pública, como a enorme disseminação da SIDA, até a problemas alimentares, tendo em conta a grande pobreza em infra-estruturas e desenvolvimento económico-social.

A erradicação e promoção de medidas capazes de lidar com condições políticas e económico-sociais, estão entre as principais metas da Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral, que são:

- Promover o crescimento e desenvolvimento económico, aliviar a pobreza, aumentar a qualidade de vida do povo africano, e prover auxílio aos mais desfavorecidos por meio de integração regional;
- Evoluir para valores políticos, sistemas e instituições comuns;
- Promover e desenvolver a paz e a segurança;
- Promover o desenvolvimento auto-sustentável por meio da interdependência colectiva dos Estados membros e da sua confiança mútua;
- Atingir a complementaridade entre as estratégias e programas nacionais e regionais;
- Promover e maximizar a utilização efectiva de recursos da região;
- Atingir utilização sustentável de recursos naturais e a protecção do meio-ambiente;
- Reforçar e consolidar as afinidades culturais, históricas e sociais de longa data da região.

O financiamento dos projectos da Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral é obtido através de duas formas primordiais: a primeira, e mais importante, através de contribuição de cada um dos membros, com o valor baseado no PIB de cada um; a segunda, é feita através da colaboração de parceiros económicos internacionais, como a União Europeia e alguns países desenvolvidos, que dependem de projectos a serem desenvolvidos.

Para atingir o alicerce duma de uma economia de mercado e de liberdade de concorrência, será necessário estabelecer regras e princípios comuns, e uma estratégia na qual, o essencial é promover o desenvolvimento, agrícola, comercial, industrial e

local. Com a industrialização atingir-se-ia a independência em relação aos produtos industrializados estrangeiros, e, o que também é importante, aos produtos da África do Sul, que exerce um claro domínio sobre o mercado dos seus vizinhos. A estratégia principal consiste na reabilitação e melhoria na produção das capacidades já existentes nestas economias.

Os projectos de industrialização tentam seguir as directrizes estabelecidas pela Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral, de produzirem sempre mercadorias de destaque no mercado regional, mas que possam também ser exportadas, seja para fora do bloco ou não, e que tenham a maior parte possível da matéria-prima extraída dentro dos países membros.

Tendo isso em mente, a produção tem concentrando especial atenção, em produtos manufacturados de necessidade imediata e produtos de base, como produtos de alimentação e higiene individual e colectiva, além de produtos de apoio às actividades industriais que estiverem a ser desenvolvidas.

Apesar de ser um importante passo, não se pode ver esse plano como uma meta final da industrialização, pois os seus objectivos são demasiadamente concentrados nas economias locais e sendo profundamente ligados a necessidades imediatas, perdendo de vista em alguns momentos o âmbito global: embora não se possa querer começar com uma indústria forte na exportação, é necessário que haja uma estratégia definida por, metas fixadas para um futuro não tão distante.

Um dos poucos projectos na área de educação e estágios de mão-de-obra qualificada tem sido, em parte, realizado pela SADC, através de programas de intercâmbio de experiências e conferências de discussão, onde concentram esforços para o desenvolvimento. O combate ao HIV/SIDA, também se encontra entre as prioridades da SADC. As metas a atingir são que 95% da população entre 15 e 24 anos em 2010 esteja informada sobre os conceitos básicos que concernem a doença, e em 2015 o número de infectados seja reduzido.

Os profissionais a serem formados são aqueles que foram considerados como os mais importantes ao desenvolvimento imediato, como gestores públicos, técnicos, engenheiros (especialmente agrícolas) e cientistas com formações aplicáveis à indústria. Devido à eminente falta de capacidade e de competências dos locais desses cargos, têm-

se oferecido bolsas de estudo em localidades estrangeiras, embora não haja muitas iniciativas para a criação de centros de formação intelectual e técnica.

A questão de fundo, neste aspecto é saber até que ponto a constituição de elites sociais, culturais e intelectuais, será do melhor interesse dos países e em concreto dos governos nesta área do globo.

A SADC tem também como objectivos, aumentar a participação da mulher em todas as camadas da sociedade, com objectivos, de em menos de cinco anos conseguir abolir todas as cláusulas discriminatórias sobre o género nas Constituições de todos os países, de forma a instituir leis que garantam direitos iguais a homens e mulheres, reduzir a violência contra mulheres e crianças e de modo a conduzir a uma significativa melhoria da imagem e condições da mulher na sociedade.

Em uma década é esperado, aumentar a participação feminina em cargos governamentais e em empresas estatais nos países da SADC.

Em termos meramente económicos, o principal parceiro económico externo da SADC é a União Europeia que, como bloco realiza importantes trocas desde os anos oitenta com países, cuja essência é mantida numa lógica de cooperação para o desenvolvimento.

Apesar da parcela do mercado europeu que desenvolve relações de cooperação e entendimento em diversas áreas com a SADC, com cerca de três por cento actualmente nas trocas e importância comercial e económico-financeira, contra sete por cento, na década de oitenta, essas trocas ainda representam a maior parte das exportações e importações externas da Comunidade da SADCC⁵³.

Desta forma a Comunidade de Desenvolvimento da África Austral tem na sua criação e na sua génese, uma determinada lógica de criação de uma estrutura autónoma e independente numa de desenvolvimento político e económico-social cimentado por uma vontade de unir esforços contra as anteriores potências europeias. Mas complementar a esta lógica, surge também uma vontade global de criar formas de desenvolvimento e criação de infra-estruturas, que permita um comércio mais

⁵³ SADC. *Comunidade para o Desenvolvimento da África austral*. Harare, Zimbabué, 23 de Março de 2010, [On-line], Disponível em <http://pt.wikipedia.org/wiki/Comunidade_para_o_Desenvolvimento_da_%C3%81frica_Austral>. Acesso em 1 de Abril de 2010.

equilibrado, que procura a criação de riqueza e mais-valias visíveis, mas que procura também um determinado equilíbrio de forças e redistribuição da riqueza quer em termos regionais, quer em termos internos de cada um desses países.

Nos dias de hoje, a SADC, procura numa fase complementar de crescimento económico e social, produzir todo o seu potencial e fazer com que as suas riquezas naturais, possam contribuir para um desenvolvimento sustentado nessa região africana.

Nessa lógica, no âmbito da Comunidade de Desenvolvimento da África Austral, mediante a realização de Conferências de coordenação do desenvolvimento da África Austral, foram criadas a partir de 1996, protocolos no âmbito da SADC de trocas comerciais e ulterior liberalização de tarifas aduaneiras, com processos evolutivos de baixa e eliminação de algumas destas tarifas até ao ano de 2000. Na sequência destes protocolos e como resultado na sua aplicação na execução dos processos evolutivos, veio a se concretizar em 2008 a criação da Zona de Comércio Livre da SADC.

Concomitantemente, a partir de 2008, criou-se a denominada Zona de Comércio Livre, por um conjunto de países membros da Comunidade de Desenvolvimento da África Austral, com o objectivo primordial de eliminar totalmente quaisquer tarifas e barreiras não tarifárias relativamente a todas as actividades comerciais, cabendo no entanto de forma muito particular, a possibilidade de cada um dos Estados integrantes, não só poderem estipular tarifas terceiros a países exteriores, ou poderem opor-se a entrada de outros países.

Numa lógica de globalização e integração regional, esta ZCL é em primeira instância uma forma de aumentar as trocas comerciais entre Estados-membros, com a aplicação de regras de facilitação de trocas, com a aplicação de uma tarifa baixa e de outra tarifa externa comum a todos os outros Estados não participantes ou não membros.

Depois de se ter concretizado a criação de uma ZCL em 2008, a SADC pretende evoluir posteriormente para uma verdadeira União Aduaneira em 2010, em 2015 para um Mercado Comum, em 2016 para União Monetária e por fim uma real efectiva utilização de moeda única até 2018.

Evoluindo a SADC, neste sentido objectivo e estratégico, nos próximos anos, os grandes objectivos será potenciar os recursos humanos e recursos naturais em riqueza e prosperidade, assente numa mais-valia em 2009 de 71 biliões de dólares americanos e

de 77 milhões de habitantes. No entanto os objectivos económico-sociais serão traduzidos num aumento das produções nacionais dos Estados-membros e subsequentemente da própria Comunidade, com aumento das exportações entre partes e com o exterior, com maiores oportunidades de negócio e acesso a matérias-primas com valores mais apetecíveis.

Complementar a esta lógica económica surgirão igualmente, novos *feedbacks* positivos, em virtude da existência de maior riqueza e comércio de traduzir de modo significativo, na criação de emprego, na criação de maiores investimentos directos e indirectos e criação de *joint ventures* e linhas de cooperação entre as partes e com terceiros.

No fundo na realidade política e socioeconómica regional da África Austral, trata-se de traduzir riquezas mineiras em recursos humanos com grandes potencialidades, em criação de sistemas políticos democráticos, estáveis e com vontade de cooperar, quer entre si, quer com terceiros, procurando formas e metodologias, que erguer uma estrutura económica e social, que permita ao mesmo tempo criar mais-valias e riqueza, não negligenciando todavia, a criação de políticas de distribuição de riqueza e dividendos por toda a sua população. O grande desafio de África e nomeadamente da África Austral, é provar que a Democracia e a Economia com livre concorrência funciona, tem no entanto que ter um suporte económico-social, sem tal propósito, regimes políticos que se queriam credibilizar, cairiam na demagogia e no descrédito internacional.

3.2. O papel da SADC no desenvolvimento da África Austral

O desenvolvimento e a prosperidade em África, é um dos grandes desafios do século XXI, no entanto existe ainda um longo caminho a percorrer, tendo em conta que em África estão a surgir fóruns de discussão e análise política, tais como a Nova Parceria para o Desenvolvimento da África (NEPAD, tal como a União Africana e por último a Comunidade de Desenvolvimento da África Austral

Curiosamente, no âmbito da SADC e da avaliação da NEPAD, começam a surgir não só novas políticas e novas abordagens, como também novos mecanismos de controlo, tais como o Mecanismo Africano de Avaliação pelos Pares da NEPAD, no qual em termos concretos, se estrutura e constrói um instrumento acordado entre todos de avaliação por todos os governos africanos, dos valores políticos, económicos e

códigos e padrões políticos existentes na Declaração sobre Democracia, Política e Boa Governança (*Governance*).

Em termos de desenvolvimento económico, o crescimento económico em 2007 na região da SADC manteve-se robusto em face da turbulência financeira global e de alta energia e os preços dos alimentos. Em média o crescimento económico em 2007 foi de 6,8 por cento (excluindo o Zimbabué), contra 6,4 por cento registados em 2006. Alguns países da região se beneficiaram das condições de ganhos comerciais resultantes da subida dos preços dos produtos. Registou-se uma variação em termos da taxa de crescimento entre os países da SADC como Angola, Moçambique, Malawi e Tanzânia onde a média foi de 7 por cento em 2007. Este crescimento significativo, teve como fonte geradora as condições climáticas favoráveis e o aumento da produção de petróleo nestes países. De acordo com o FMI World Economic Outlook, Outubro de 2008⁵⁴, para o desempenho económico na região da SADC espera-se um abrandamento no mesmo ano, para uma média de 6,1 por cento (excluindo Zimbabué), fruto do enfraquecimento do ambiente externo. Angola, Malawi e Tanzânia juntou-se a República Democrática do Congo devem impulsionar o crescimento na região. Para Moçambique segundo a mesma fonte, é esperado um abrandamento para 6,5 por cento em 2008.

A esperança da estabilidade de preços na SADC, deposita-se no aumento dos preços dos alimentos e dos combustíveis na região, perspectivando grandes desafios significativos. Em termos inflacionários, em 2007 aumentou em média 8,5 por cento (excluindo Zimbabué), contra 8,7 por cento registados em 2006. Prevê-se o aumento para 12,2 por cento em 2008, antes facilitar a 10,6 por cento em 2009⁵⁵. Consequentemente as variações de forma significativa se registarão nos três países Angola, Madagáscar e Zâmbia, com graves dígitos de inflação existentes em 2007. Para países como Angola, Botswana, República Democrática do Congo, Lesoto, Moçambique, Seychelles, África do Sul, Suazilândia e Zâmbia este número deverá triplicar a nove (excluindo o Zimbabué) em 2008⁵⁶.

⁵⁴ SADC. *Comunidade de Desenvolvimento da África: Negócios e Perspectivas de Investimento para 2008, Comércio, Indústria e Investimentos*. Gaborone, SADC, Novembro 2008, [On-line], Disponível em <<http://www.sadc.int/attachment/download/file/295>>. Acesso em 20 de Abril de Abril de 2010

⁵⁵ SADC, Op., Cit., p.1.

⁵⁶ *Idem*.

Em termos de IDE, investimento Directo Estrangeiro o montante de stock dobrou durante um período aproximadamente de oito anos 2000 a 2007, cerca de 65,9 bilhões de dólares para 135.500.000.000 dólares americanos, neste mesmo período África do Sul representou mais de 62 por cento do stock de IDE na região, seguido por Angola contabilidade para uma média de 14 por cento⁵⁷.

Em termos de distribuição industrial, uma maior proporção do stock de IDE está no sector primário estimando uma percentagem de 38. O sector terciário estima com cerca de 36 %, o sector secundário arrecada os 26 por cento⁵⁸. No entanto para a Suazilândia, a proporção do stock de IDE no sector secundário é bastante alta com mais de 60 por cento neste. De um modo geral, no que respeita ao IDE, a África do Sul como uma potência global, com um forte enfoque no sector dos serviços: comunicações, finanças, energia, comercio, transporte e armazenamento, destaca-se.

O IDE da SADC em 2006⁵⁹ para fora da África do Sul totalizou cerca de 43.500 milhões de dólares, tornando-se cada vez mais importantes para o desenvolvimento global de outros países da região, através de um maior investimento em suas economias. Outros países da região também registaram significativos crescimentos e stocks nos IDE como o caso das Maurícias, Angola, Botswana, Seychelles no mesmo ano. Os fluxos de IDE contribuíram e tem estado a contribuir muito para países na formação de capital fixo como o indicador pela parte do IDE, para a formação de capital bruto fixo. Esta última tem vindo a aumentar na maioria dos países, especialmente nos últimos anos.

As exportações da SADC são feitas no âmbito interno e externo do continente, sendo que, no total delas arrecada uma média de 53,5 bilhões de dólares e gasta em média 52,8 bilhões de dólares em importações. Portanto, embora as exportações intra-SADC em 2006⁶⁰ representavam apenas 9,5 por cento do total das exportações, ao contrário de cerca de 24 por cento com União Europeia e cerca de 22 por cento com a Ásia Oriental. O mesmo sucedeu com as exportações nos últimos anos, embora em

⁵⁷SADC, Op., Cit., p.1.

⁵⁸ *Idem.*

⁵⁹ *Idem.*

⁶⁰ Nomile, Hlatshwayo. *Membros da SADC Promover o Investimento Sustentável*. Suazilândia, Suazilândia News, 18 de Janeiro de 2010, [On-line], Disponível em http://www.swazilive.com/Swaziland_News/Swaziland_News_Stories.asp?News_id=1192. Acesso em 18 de Abril de 2010.

níveis muito mais elevados nos respectivos destinos. Sendo assim, a SADC tem ingredientes certos para se considerar o maior bloco de toda a região africana, englobando quase toda a parte do continente sul do Equador.

Alguns países que formam o núcleo central da SADC como a África do Sul, Namíbia, Botswana, Lesoto e Suazilândia, constituem a União Aduaneira da África Austral – SACU.

Segundo a NEPRU, o actual sistema do comércio global não favorece as nações pequenas, acrescenta ainda que”... A experiência de Lesoto oferece lições à região.

O actual sistema do comércio global não favorece muito as nações pequenas e como a Unidade de Investigação de Política Económica da Namíbia-NEPRU⁶¹ diz, “... a experiência de Lesoto oferece lições à região.” Nos últimos 15 anos, a principal atracção do Lesoto foi a sua indústria têxtil. Até recentemente, Lesoto gozou do acesso preferencial ao mercado dos EUA através das preferências comerciais do Crescimento da África e oportunidades (AGOA). Entretanto, as preferências comerciais terminaram a mais de dois anos, deixando o Lesoto que antes prosperava exposto aos amargos ventos da competição internacional e deixando mais de 10.000 trabalhadores das fábricas do Lesoto a enfrentar um futuro incerto.

Na sua maior parte, os investimentos feitos nos países da SADC são no sector dos serviços que tem apresentado maiores condições para os investimentos estrangeiros, é o caso da África do Sul e Angola. Os estudos da NEPRU confirmam os dados da UNCTAD que mostram Angola e África do Sul como os destinos mais importantes do IDE na África Austral⁶².

Existem um maior número de empresas americanas e Inglesas a investirem na África do Sul e em Angola, a título de exemplo: em 1997, a maior parte dos investimentos da África do sul adveio da privatização da Telkom, que resultou cerca de 20% pela SBC⁶³ dos Estados Unidos e da Telkom Malaysia Berhad.

⁶¹ SADC- *Tendências do Investimento Directo Estrangeiro na África Austral*. Harare, Zimbabwe SADC Hoje vol.9 nº. 4, Outubro de 2006, [On-line], Disponível em <http://www.sardc.net/editorial/sadctoday/portview.asp?vol=483&pubno=v9n4>. Acesso em 31 de Março de 2010.

⁶² SADC, *Op., Cit.*, p.1

⁶³ Empresa Norte-americana, do Estado de Texas que operava no ramo das Telecomunicações. Foi fundada em 1984 mas, a companhia após comprar a AT&T, mudou de nome para AT&T Inc.

Os investimentos estrangeiros em Angola tem preferido principalmente o sector dos petróleos, cujas operações sobrevivem à décadas de guerra civil. Com a chegada da paz, houve uma maior abertura aos investimentos directos estrangeiros, particularmente no sector da construção civil para a reconstrução do país num período pós guerra.

Existem determinados factores que influenciam nas decisões sobre o investimento, tais como: primeiro, Estabilidade económica e política; segundo, Mercados grandes e em expansão; terceiro, Taxas de juro e de inflação baixas e estáveis; quarto, Políticas eficazes de concorrência; quinto, Baixos custos de transacções e negócio para regulamentações do trabalho e do comércio, regras de entrada e de saída; sexto, Capital humano com habilidades diversas e modernas; sétimo, Infra-estrutura de baixo custo tais como, eficientes sistemas de comunicação e dos transportes; e oitavo, Livre regime de comércio e de troca de moeda estrangeira⁶⁴.

Em termos políticos, o empenho da SADC tem sido no sentido de cada vez maior na busca de soluções para as crises políticas que se vivem em alguns países membros do bloco de integração. É de conhecimento que embora os Estados se declaram democráticos, bem poucos contêm as instituições que caracterizam as modernas democracias em seus sistemas políticos, como eleições livres e justas, um jurídico independente e imprensa livre. O peso da elite governamental em muitos desses países não tolera a oposição política e pouco respeita o sistema de leis. Em termos jurídico-político a SADC tem reforçado o seu sistema de segurança e justiça, assumindo a liderança na busca de um desfecho para as guerras no Congo, bem como para a crise política do Zimbabué. Alguns países membros da SADC como Angola, Namíbia e Zimbabué enviaram tropas para oferecer apoio militar ao governo do Congo contra ataques de grupos rebeldes que contavam com o apoio militar e político dos governos de Burundi, Ruanda e Uganda.

Em sociedades caracterizadas por um vasto período conturbado, de sucessivas guerras, a SADC tem procurado conciliar as suas economias e recebendo programas de financiamento de instituições internacionais em procurar equilíbrios tanto a nível social, económico, político, cultural e educacional nos países membros do bloco. A luta contra a pobreza, a criação de novos centros de empregos e a questão da inclusão social, tem constituído um dos leques de temas da agenda desta comunidade.

⁶⁴ SADC, *Op., Cit.*, p.1.

Numa nova estratégia para o desenvolvimento na África Austral, as questões políticas e das boas condutas, as questões de segurança e da redistribuição da riqueza são essenciais, consubstanciando-se de forma organizada em três pontos: primeiro, é essencial que surja na África Austral, uma nova consciência e política de responsabilidade e verdade, sustentada numa estratégia de desenvolvimento comum (na qual a SADC, poderá ser um bom ponto de partida); segundo, é importante que se debata e se estabeleçam graus de mérito, responsabilidade e exigência, para melhorar o desempenho político, social e económico da África Austral, atendendo ao facto de nas últimas décadas, ter sido muito fraco ou pouco meritório; terceiro, criar novas lógicas com base em modelos de cooperação, coordenação e colaboração internacional e regional, tentado aprofundar e concertar esforços entre aliados e parceiros africanos, Europeus e Transatlânticos.

Foram também, nos últimos anos desenvolvidos, pela Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral, os Planos de funcionamento de reestruturação, denominadamente, o Plano Estratégico Indicativo Regional (RISDP), no qual se incluem as negociações estratégicas e lógicas integradas da SADC, na Agenda da Organização Mundial de comércio (OMC), assim como o Acordo de Cotonou, estabelecido entre a União Europeia e os Países de África, Caraíbas e Pacífico (também denominada Comunidade ACP), da Lei das oportunidades para África (AGOA), estabelecida entre os Estados Unidos da América e os Países africanos.

Neste Plano Estratégico Indicativo Regional (RISDP), os Estados-membros da Comunidade de Desenvolvimento para a África Austral, asseguram na sua lógica três pressupostos: primeiro, os interesses dos Estados africanos, estão acima dos interesses com terceiros, devendo os mesmos interesses serem estabelecidos e afirmados através de conferências e acordos assinados e reconhecidos por todos os integrantes; segundo, as políticas, segurança e desenvolvimento e prosperidade devem estar sempre presentes, nas negociações, criando uma lógica credível de desenvolvimento em África, como política, economia e sociedade a darem as mãos; terceiro e último ponto, a valorização dos interesses económicos e de investimento, devem ser visto, cada vez mais numa lógica de criação de parcerias estratégicas, de valorizar os recursos humanos, físicos e naturais, segundo o interesse primordial da África Austral.

Com este Plano estratégico e de desenvolvimento dá a possibilidade, dos Estados membros da África Austral criarem um ambiente político e macroeconómico

favorável, que permitam a promoção de investimento e ao estabelecimento de mecanismos que valorizem o sector privado e as parcerias com o sector público em concreto.

II- Angola um parceiro energético em crescimento

Cap. IV

4.1- Angola: contexto histórico séc. XVI – XXI

Historicamente analisando a realidade política e socioeconómica dos últimos séculos, bem sabemos que cada século corresponde a uma determinada lógica, com predomínio de um determinado Estado ou influência Regional. Angola é caracterizada pelas mudanças e alterações que foram surgindo a nível interno, assim como, as influências, directas ou indirectas, recebidas pelas mudanças a nível global. Os séculos XV e XVI foram os das descobertas europeias no continente africano, o da implantação e exploração das potências colonizadoras.

Portanto, no século XVI, em 1576 foi fundada pelos indígenas e os portugueses a cidade São Paulo da Assunção de Luanda, actual cidade de Luanda, a capital de Angola; O século XVI e a segunda metade do século XIX, foi a data oficial da abolição do tráfico negreiro, as províncias de Luanda e Benguela pouco mais eram do que portos para embarque de escravos, principalmente, para o Brasil. A maioria dos negros que se encontravam nestas duas cidades, eram escravos e estavam em trânsito para serem embarcados ou eram simples serviçais em casa dos seus senhores com muito poucas possibilidades de constituir famílias.

A partir do século XVII, Angola transformou-se numa feitoria governada a partir da colónia portuguesa do Brasil e não directamente pelo Reino de Portugal, a este facto deveu-se as grandes fortunas e as grandes ostentações que provinham do intenso tráfico negreiro. Já em 1869, na segunda metade do século XIX, foi criada a colónia de Angola, através da fusão dos reinos do Congo e de Benguela e foi decretado o fim da escravatura. Só mais tarde, o reino do Congo veio a ser inserido na administração colonial portuguesa. Ainda no século XIX, outro facto marcante não só para Angola mas para os países africanos foi a realização da conferência de Berlim, que veio a delimitar as fronteiras africanas em função da ocupação das potências europeias.

No final do século XIX, altura em que foi dado por finalizado o tráfico clandestino de escravos, instala-se em Angola uma crise económica que durou um século. A partir dessa altura, a administração colonial procedeu ao envio de um maior número de colonos para o interior, com propósito de se dedicarem à agricultura. Nesta

situação a economia que era a base de feitoria, passou a dar lugar a um outro tipo de colonização.

No século XX, a colonização tornou-se efectiva em todo o território angolano, embora algumas populações angolanas do norte, centro e sul não tiveram até então mantido contacto com a língua portuguesa. Angola foi, no início do século XX, o país tropical em que as étnias locais mais vigorosamente resistiram ao domínio europeu⁶⁵.

O século XX foi para os angolanos um século bastante produtivo, por um lado a chegada da independência foi o maior êxito alcançado por este povo, pois aspiravam o alcance da liberdade política, económica, social e em todos os domínios; por outro lado foi também um período conturbado, Angola encarou uma guerra civil durante muitos anos entre os principais movimento: MPLA, UNITA E FNLA, tendo como protagonistas finais os dois primeiros movimentos.

O mesmo já não se pode dizer do século XXI, que não obstante, o período de confrontação dos angolanos entre si. Angola vive desde 2002 um clima de paz total e com políticas de desenvolvimento nos mais diversos domínios. O século XXI para Angola só prevê aspectos bastantes positivos e evolutivos no sentido do país se desenvolver sem interferência de forças políticas destrutivas tanto a nível nacional, assim como internacional. O país encontra-se em crescimento, registando um nível elevado de parcerias e trocas comerciais, tem vindo a conquistar o seu reconhecimento a todos os níveis, e tem vindo a destacar-se a nível de desenvolvimento na arena internacional.

Assim sendo, para Angola e o mundo, o paradigma do século XXI parece ser durar pelas questões energéticas havendo uma separação crescente em quem detém as reservas dos hidrocarbonetos e as produz, bem como os que a consome.

⁶⁵ Felipe, Zau. *Ensaio sobre a Língua Portuguesa e as Línguas Africanas: A Cooperação Necessária para uma Estratégia de Desenvolvimento Sustentado e Endógeno em Angola*. Luanda, Angola 23/10/2007, [On-line], Disponível em: http://www.angoladigital.net/digitalnews/index.php?option=com_content&task=view&id=4185&Itemid=40 . Ref. 21 de Outubro de 2007, In, *Jornal de Angola, Vida e Cultura*, Ensaio, Luanda, p.10-1. Acesso em 15 de Fevereiro de 2010.

4.2- Angola Política

Na história de Angola, as décadas de 60 e 70 do século XX, foram decisivas e primordiais, muito marcadas por três elementos: primeiro, pela a criação dos movimentos que criariam os principais partidos políticos em Angola, em concreto, a União das populações de Angola (UPA), a Frente Nacional de Libertação de Angola (FNLA), o Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA) e por último a União Nacional para a Independência Total de Angola (UNITA), com métodos e lógicas diferentes começam a combater o poder político da metrópole, numa dupla lógica política e militar; segundo, a Revolução de 25 de 1974, abriu brechas e foi o início do caminho, para a discussão pela via diplomática e política do futuro das províncias ultramarinas; terceiro, a lógica de guerra colonial ensaiada por Portugal, na década de 60 e 70, pois não só tinha desgastado o poder político português e desagrado as elites militares (o 25 de Abril, surge como um enorme descontentamento dos capitães, face a sua não promoção e não valorização do seu papel na guerra em África), como tinha fortalecido o poder dos novos movimentos que lutavam pela independência em Angola.

Figura 4

Território de Angola 2009



Fonte: Angola Global. *Angola- Sobre Angola. Luanda, AngoNotícias, Angola Global- directório de Hotéis, Restaurantes, Empresas, Empregos e Eventos em Angola.* Luanda, Angola, Dezembro 2009. [On-Line], Disponível em <http://www.angolaglobal.net/sobre-angola/angola/>.

Na realidade, Angola fazia parte nos finais dos anos 60, do último grande Império colonial europeu, no qual a pressão da guerra colonial iniciada no início da

década de 60 do século XX, aliada ao enorme desenvolvimento industrial agrícola e petrolífero, o que fez com que, nesses anos Angola potenciasse o crescimento económico de Portugal continental, sem no entanto ter tido grandes vantagens e quota-parte nesse progresso.

Como já foi referido anteriormente, a guerra colonial juntamente com as correntes históricas progressivas de autodeterminação dos povos e da falta de democracia e liberdade, abriram o caminho mais que inevitável, que levou aos acontecimentos históricos do 25 de Abril de 1974. Em consequência de tal facto histórico, iniciaram-se também as negociações pela via política e diplomática, do novo poder constituinte português, com os três principais movimentos de libertação de Angola, o Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA), a Frente Nacional de Libertação de Angola (FNLA) e por último a União Nacional para a Independência total de Angola (UNITA), com vista a uma passagem progressiva e de transição do novo poder constituinte de Portugal, para a criação de um novo Estado soberano estável e estruturado. Tais negociações culminaram com os denominados acordos de Alvor, em Janeiro de 1975, entre os intervenientes, declarando o dia Nacional de Angola e dia da independência, para 11 de Novembro de 1975.

A partir de 1975, iniciou-se uma luta pelo poder, no qual os três movimentos que tinham lutado contra a potência colonial, não foram desmobilizados militarmente, nem constituem imediatamente partidos políticos, com funcionamento num sistema democrático, no qual os direitos, liberdades e garantias, estão assegurados a todos os cidadãos angolanos. A par disso, começa o período denominado de guerra civil, no qual os três movimentos MPLA, UNITA e FNLA, se gladiaram entre si com os objectivos e interesses particulares de controlo do território onde se encontram as riquezas minerais e petrolíferas e da capital Luanda, como forma de obter recursos financeiros para cada uma das partes obter os seus intentos, controlar militarmente e posteriormente política e economicamente Angola.

Toda esta lógica, inseriu-se numa geopolítica do século XX, dominada pela Guerra Fria, na qual as duas superpotências mundiais, os Estados Unidos da América e a União Soviética, defendiam as suas posições doutrinárias, políticas e económicas em todas as áreas geográficas do globo. Desta forma, a guerra civil angolana, toma contornos de uma guerra civil de contexto internacional, na qual a UNITA era apoiada militarmente e politicamente pelos Estados Unidos e pelo seu vizinho, a África do Sul e

o MPLA, era apoiado em termos logísticos e militares pela União Soviética e Cuba. Para culminar este triângulo de movimentos militares, a FNLA, era apoiada igualmente pelo seu vizinho, a República Democrática do Congo, China e alguns militares e mercenários de outros países africanos.

Conseqüentemente, o primeiro ano de independência de Angola, foi um ano de conflito aberto, no qual, os três movimentos e grupos militares, procuravam cada um a seu termo, com a ajuda de potências militares estrangeiras, realizar incursões e invasões em território angolano, como forma de tomar poder e território estratégico, como base de expansão para todo o restante território.

Os Estados Unidos seguindo uma estratégia de interesses, apoiou a FNLA e a UNITA, pois estes eram os dois movimentos que defendiam melhor os interesses e opções mais pro-ocidentais. No entanto, a sua estratégia consistia em dividir para reinar e procurar contratos e acesso fácil aos recursos minerais e petrolíferos angolanos.

A guerra civil angolana, atingiu o seu culminar em Outubro de 1975, após a entrada de militares Sul-africanos, apoiantes da UNITA e posteriormente de militares Congolezes, apoiantes da FNLA. No entanto, a entrada de militares cubanos e soviéticos em território angolano, fortaleceu a posição militar e política do MPLA, formando em Luanda um governo centralizado de tipo socialista e de partido único.

A partir deste momento histórico, a guerra civil angolana, passou a ser travada, não numa lógica de luta pelo poder e território, mas sim de combate e resistência, perante o poder instaurado em Luanda pelas mãos do MPLA. Angola entrava assim, numa lógica diplomática de pedido de reconhecimento internacional, do governo do MPLA, como poder legítimo e real, sendo em 1976, reconhecido pela Organização das Nações Unidas como presidente angolano e chefe de governo Agostinho Neto, no mês de Novembro de 1976, alguns dias antes do primeiro aniversário da proclamação da independência a 11 de Novembro.

Com o agudizar da situação de guerra civil e incerteza quanto ao futuro de Angola, desencadeou a perda da pujança económica que tinha revelado nos anos 60, tornando a economia angolana, uma economia de guerra e militar.

No ano seguinte, em 1977, deu-se uma tentativa de golpe de Estado, encabeçada por Nito Alves, representado por uma facção do MPLA descontente, no entanto os militares maioritariamente do MPLA, reprimiram violentamente a revolta, fortalecendo

a predominância e poder político no MPLA, face a UNITA e FNLA, movimentos cada vez mais próximos e enfraquecidos. Posteriormente a guerra alastra a todo o território angolano, ocupando o MPLA as cidades costeiras e a capital, Luanda, enquanto a UNITA, se reagrupava no seu quartel-general no Huambo.

Cada vez mais, o MPLA afirmava o seu poder político centralizado em Luanda, reafirmando o seu presidente Agostinho Neto, como um partido socialista e marxista, com raízes populares e vontade de instalar em Angola um Estado, unitário, mono partidário e Comunista, enquanto a UNITA, após a sua cisão com a FNLA, se apresentava como pro-ocidental, capitalista e anti-marxista, com raízes regionais e étnicas, suportadas pelas populações do sul e centro de Angola, predominantemente de etnia Ovimbundu⁶⁶.

Em 1979, Agostinho Neto morreu, figura de destaque e respeitada, na luta pela independência de Angola, tendo sucedido no cargo, José Eduardo dos Santos, figura central da política angolana e ainda actual Presidente da República de Angola.

Na década subsequente, a guerra civil em Angola, provocou milhares de mortos e refugiados e destruiu o país ao nível das suas infra-estruturas e vias de comunicação, nomeadamente ao nível do caminho-de-ferro, vias rodoviárias e portos marítimos. Foi também nesta década, que Angola, numa lógica de antagonismo e luta pelo poder sem tréguas, começou uma guerra sem olhar às suas populações civis, minando todo o seu território e provocando muitas baixas, em não militares.

Para além disso, as incursões de potências e forças militares estrangeiras, apoiadas pela UNITA, arrasavam qualquer tipo de comércio ou actividade agrícola. Exemplo disso, em termos históricos concretos, é dado pela operação militar, denominada de *Smokeshell*, no qual militares da África do sul invadiram o sul de Angola, como base de força e estímulo de confiança à UNITA, no entanto em termos internacionais, procuraram argumentar, que aquela área, coincidente com a província do Cunene, era uma base de guerrilheiros da SWAPO, que lutavam pela independência da Namíbia, sendo nesta altura território sob administração das Nações Unidas.

⁶⁶ Carlos, Dilolwa. *Contribuição para a História Económica de Angola*. Luanda, U.E.A, 1978, p.140.

Só posteriormente, em 1988 se estabeleceu um acordo entre as três partes, Angola, África do Sul e Cuba (potência que combatia em Angola, pelo MPLA) em Nova Iorque, sob a égide das Nações Unidas e se determina a retirada das tropas angolanas, Cubanas e Sul-africanas, proclamando a Independência da Namíbia, como Estado de direito soberano, em 21 de Março de 1990.

Figura 5

Lógica do Conflito Angolano 1976-2002



Fonte: EIA. *U.S. Energy Information Administration, Independent Statistics and Analysis*, Janeiro de 2010 [On-line], Disponível em <<http://www.eia.doe.gov/emeu/cabs/China/Oil.html>> Ref. *EIA, Country Analysis Briefs – Angola*, Janeiro de 2010, [On-Line], Disponível em <http://www.eia.doe.gov/cabs/Angola/pdf.pdf>.

O ano de 1989, foi um ano chave para o conflito angolano, pois este foi o ano em que o simbólico muro de Berlim caiu e com isso, deu a queda do Bloco Soviético e de toda a esfera de interesses e poder geopolítico. Angola e o MPLA, começaram a perder poder internacional e influência económica e negociável, pois toda a lógica da guerra estava baseada numa lógica de economia de guerra, na qual o MPLA financiava as suas actividades e compra de armamento através da venda de petróleo ao bloco

soviético e seus afins, nomeadamente Estados do Pacto de Varsóvia e Cuba e a UNITA, financiava a sua posição político-militar e correspondente compra de armamento e mercenários, através do dinheiro dos diamantes e outros minerais preciosos em território do seu controlo.⁶⁷

Na procura de uma solução de compromisso, pressionada de paz e na incapacidade e futura fragilidade pela derrocada do bloco Comunista, o MPLA tenta chegar a acordo, com a UNITA em Junho de 1989, em Gbadolite no Zaire (ex-República Popular do Congo), estabelecendo tréguas e negociações abertas e um cessar-fogo por tempo indeterminado, no entanto a guerra seria retomada, atendendo ao impasse entre as partes.

No ano de 1990, as conversações são retomadas, entre o governo angolano e a UNITA, tendo pela primeira vez o governo reconhecido a UNITA, como parte do problema angolano e em contra-partida a UNITA, reconhece por sua vez, José Eduardo dos Santos, como o legítimo Presidente da República Popular de Angola.

Na realidade, o peso da guerra civil angolana agudizou o desequilíbrio económico-social do país, associado às recentes alterações geopolíticas internacionais, com a queda do bloco Soviético e fortalecimento da posição dos Estados Unidos, na cena internacional, criam novas esperanças de paz em Angola, pela primeira vez. Na realidade tanto, o MPLA com a impulsão da União Soviética, como a UNITA com o desanuviar e afastamento do apoio dos Estados Unidos, força de forma efectiva e real, o processo de democratização de Angola.

Desta forma, o MPLA, em meados de 1991, anunciou reformas democráticas, consubstanciadas numa abertura real ao multipartidarismo e criação de novos partidos políticos, alternativos ao MPLA e possível marcação e data de eleições democráticas. Em 31 de Maio de 1991, são assinados, os acordos de Bicesse, sob mediação Portuguesa, Norte Americana e Soviética, acompanhado pelas Nações Unidas, como mediador principal.

As eleições democráticas e multipartidárias foram marcadas, para Setembro do ano seguinte, na qual o MPLA como resultado destas obteve 50% dos votos, face a 40% dos votos da UNITA. Angola marcada por uma guerra civil sangrenta, de 1975 á 1991,

⁶⁷ Terry, L. Karl. *The Paradox of Plenty: Oil Booms and Petro-States*. Berkeley: University of California press, 1997, p. 125.

voltou a cair em guerra pelo facto de a UNITA e seu líder histórico Jonas Savimbi, não ter reconhecido e legitimado os resultados eleitorais e pelo facto de o MPLA, na realidade não querer dividir os seus poderes instalados na capital, Luanda.

A guerra voltou à sua lógica de sempre, a UNITA aquartelou-se no planalto central, com sede no Huambo, retomando o leste e norte rico em recursos diamantíferos e o MPLA, retomou os seus postos na Costa e na Capital do País.

A partir do ano de 1993, a Organização das Nações Unidas, através do seu Conselho de Segurança, emitiu uma decisão, embargar todos os movimentos financeiros, que estavam directamente relacionados com petróleo, diamantes e que se prove que sirvam para comprar armas para continuar a guerra civil.

Posteriormente em Novembro de 1994, iniciaram-se as negociações entre o MPLA e a UNITA, que culminou com a assinatura pelas partes do denominado Protocolo de Lusaka, onde se estabeleceu princípios de entendimento entre as partes, impedindo uma solução de guerra para o problema angolano e apostando numa solução negocial final. No entanto este compromisso, tinha na sua essência objectivos particulares, utilizando a UNITA, o acordo, como forma de impedir a perda de territórios e um mais rápido enfraquecimento das suas posições, e dar tempo para que se pudesse rearmar de novo. Nos dois anos subsequentes a UNITA rearmou, não respeitando os acordos e a palavra dada.

Perante o visionamento e acontecimentos históricos angolano, com o descrédito da posição política e militar da UNITA, a grande maioria dos países da Europa ocidental e os Estados Unidos, acabam por dar credibilidade ao governo angolano, começando a ostracizar os dirigentes da UNITA, por não cumprirem com a palavra dada e continuarem a negociar armamentos e terem em mente apenas interesses de poder particular, e não tendo em conta os interesses gerais do povo angolano.

Na conjugação sentida pela UNITA, de dificuldade económico-financeiras, perante o embargo da ONU e internacional, perante os avanços das Forças Armadas Angolanas, controladas pelo Governo angolano associado ao descrédito da palavra dada e sempre desrespeitada, a UNITA entrou em crise quando a guerra volta de novo a todo o território angolano.

Subsequentemente, só em 2002 com a morte do líder histórico da UNITA, Jonas Savimbi, com o movimento muito enfraquecido e sem grandes alternativas, iniciaram-se

as negociações e a deposição das armas, deixando com o passar dos meses, a luta armada e consistência militar, para um mero partido político, com vontade de ser eleito e de ser representado nos diversos órgãos de soberania angolana.

Em termos constitucionais e orgânicos, o poder político em Angola estabelecido até então (2009) com a Lei constitucional de 1992, regia-se por um sistema de Governo semi-presidencialista, mas que na prática era presidencialista. Na sua actuação, o Presidente da República era o chefe de Estado como também chefiava o governo. O poder orgânico e político estava muito centralizado na figura do Presidente, José Eduardo dos Santos, coadjuvado pelo poder executivo do Governo, chefiado por Paulo Cassoma (2008), como primeiro-ministro e pelo Conselho de Ministro ao qual também preside por inerência

Para complementar a lógica orgânica de estruturação do Estado angolano, é importante referir ainda, que o Conselho de Ministro é composto por todos os Ministros e Vice-Ministros, Secretários de Estado, das várias áreas de actuação, discutindo quinzenalmente os assuntos pertinentes.

Angola está ainda dividida em 18 províncias administrativas, cujos Administradores ou governadores regionais, são nomeados directamente pelo Presidente da República, executando de forma directa e inequívoca as suas ordens e directivas.

Segundo a Lei Constitucional de 1992, estabelece não só a orgânica e estruturação dos órgãos de soberania angolanos, como igualmente, delinea e traça as linhas mestras e orientadoras das políticas governamentais. Para além disso, na Constituição angolana, o Estado angolano assegura constitucionalmente os direitos e deveres de todos os cidadãos angolanos nas suas duas vertentes de Direitos, Liberdades e garantias e direitos sociais, económicos e políticos. Cabe ao parlamento desempenhar as funções legislativas.

Por último o poder Judicial, distribui-se por 12 tribunais dos 140 municípios do país, assegurando o direito de recurso à justiça por qualquer cidadão angolano, quando os seus direitos ou salvaguardas de poderes tiverem em causa ou tiverem sido violados. No topo da hierarquia Judicial, existem ainda um Supremo Tribunal, que serve como tribunal máximo de apelo e recurso a decisões tomadas por tribunais locais e regionais. Existe igualmente um tribunal Constitucional, com competências em termos de

fiscalização e averiguação da constitucionalidade das normas em vigor ou em elaboração.

Os tribunais em Angola, em termos gerais são independentes, mas estão muito sob a alçada financeira e estatutária do Estado, tendo por vezes alguns problemas concretos de exercer a justiça de forma totalmente independente e imparcial.

Como síntese e análise da realidade angolana, para melhor compreender e interpretar as suas posições actuais, será sempre necessário ter em conta uma série de elementos essenciais, entre eles: primeiro, a guerra civil em Angola que durou 26 anos e causou inúmeras destruições e danos quase irreparáveis, instituições políticas, económicas e sociais do país, bem como povo e a sua dignidade, pois qualquer guerra entre cidadãos de um mesmo Estado, são uma prova, da sua dignidade como seres humanos e dignidade como povo; segundo, a organização das Nações Unidas, tem estudos que afirmam que a guerra civil em Angola fez em termos globais, 400 mil mortos e 1,8 milhões de desalojados e deslocados, provocando ainda cerca de 800 mil deficientes, por acidentes de guerra e com minas; terceiro, a guerra criou um país, muito macrocéfalo, centralizado em Luanda, onde vivem acima de cerca de 5 milhões de pessoas, sem muitas condições e infra-estruturas e as restantes populações vivem distribuídas pelo resto do país, ainda sem muitos recursos e infra-estruturas sociais, como saneamento básico e linhas de abastecimento de água e electricidade.

Com o advento da paz, foi possível por parte de uma vontade nacional criar as condições para se elaborar a nova constituição angolana tendo sido aprovada pelo parlamento a 21 de Janeiro de 2010 em Luanda. Com esta constituição, foram criados os pontos que conduzirão a política externa e interna de governação do Estado angolano.

Angola é hoje um país de esperança e em crescimento, caracterizado pelo seu progresso e desenvolvimento, num crescimento económico e financeiro do seu PIB. No entanto é também um país de grandes contrariedades no qual, a riqueza se encontra nas mãos de uma pequena percentagem da população, vivendo a restante com inúmeras dificuldades,

Existem diversos problemas em termos energéticos, com falta de abastecimento e de uma rede territorial alargada, facto que não é entendível, quando estamos perante um dos países com maiores riquezas em termos de recursos naturais minerais e

particularmente petrolíferas, capaz de assegurar de forma real as suas necessidades e de ainda exportar, para assegurar dividendos.

Tabela 3

Indicadores de Desenvolvimento de Angola 2009

População	
População residente (2007-2020)	17.6 á 24.5 milhões
Taxa de crescimento natural (2005-2020)	2.6%
Taxa de migração internacional líquida (2005-2020)	0.1 %
População urbana (1999-2010)	58.5%
Rácio de dependência da população infantil (2010)	84.5
Rácio de dependência da população idosa (2010)	47
taxa total de fertilidade (nascimentos por mulher) 2005-2010	5.8
Indicadores Económicos	
PIB per capita mil milhões de USD EM 2007	3623 E.U.\$
IDH	0,564
Taxas de rendimento ou consumo (%). Os 10 mais pobres	0.6
População Abaixo da Linha da Pobreza (\$2 por dia)	70.2%
Medidas de desigualdade. Os 10% mais ricos em relação aos 10% mais pobres.	74.6
Índice de Gini	58.6
PIB	61.4 mil milhões de USD (2007)
Probabilidade de não viver até aos 40 anos (2005-2010)	38.5%
População sem acesso a fontes de água melhorada (2006)	49%
Variação média anual do Índice de Preços no Consumidor (2006-2007)	12.2%
Indicadores Sociais	
Despesa pública com a saúde (2006)	5.0%
Despesa pública com a educação (2000-2007)	Dado não disponível.
Ajuda atribuída aos sectores sociais	78.4 (em 5 de ajuda total 2007)
Esperança média de vida à nascença (anos) – 2007	48.5% Mulheres, 44.6 % Homens
Percentagem de adulto com nível de escolaridade média (entre 25 e acima)	Dado não disponível
Percentagem de adulto com nível de escolaridade elevado (entre 25 e acima)	Dado não disponível
Percentagem de adulto com baixo nível de escolaridade	Dado não disponível
Taxa de mortalidade infantil no maior quintil de riqueza de menores de 5 anos (por 1.000 nados-vivos)	Dado não disponível
População sem acesso a fontes de água melhorada (2006)	49%
Assentos parlamentares ocupados por mulheres (total)	37%
Taxa de Analfabetismo de adultos (com idades entre 15 anos e acima, 1999-2007)	32,6%
Esperança de uma vida saudável à nascença (anos)	47 (2007)
Esperança de uma vida saudável em % da esperança média de vida total (2007)	Dado não disponível
Esperança média de vida à nascença (anos)	46.5(2007)
Taxa de alfabetização adultos (% com idades a partir de 15 anos)	67.4 ^y (1999-2007)
Taxa bruta combinada de escolarização no ensino (%)	65.3 ^{d 1} (2007)
Índice da esperança média de vida	0.359 (2007)
Índice de educação	0.667

Fonte: PNUD, *Relatório de Desenvolvimento Humano 2009*. [On-line], Disponível em <http://hdr.undp.org/>.

O índice de desenvolvimento humano (IDH) olha para além do PIB (61.4 mil milhões de UDS, 2007), para uma definição mais ampla de bem-estar. Assim sendo, Angola é um país com esperança, perspectivas e futuro, com uma população numerosa, no entanto terá que tomar medidas políticas, económicas e sociais, de forma a ultrapassar as grandes dificuldades no que toca aos baixos níveis de acesso a educação e melhorias de condições de vida da população, bem como almejar os seus objectivos, de crescimento, desenvolvimento e prosperidade.

Cap. V

5.1- Angola e os hidrocarbonetos

Angola é um país que goza de uma enorme potencialidade no que diz respeito ao seu solo e subsolo. O país é rico em recursos naturais e minerais- diamante, cobre, ferro, butano e petróleo. Em termos geográficos, Angola situa-se na Costa Ocidental de África, fazendo fronteira a Norte, com o Zaire e com o Congo Brazzaville (enclave de Cabinda), a Sul com a Namíbia e Botswana, e a Leste com este último país e, ainda, com a Zâmbia e o Zaire.

A sua economia é fortemente assegurada pela comercialização do petróleo, pois o petróleo constitui 95% de todas as exportações angolanas, tendo um peso em mais da metade do seu PIB.

Em termos de exploração dos recursos naturais e energéticos, a concessão está totalmente submetida à pela jurisdição do Estado angolano sendo estabelecido pela Constituição.

Desde 1976 que o governo angolano criou a empresa nacional de petróleo (NOC) que a designou de Sociedade Nacional de Combustíveis de Angola- Sonangol. A Sonangol, após dois anos tornou-se a única concessionária de exploração petrolífera em Angola em 1978, a quando do surgimento da primeira legislação que regula a actividade petrolífera em Angola.

A Sonangol, empresa pública e sociedade nacional de petróleos de Angola, é a empresa que gere todos os recursos hidrocarbonetos em Angola e o seu *offshore*. A actividade de prospecção e pesquisa de hidrocarbonetos iniciou-se em Angola em 1910. No mesmo ano, foi concedida à Companhia Canha e Formigal, uma área de 114 000 km² no *offshore*, depois Congo e na bacia do kwanza, sendo o primeiro poço perfurado em 1915. Pema (companhia de pesquisas minerais de Angola). E a Sinclair nos E.U.A, estiveram também envolvidas, desde cedo, na actividade de prospecção e pesquisa em Angola⁶⁸.

Com a SHA (Sociedade de Hidrocarbonetos de Angola) estão algumas empresas petrolíferas que operam em Angola sob o domínio da mesma, entre elas estão as

⁶⁸ Sonangol: *Petróleo em Angola 2003*. Luanda, Angola 2009, [On-line], Disponível em <http://www.sonangol.co.ao/corp/home_pt.shtml>. Acesso em 15 de Janeiro de 2010.

associadas e as parceiras: a Sonangol, Daewoo, Repsol, Hydro, Svenska, Pedco, Marathon, Statoil, Braspetro, Saga, Nirangola, Prodey, Petrogal, Ajoco, Shell, Teikokou, Neste Oil, Inaftaplin, Naftagas, Falcon Oil Holding S.A e Petroinet.

Figura 6

Empresas petrolíferas em Angola 2009



Fonte: Sonangol E&P. *Empresas Petrolíferas em Angola*. Luanda, Angola, Sonangol 2009, [On-line], Disponível em < <http://www.sonangol.co.ao/wps/portal/ep>>.

A exploração de petróleo em Angola está distribuída ao longo de três principais bacias sedimentares costeiras: bacia do Congo (englobando Cabinda), bacia do kwanza e bacia do Namibe, que fazem parte da bacia marginal do Atlântico sul⁶⁹.

Por sua vez, a produção de petróleo em Angola está concentrada em dois grandes blocos *onshore* e *offshore*. Os blocos *offshore* encontram-se divididos em três partes: (banda A) a exploração é feita em blocos de águas pouco profundas, blocos 0-

⁶⁹ Angola. Economia. *Recursos Minerais*. Luanda, Angola -Site Oficial da República de Angola, 2009, [On-line], Disponível em <<http://visiteangola.com/recursosminerais.htm>>. Acesso em 1 de Abril de 2010.

13; (banda B) 14-30 águas profundas; e (banda C) 31-40 águas muito profundas. A maior parte destas reservas estão localizadas em blocos offshore angolano, em parte porque a exploração *onshore* foi limitada devido à guerra civil. Existem algumas reservas provadas em blocos onshore perto da cidade de Soyo e a região de Cabinda.

A produção de petróleo em Angola está concentrada em numerosos blocos de produção em alto mar e nas margens, prioridade tem sido maior na província de Cabinda onde ocorre maior número de exploração e produção de petróleo em onshore. A maioria da produção do óleo angolano contém crude com uma percentagem menor variando de 30° a 40° graus.

Relativamente a exploração petrolífera em Angola, cerca de 65 a 80% das explorações provém de Cabinda e, simultaneamente cerca de 60% das exportações angolanas para os actuais colossos económico-industriais, os E.U.A – entre 6% e 9% do consumo petrolífero norte-americano provém de Angola, no que torna este país o 6º fornecedor. A China, para quem Angola se perfila como o maior fornecedor de hidrocarbonetos, pois o petróleo é a principal importação deste país em Angola.

A década de 90 pode ser considerada como a das grandes descobertas petrolíferas, que permitiram a ascensão do país ao grupo dos maiores produtores ao Sul do Sahara do continente africano, porquanto foram descobertos gigantescos poços como o Girassol, Dália, Rosa, Lírio, Tulipa, Orquídea, Cravo, Camélia, Jasmim e Perpétua no Bloco 17, cujas reservas estavam estimadas em cerca de 2,5 biliões de barris. No mesmo período foram descobertos os poços Sexi, Mondo, Chocalho, Xicomba, Hungo, Kissanje, Marimba, Dikanza, Batuque, M´Bulumbumba, Vicongo e Mavacola no Bloco 15, com reservas estimadas em cerca de 3,5 biliões de barris. Em 2000 a produção média de petróleo foi na ordem dos 749 mil barris por dia e as exportações foram de 702 mil barris em 2000. Da produção e exportação de produtos refinados, destacam-se o Jet A1, Gasóleo, Gasolina, Nafta, Fuel Oil e LPG⁷⁰.

Segundo a BP⁷¹, as reservas petrolíferas mundiais em 2008 rondavam os 1258.0 mil milhões de barris. Em termos regionais, África registou 125.6 mil milhões de barris. As maiores reservas do continente encontravam-se nos quatro países: Líbia (43.7 mil

⁷⁰ República de Angola. *Especial Cimeira ASDC, Informações gerais*. Luanda, Angola. Mirex- Ministério das Relações Exteriores, 2002. [On-line] Disponível em <<http://www.mirex.gv.ao/sadc/informacaogeral.htm>>. Acesso em 18 de Março de 2010.

⁷¹ BP, *Op. Cit.*, p. 7.

milhões de barris), Nigéria (36.2 mil milhões de barris), Algéria (12.2 mil milhões de barris) e Angola. África representava assim no mesmo ano 10.0% das reservas mundiais ficando a frente da região Sul e centro da América e atrás da região Norte da América. Parte destas reservas africanas, 13.5 mil milhões de barris de petróleo encontravam-se nas reservas petrolíferas angolanas no ano de 2007 e 2008⁷². O potencial extractivo e a capacidade de Angola é de 2,1 milhões de barris por dia, mas está limitado devido às quotas impostas pela OPEP.

Já nos finais de 2008, a produção petrolífera angolana era de 875 mil barris por dia, igualmente 92.2 milhões de toneladas tendo uma diferença com saldo positivo de 9.1%⁷³.

As últimas grandes descobertas feitas pela BP em 2008 foram essencialmente em Angola, em águas profundas (ultra maior de 1.500 metros), no bloco 31 (BP 26,7 % e operadora), com a Portia e poços Dione, elevando o número total de descobertas no bloco 31.

O consumo mundial de petróleo registou uma baixa significativa de 420.000 barris por dia, de 2007 á 2008 oscilando numa média de 84878 á 84455 respectivamente, o maior declínio desde 1982. Em África registou-se em 2008 um consumo total de 2881.000 barris por dia. A nível mundial, a região que mais consumiu em 2008 foi a região da Ásia pacífico com 90 milhões de barris por dia.

Em termos de utilização de refinaria mundial, a demanda do petróleo bruto caiu em 2008, registando maior redução nos Estados Unidos, caindo assim por 510.000 b/d ao contrário do que se verificou no mesmo ano na China, o crescimento se fez presente neste, através da demanda do uso doméstico. A diferença em África de 2007 á 2008 foi de 5.8%, isto é, de 3052 á 3228 mil b/d.⁷⁴

Em termos de comercialização do petróleo fora do continente, a região ocidental de África registou em 2008 o valor estimado de 4587 mil barris por dia, já o Norte de África as exportações foram de 3260 mil barris por dia. No comércio inter-área, as importações de petróleo da China pelo norte de África registou uma cifra de 83 mil

⁷² *Idem.*, p. 6.

⁷³ *Idem.*

⁷⁴ BP, *Op., Ct.*, p. 19.

barris por dia e as importações provenientes do Ocidente africano foram de 783 mil barris por dia.

Para a região Norte de África registou-se maior nível de comércio externo para a Europa com cerca de 2039 mil barris por dia, já o Ocidente africano teve como grande parceiro os Estados Unidos registando 1825 mil barris por dia, a região oriente e sul de África teve maior êxito com a China com 213 mil barris de petróleo por dia exportados⁷⁵.

No mesmo ano o Norte de África importou de crude 329 mil barris por dia, o Ocidente de África 18 mil barris por dia, Oriente e sul de África 509 mil barris por dia. As respectivas regiões exportaram 2618 mil, 4466 mil e 340 mil barris por dia, respectivamente. Dos produtos derivados, o ocidente e o sul de África registaram taxas de importação e exportação relativamente mais baixas em comparação com o Norte de África.

Quanto a reservas de gás, África soma um total de 14.65 triliões metros cúbicos de um total mundial de 185.02 triliões metros cúbicos. As maiores taxas de reservas de gás mundial foram registadas na região do médio oriente com 41.0 % do total mundial. Em 2008 a produção total de gás natural em África estimou em 214.8 biliões metros cúbicos, registando maior produção na Argélia com 86.5 triliões metros cúbicos. O consumo em África foi de 94.9 biliões de metros cúbicos, registando maior consumo no Egito com 40.9 biliões metros cúbicos.

Em 2008 as reservas provadas de gás natural angolano eram confirmadas em 269,8 biliões metros cúbicos, com uma produção em 2006 de 680 milhões metros cúbicos, segundo a EIA⁷⁶, a 1 de Janeiro de 2008. Estima-se que o gás natural poderá vir de vários campos offshore (Bloco 17- Total, Bloco 18- BP, Bloco 0 e 14- Chevron).

Existe ainda informação de que o gás produzido em Angola é subaproveitado, uma vez que grande parte deste gás que é extraído em consequência da produção petrolífera e é queimado. Para a produção do gás Liquificado, a Sonangol e empresas

⁷⁵BP, *Op., Ct.*, p. 20.

⁷⁶EIA, *Country Analysis Briefs - Angola, Março de 2008*. U.S.A, EIA, *Angola Country profile*, 17/02/09, [On-Line], Disponível em http://tonto.eia.doe.gov/country/country_energy_data.cfm?fips=AO. Acesso em 15 de Fevereiro de 2010.

petrolíferas estrangeiras tais como a Total, BP, e ENI têm projecto de construção de uma GNL de cinco milhões de toneladas, com previsões operacionais em 2010.

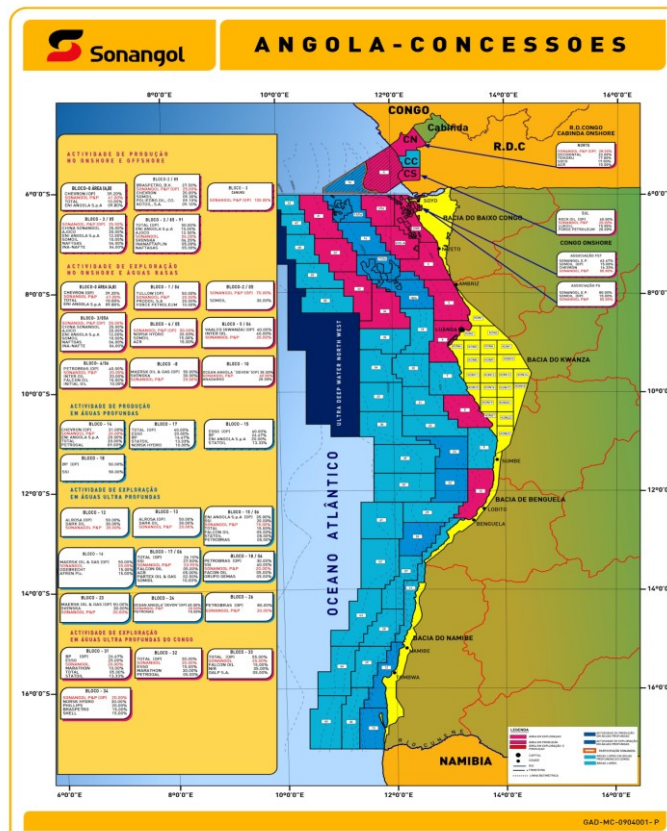
As reservas angolanas de crude em 2008 estimavam-se em 9.0 biliões de barris, já em 2007 a sua produção estimava em 1.7 milhões de barris por dia em comparação com 1.4 milhões de barris por dia em 2006.

Em termos de refinaria, a Sonangol e a Total investidores privados criaram a Fina Petróleos de Angola – uma *joint venture* que tem uma capacidade de processamento de petróleo bruto de 39.000 barris por dia, a demanda ainda é entendida por importações de gasolina de aviação e querosene. Existem ainda projectos de construir uma nova refinaria no Lobito com uma capacidade prevista de produzir 200.000 barris por dia. O projecto está orçamentado aproximadamente em 3,5 biliões de dólares e foi inicialmente projectado com a Sinopec (esta rejeitou como resultado de desacordo concernente ao mercado de produtos pois a recusa tinha como pano de fundo: por um lado a Sinopec quis suprir as necessidades da China e por outro, a Sonangol quis vender os produtos para um consumo interno e a países africanos. Actualmente a operar em Angola num total de 35⁷⁷ blocos existentes, encontram-se algumas empresas petrolíferas estrangeiras.

⁷⁷Alex Vines; Lillian Wong; Markus Weimer & Indira Campos. *Thirst for African Oil, Asia National Oil Companies in Nigeria and Angola*. Londres, Chatham House Report, August 2009 [On-line], Disponível em: <http://www.chathamhouse.org.uk>, p. 32.

Figura 7

Concessões em Angola- 2009



Fonte: Sonangol, E&P. *Empresas Petrolíferas em Angola. Mapa das Concessões*. Luanda, Angola Sonangol 2009, [On-line], Disponível em <http://www.sonangol.co.ao>.

Em termos geológicos, o litoral de Angola é composto pelas bacias sedimentares do Namibe e dos rios Congo e Kwanza. Mas somente nas bacias do Congo e do Kwanza tem dado resultado na produção das reservas petrolíferas em quantidade significativa.

O Governo angolano teve alguns insucessos nos blocos 9, 21, 22 e 25 localizados na região sul. O mesmo motivo abrange a não exploração ou descobertas nas perfurações petrolíferas ao largo da costa da Namíbia, que se situa ao sul de Angola. Esta questão levou com que os engenheiros do departamento de geologia da Sonangol acreditassem que não estão diante de uma situação definitiva com relação aos blocos do sul, continuando as pesquisas e análises dos blocos na bacia do Namibe, pois os mesmos acreditam que ainda se poderá esperar muito dessa região.

Até ao momento, tendo em conta aos antecedentes há evidência de que, os blocos a norte do país são os mais afortunados do que os blocos no sul. O caso mais evidente é o bloco 0, que se situa ao largo de Cabinda a norte da foz do rio Congo.

Analisando o mapa das concessões, pode-se deduzir que as maiores descobertas derivam de poços perto da foz do Congo, pois tem uma explicação muito clara: Os vastos depósitos de matéria vegetal ao longo dos milénios, eventualmente originaram o petróleo que hoje se encontra ao largo de Angola.

Por esta razão há um interesse maior das concessões em Blocos situados além das descobertas actuais ao largo da bacia do Congo.

Angola poderá tornar-se um dos mais importantes produtores de biocombustíveis em África. A Sonangol, a Odebrecht e a empresa angolana Damer assinaram recentemente um acordo de criação de um novo biocombustível representado pela empresa BIOCOM, que envolve USD 200 milhões investimentos em 30-000 hectares de plantação de cana, que vai produzir combustível suficiente para fornecer em um ano 140 MW usina.

Este projecto de biocombustível será localizado em um dos três pólos industriais criados pelo governo, com vista a actualizar o valor total agrícola. Dentre os três grupos estão Fútila (Cabinda), Viana (Luanda) e Catumbela (Benguela). O de Viana é o mais avançado e o maior também em termos de dimensão, já com 119 contratos assinados em uma série de produtos agrícolas e sectores industriais⁷⁸.

5.2- A estratégia da diversificação angolana- A parceria com a China

O fortalecimento dos laços comerciais e diplomáticos é um factor importante no sucesso das estratégias chinesas a nível do petróleo em Angola e vice-versa. Esta relação estende-se a outros países asiáticos como o Japão, a Coreia do Sul e significativamente a actual presença da Índia em Angola.

É de grande interesse da China e de Angola cooperar, não obstante a afirmação do presidente angolano em discurso pela Televisão Pública de Angola em 2008, afirmando que” A China precisa de recursos naturais de Angola, e Angola precisa dela

⁷⁸OECD. *Angola Profile 2007/2008*. AfDB/OECD, African Economic Outlook 2008, [On-line], Disponível em: <http://www.oecd.org/dataoecd/3/49/40568599.pdf>>. Acesso em 12 de Março de 2010.

para o desenvolvimento”. Esta relação tem sido mais ostentada para China no que toca aos países asiáticos.

A cooperação Angola e China tem sido nas mais diversas áreas desde o comércio, a diplomacia, educação-saúde, agricultura e turismo (particularmente a agricultura, cerca de 1 bilião de dólares americanos foram concedidos de empréstimos pelo Banco chinês de desenvolvimento para o sector agrícola angolano em 2009), construção civil, redes energéticas, telecomunicações e com destaque na comercialização do petróleo. A assistência técnica e financiamento chinês inicia com cerca de 120 projectos em áreas de energia, água, saúde, educação, telecomunicações, pescas e obras públicas.

A China, que em 1983 voltou a estabelecer relações diplomáticas com Angola, antes interrompidas pelo incontestável apoio que prestou ao maior movimento político da oposição, a UNITA para que este, numa guerra caracterizada pelos três movimentos políticos pudesse mostrar maior resistência e estar melhor treinado face ao conflito existente. Por outro lado, o MPLA era apoiado pelos Soviéticos e a FNLA sendo apoiada pelos Estados Unidos. Após a independência proclamada pelo líder do MPLA, a China perante esta situação, retirou o seu apoio à UNITA, amenizando durante um período de tempo as suas relações com o país. Num novo cenário das relações, este é considerado o maior parceiro económico de Angola, o petróleo é a principal importação da China em Angola.

Em 2004, Angola já era o terceiro maior fornecedor de petróleo para China, depois da Arábia Saudita e Omã. As relações apontaram para um nível mais acelerado em 2007, onde a China foi o segundo maior importador de petróleo de Angola após os E.U.A. As relações Angola e China agudizaram-se fruto do valoroso empréstimo e linhas de crédito no valor de 4,5⁷⁹ biliões de dólares americanos para financiar o desenvolvimento de infra-estrutura, em contrapartida o aumento das importações chinesas do petróleo bruto angolano. A partir de 2004, Angola registou um nível de crescimento económico considerável.

⁷⁹ Alex Vines; Lillian Wong; Markus Weimer & Indira Campos. *Thirst for African Oil, Asia National Oil Companies in Nigeria and Angola*. Londres, Chatham House Report, August 2009 [On-line], Disponível em: <http://www.chathamhouse.org.uk>, p.40.

Em 2004, a China adquiriu parcerias de capital em blocos de petróleo em águas profundas de Angola através da Sinopec (empresa chinesa), formando assim a Sonangol Sinopec International Limited (SSI) e nos blocos de águas rasas.

Embora a Sonangol já havia pensado há algum tempo em organizar recebimentos de empréstimos através de bancos ocidentais mas, foi a primeira vez que a Sonangol (empresa angolana) e a Sinopec (empresa chinesa) procuraram projecto conjunto de financiamento.

Actualmente, a China continua no topo das classificações dos países importadores do crude angolano, levando as relações a um nível elevado e incentivando cada vez mais as importações e os investimentos no país.

As relações diplomáticas têm sido destaque na cooperação Angola e China, segundo as autoridades chinesas em 2009, mais 100⁸⁰ empresas chinesas estavam a operar em Angola (mais de 50 delas de tamanho significativo). O número de chineses a residirem em Angola era também bastante elevado, sendo que em 2007 existiam mais de 22.000 chineses em Angola, em 2008 o número já havia aumentado para 50.000, segundo o governo chinês em consonância com SME- serviços de migração e estrangeiro de Angola.

Do ponto de vista da intensidade da comercialização do petróleo angolano, a china vem em primeiro lugar face a outros países asiáticos. Em 2008 as importações do petróleo da China em Angola rondaram os 596 mil barris por dia. O Japão registou uma taxa de importações comerciais de 808,3 milhões de dólares, a Coreia do Sul teve importações de 1,2 biliões de dólares, em comparação com a China, estes tiveram um perfil baixo nos últimos anos, as suas empresas estavam ausentes na lista de pré-qualificação para o adiado 2007/2008 ronda de licenciamento⁸¹.

Em 2007 ultrapassa a América e destaca-se como maior importador de petróleo angolano, destacando Angola dentre a Arábia Saudita e o Reino Unido⁸².

Angola é um fornecedor estratégico de petróleo para o primeiro mundo e o terceiro maior consumidor de petróleo, em 2008 foi o quinto maior exportador para os

⁸⁰ Vines & Campos, *Op., Cit.*, p. 40.

⁸¹ Vines & Campos, *Op., Cit.*, p. 40.

⁸² EIA, *Country Analysis Briefs - Angola*, Março de 2008, [On-Line], Disponível em <<http://www.eia.doe.gov/cabs/Angola/pdf.pdf>>. Acesso em 15 de Fevereiro de 2010.

E.U e o segundo para a China⁸³, (depois da frente da Arábia Saudita) – Embora 2009 tenha registado um declínio nas importações de petróleo angolano para a China⁸⁴. O comércio e o investimento chinês alteraram radicalmente a velocidade e a direcção de integração mundial de Angola. O volume total das trocas comerciais tem crescido vertiginosamente, alcançando a cifra de US\$ 25,3 biliões de dólares em 2008, isto é, aproximadamente 14 vezes o montante atingido no ano de 2000.⁸⁵

Em 2009, foram assinados nove acordos de cooperação entre Angola e a China nas mais diversas áreas, a maioria no sector de energia. Com base neste acordo, a Sonangol garantiu que iria elevar a longo prazo o fornecimento de petróleo em consonância com a Sinopec em 100.000 b/d⁸⁶.

Observando a figura 11, podemos conceber que as importações de petróleo bruto da China, em 2008, foram de 3,6 milhões de barris por dia., nos quais cerca de 1,8 milhões de barris por dia (50%), vieram do Médio oriente, 1,1 milhão de barris por dia (30%) de África, 101.000 barris por dia (3%) da região Ásia-pacífico, e 603.000 barris por dia (17%) vieram de outros países, segundo os dados da Energia Global⁸⁷.

Em 2008, a Arábia Saudita e Angola foram as duas grandes fontes de importações de petróleo bruto da China, que fizeram assim mais de um terço do total das importações Chinesas. O médio Oriente continua a ser a maior fonte de importação de petróleo bruto da China, não obstante, os países africanos também têm mantido um nível considerado das importações de crude chinês.

⁸³ Vines & Campos, *Op., Cit.*, p. 40.

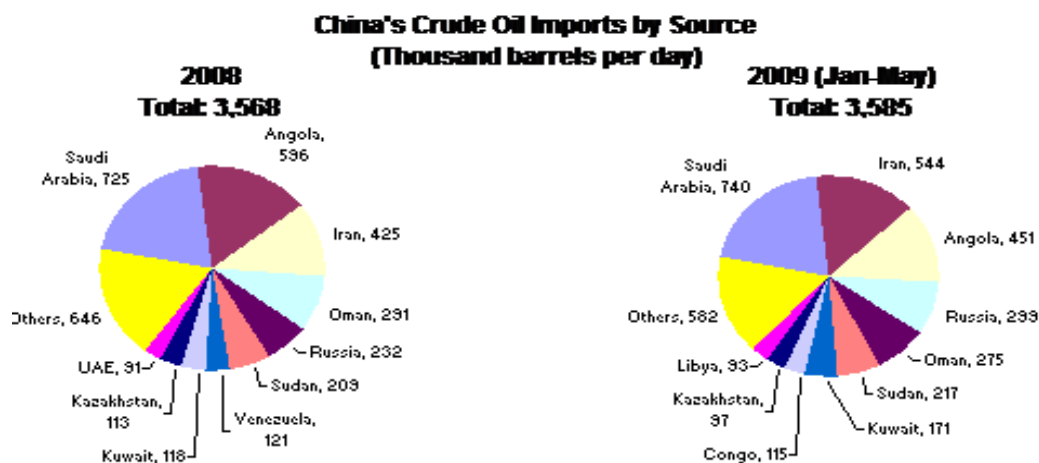
⁸⁵ Vines & Campos, *Op., Cit.*, p.40.

⁸⁶ *Idem.*, p. 44.

⁸⁷ EIA, *U.S. Energy Information Administration, Independent Statistics and Analysis*. USA, Janeiro de 2010 [On-line], Disponível em <<http://www.eia.doe.gov/emeu/cabs/China/Oil.html>>. Acesso em 21 de Fevereiro de 2010.

Figura 8

Origem das importações de petróleo bruto da China 2008-2009



Source: FACTS Global Energy

Fonte: EIA. *Energy Information Administration, Independent Statistics and Analysis*. USA, Janeiro de 2010, [On-line], Disponível em <http://www.eia.doe.gov/emeu/cabs/China/Oil.html>.

Em 2009, as importações de petróleo da China, registaram um acréscimo significativo, mantendo na liderança as importações a Arábia Saudita sendo que, as exportações de petróleo de Angola registaram um declínio de 2008 a 2009 na ordem dos 145 mil barris por dia. A china, teve assim uma maior importação de petróleo em países como Sudão, que registou 209 mil barris por dia em 2008, em 2009 veio a acrescentar nas suas exportações de petróleo para a China 8 mil barris por dia.

A estratégia de diversificação angolana com a China, baseou-se desde cedo no financiamento que a China concedeu para Angola em 2004 para projectos de infra-estruturas no pós-conflito. A mesma concessão e requisitos deste empréstimo Angola não encontrou por parte do FMI, pois a China oferecia melhores condições de empréstimo comerciais, em que as taxas de juros eram mais baixas e podia-se fazer o reembolso do empréstimo repartindo por vezes. Em contrapartida, a linha de crédito do

FMI exigiu de Angola garantias mais elevadas de petróleo, sem período de carência e com juros altos.

O empréstimo chinês, foi concedido numa altura em que as instituições financeiras internacionais, os países desenvolvidos não estavam disponíveis para concederem este empréstimo, pois as relações entre Angola e estas instituições estavam pobres a algum tempo. A situação em que Angola se encontrava em termos de hiperinflação e estabilização económica, havia sido o motivo com que impedisse qualquer acordo duradouro com o FMI e outras instituições financeiras.

Só depois, já em 2002 altura em que a guerra terminou, o FMI e muitos doadores ocidentais queriam negociar com Angola num programa de monitorado pessoal, a fim de mostrar um bom desempenho em termos de apoio financeiro durante três trimestres. Esse programa iria despertar credibilidades à política económica de Angola e abertura de caminho para uma conferência de doadores para arrecadar fundos para a reconstrução do país. Nessa altura, Angola já não se mostrou disponível em concordar com as condicionalidades do FMI, e após rodadas de consultas, anunciou que não buscavam mais acordos com o FMI. A tentativa de acordos do FMI, acabaram por não se concretizar, foi assim que Angola estabelece acordos bilaterais com China tendo início em 2004.

As importações petrolíferas da China cresceram, e a necessidade de acessar a recursos de energia foi cada vez maior, e no sector da construção civil, Angola é um parceiro favorável do mercado chinês. Portanto, os empréstimos chineses não pararam por aí, Angola tem beneficiado cada vez mais destes empréstimos. 3 biliões de dólares americanos foram o empréstimo que a China concedeu para Angola em 2005 como mecanismo de pré-financiamento de crédito, baseado num acordo de longo prazo com a UNIPEC destinados ao mercado chinês.

Para Angola esta parceria traz grandes vantagens, contribui assim para o apoio do crescimento económico. Para China, as empresas chinesas têm encontrado negócios rentáveis no mercado angolano, facultando assim cada vez mais a entrada de empresas chinesas nos mais diversos ramos do mercado angolano. A cooperação chinesa actualmente prevê um modelo que será numa base de linhas de crédito, economia e comércio, que contrasta com os esforços ocidentais, e Angola continuará a exportar petróleo para a China.

5.3- A partilha da renda energética em Angola

Na lógica complementar, o rápido aumento da produção petrolífera e correspondente aumento das receitas do Estado angolano nos últimos anos, criará enormes expectativas, para reconstrução e desenvolvimento socioeconómico.

Em termos históricos, o início da exploração do petróleo vem dos anos 50 e 60, quando as autoridades portuguesas, nos planos de desenvolvimento e fomento, começaram a desenvolver infra-estruturas, que permitissem o desenvolvimento e exploração de recursos energéticos, da sua província ultramarina. É a partir dessa altura que na indústria da construção e obra, se começa a utilizar o petróleo viscoso e o betume, como combustível fóssil.

A exploração de facto e com licença é inicialmente feita de forma real e efectiva, pela denominada Companhia de Combustível do Lobito, em 1952 começando a explorar de forma comercial, em grande quantidade o petróleo desta região de Angola. No entanto, a actividade pela falta de estratégia e estrutura do governo Português, nunca se elaboraram relatórios e prospecções para averiguar das potencialidades e capacidades de captação de recursos e qual a sua possível rentabilidade económico-financeira.

Segundo a Lei nº. 13/04 De 24 de Dezembro, o início da tributação das actividades petrolíferas em Angola remonta dos anos cinquenta, através dos Decretos 41 356 e 41 357, ambos datados de 11 de Novembro de 1957, que acompanharam as primeiras descobertas comerciais em concessões petrolíferas angolanas⁸⁸.

Posteriormente só em 1961 foi criada, a companhia de Petróleos de Angola, conhecida também pela sigla COPA, que numa parceria comercial com uma companhia Americana mais experiente, a *Sinclair Consolidated Oil Corporation*, toma conta por assim dizer, dos trabalhos de prospecção, perfuração e estudo da capacidade dos poços em questão.

Historicamente compreende-se que só, após a negociação e declaração da Independência de Angola em 11 de Novembro de 1975, tenham existido uma preocupação por parte do novo poder político instituído, de potenciar e promover novos negócios relacionados com a extracção e comercialização do petróleo nos mercados internacionais.

⁸⁸ Vide Lei nº. 13/04, de 24 de Dezembro de 2004, lei da tributação da actividade petrolífera, Diário da República, Imprensa nacional, p. 2457.

Em termos petrolíferos, operavam em 1975, três companhias, que detinham entre si em regime de monopólio do sector dos petróleos em Angola: a *Gulf Oil* e a *Texaco*, que já foi referida anteriormente, e a *Petrofina*, que funciona nesse ano como a única companhia com capacidade de transformar e realizar a refinação do petróleo. Na área de estudos, projectos e prospecção tudo se encontrava ainda, com processos muito rudimentares, só no ano de 1976, com a criação da companhia de Petróleos controlada pelo Estado angolano, a SONANGOL E.P. se deu o volte face, com uma determinada estratégia de potenciação e desenvolvimento na área dos petróleos.⁸⁹

A Sonangol, utiliza como modelo na regulação da actividade petrolífera, o Contrato de Partilha de Produção⁹⁰, os chamados PSCs, que se traduzem na contribuição por parte do Estado primordialmente com a área territorial a ser explorada, outorgando à empresa operadora o direito exclusivo de conduzir actividade de exploração e produção sem, no entanto, acarretar qualquer forma de arrendamento ou transferência de propriedade. A empresa operadora, então explora a área a seu próprio risco e custo e recebe parte dos hidrocarbonetos produzidos como compensação pelo risco, caso hidrocarbonetos não sejam encontrados ou as reservas não sejam comercializáveis, o contrato termina sem qualquer direito à Empresa operadora de recuperar seus custos.

Neste tipo de contrato existe uma contrapartida para a Operadora⁹¹, em caso de sucesso das operações, possibilitando a recuperação dos custos incorridos e investimentos realizados nas fases de exploração e desenvolvimento, através do recebimento de uma percentagem fixa da produção, normalmente denominada petróleo de custo. Uma outra parte que sobra é chamada de petróleo de lucro (corresponde, à parcela da produção que será partilhada entre o país produtor e a empresa operadora, de acordo com os termos do contrato antes estabelecido.

⁸⁹ Morais, Guerra. “Angola – Origens da Estruturação do Sector Petrolífero”. Luanda, Color Editora, 2003, p. 11-18.

⁹⁰ Vide art. 18 da Lei n.º 10/04, de 12 de Novembro de 2004, *Lei das Actividades Petrolíferas*. Luanda, Imprensa Nacional, 2004, pág. 2145. Ref. *Relatório I- Regimes Jurídico- Regulatórios e Contratuais de E&P de Petróleo e Gás Natural, Contrato de Partilha de Produção*, Brasil, BNDES 31/08/2009 [Online], Disponível em <http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/export/sites/default/bndes_pt/Galerias/Arquivos/empresa/pesquisa/Relat_I-4de8.pdf>. p. 232. Acesso em 2 de Março de 2010.

⁹¹ No caso de Angola existem várias empresas operadoras dentre elas a Chevron, BP, Total, etc., etc. funcionando todas delas sob este regime contratual.

Para a realização da actividade e a celebração dos contratos em Angola, existem fundamentalmente duas leis: Lei das actividades petrolíferas, a lei n.º. 10/04, de 12 de Novembro (a presente lei visa estabelecer as regras de acesso e de exercício das operações nas áreas disponíveis e submersa do território nacional, das águas interiores do mar territorial, da zona económica exclusiva e plataforma continental), com esta abrem-se alguns artigos a seguir sobre a regula da actividade petrolífera. Lei sobre a Tributação das Actividades Petrolíferas, lei n.º. 13/04, de 24 de Dezembro. Existem outras leis complementares a estas, a Lei Aduaneira n.º. 11/04; Contratação de Serviços e Bens de Empresas Nacionais no Sector Petrolífero, Despacho n.º. 127/03; Obrigatoriedade de Recrutamento e Formação de Quadros Nacionais, Decreto n.º. 20/82; Lei do Fomento do Empresariado Nacional n.º. 14/03⁹².

A Sonangol na condição de empresa pública não lhe retira o dever de cumprir certas obrigações em termos de tributação ou pagamentos fiscais ao Ministério das Finanças, pagando imposto ao Estado.

Cerca de 40% do PIB angolano, 80% das receitas do governo e 95% dos ganhos em divisas estrangeiras provenientes do petróleo têm contribuído grandemente para o crescimento económico angolano.

Para a gestão e partilha das receitas petrolíferas estão encarregues alguns órgãos titulares que são: Primeiro, Ministério das Finanças (MINFIN), responsável pela política económica e financeira, pela gestão dos orçamentos, cobrança de imposto, etc., etc; Segundo, Banco Nacional de Angola (BNA), relaciona-se com todos tipos de pagamentos relacionados ao petróleo, a gestão da dívida externa, os fluxos financeiros, etc., etc; Terceiro, Ministério dos Petróleos (MINPET), encarrega-se pela política de fiscalização e controlo do sector; Quarto, Concessionária Nacional. Sonangol, representa o Estado no sector, como concessionária responsável pelas auditorias de custos, cobrança de um número determinado de pagamentos devidos ao Estado e participante comercial no sector.⁹³. Parte destas receitas, o governo angolano tem estado

⁹² Sonangol. *Licitação 2007/ 2008*. Luanda, Sonangol 2010, Disponível em www.sonangol.co.ao, p. 1. Acesso em 20 de Março de 2010.

⁹³ Vide *Contrato de Partilha de Produção, Relatório I – Regimes Jurídico-Regulatórios e Contratuais de E &P de Petróleo e Gás Natural*. Brasil, BNDES 31/08/2009 [On-line], Disponível http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/export/sites/default/bndes_pt/Galerias/Arquivos/empresa/pesquisa/Relat_I-4de8.pdf, p. 232. Acesso em 2 de Março de 2010.

a investir no fortalecimento e funcionamento de outros sectores da economia angolana, dando prioridades aqueles, que de certa forma durante o período de guerra civil e após, não tiveram um desenvolvimento a altura como é o caso da agricultura, indústria, educação, etc., etc.

Cap. VI Angola- SADC- Petróleo um triângulo magro?

Uma economia regional crescente acompanhada pela estabilidade política são motivos para criar um certo optimismo por parte dos países da África austral, pois segundo os mesmos são condições necessárias para o aumento dos fluxos de Investimento Directo Estrangeiro (IDE) e não só, são também ingredientes certos para uma integração regional mais profunda.

A região tem se beneficiado desde 2006 por registar um crescimento económico de seis por cento por parte dos países membros, motivo que tem levado a fortificar a competitividade da região como destino de investimento. Angola particularmente, destaca-se com um papel impulsionador, pois espera-se que o crescimento económico angolano fruto do seu forte desempenho venha a contribuir para que a economia dos 15 Estados membros da SADC seja superior aos cinco por cento de 2005 e aos seis por cento de 2006.

É sem dúvida importante a constatação de que , num primeiro momento do elemento político, como fundamental, tendo em conta que o poder político está nas mãos do governo angolano, desde a sua independência em Novembro de 1975, exercido o poder de forma centralizado e com base numa economia de guerra até 2002, alterando-se e adaptando-se a partir daí, com uma postura mais democrática, aberta e cooperante.

Relacionando o crescimento angolano com a forte produção e venda do petróleo e com uma comparação insignificante do contributo de outros sectores económico, a titulo de exemplo inicialmente Angola com relação a outros países da SADC, Angola alcançou o mais alto crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) real em 2005 com 15,6 % sendo que, Botswana (8,3%), Moçambique (7,7%) e a República Unida da Tanzânia (6,9%)⁹⁴. Angola permaneceu neste ritmo de crescimento económico até 2008, sendo que em 2009 Angola, República Democrática do Congo, Madagáscar, Malawi e Tanzânia foram os países da SADC que registaram baixas de crescimento do PIB na

⁹⁴ Joseph, Ngwawi. *Rumo a uma zona de investimento da SADC*. Harare, Zimbabué, SADC today, vol.9 n.º 4, outubro de 2006, [On-line], Disponível em [On-line], Disponível em <<http://www.sardc.net/editorial/sadctoday/portview.asp?vol=465&pubno=v9n4>> p. 1. Acesso em 25 de Março de 2010.

ordem dos sete por cento, segundo Beatriz Morais⁹⁵. Em 2007 a economia angolana atinge o seu auge registado no seu PIB um crescimento na ordem dos E.U. 61,356 bilhões de dólares Est. (IFM 2008), e o seu PIB per capita de E.U. \$ 3.623, 2007 (RDH, UNDP 2009)⁹⁶.

O grande crescimento de Angola tem sido dirigido graças a estabilização dos preços internacionais do petróleo, e uma subsequente competição por parte dos investimentos pelos seus depósitos de petróleo. É necessário que reconhecemos que, Angola é uma das economias fortes na região, como resultado do elevado potencial extractivo petrolífero e não só, a sua capacidade militar que exerce uma grande influência na resolução dos assuntos políticos da região.

Existe sem margem para dúvidas, uma estreita ligação de interesses entre Angola, SADC e o Petróleo pois embora evidente que, não existe suficiente vontade política por parte da liderança da SADC para impor as obrigações de integração. Não existem níveis de cooperação suficientes. A construção nacional parece preceder a integração regional, além de que, a instabilidade política, a falta de paz, a insegurança nacional, o colapso da lei e da ordem influenciando cada vez mais no fraco comércio existente entre os países da SADC caracterizam um número significativo desses países, entre eles, Zimbabué, República Democrática do Congo.

Assim sendo a ligação ou cruzamento de interesses entre Angola e a SADC e o petróleo, tem sido até á alguns anos, algo perverso, particularmente no sector petrolífero em concreto a contribuir para o financiamento de conflitos e guerras, movendo interesses económicos e lobbies internacionais. Mas na última década, observaram-se e tem-se assistido a processo contínuo, a alteração de mudanças de atitudes por parte da

⁹⁵ João, Dias. *Integração Económica melhora perspectivas da SADC*. Luanda, Jornal de Angola, Novembro de 2009, [On-line], Disponível em http://jornaldeangola.sapo.ao/20/0/integracao_economica_melhora_perspectivas_da_sadc . Acesso em 24 de Abril de 2010.

⁹⁶ PNUD. *Estatísticas do Relatório de Desenvolvimento Humano*. UNDP, 2009, [On-line], Disponível em <http://hdr.undp.org/en/statistics/>. Acesso em 28 de Março de 2010.

classe política e das elites desses países, particularmente de Angola, a questão dos conflitos é visivelmente ultrapassada o que significa dizer que, a actual relação de Angola, SADC e o petróleo é caracterizado por um cenário bastante diferente.

As exportações e consumo do petróleo angolano, não têm sido de toda a forma alvo para os países da região, pois Angola tem realizado as principais trocas comerciais com países extra continentais, E.U.A e China. Acima de 50% das exportações de petróleo angolano são destinadas primeiramente para Ásia, América e a Europa outros restantes para o comércio intra-regional.

É evidente que, o crescimento económico angolano fruto da exportação do petróleo traga benefícios a SADC, atraindo cada vez mais os investimentos directos estrangeiros (IDE) na região e o contributo positivo para o aprofundamento da integração no âmbito da SADC.

Desta forma, visto numa perspectiva actual Angola é um país com esperança, perspectivas e futuro, no entanto terá que tomar medidas políticas, económicas e sociais, de forma a almejar os seus objectivos, de crescimento, desenvolvimento e prosperidade.

Assim sendo, devem-se abordar estas quatro vertentes, política, económica, social e comercial. Todas estão nos dias de hoje, irremediavelmente interligadas, demonstrando numa sociedade aberta e convivendo com as tecnologias de informação e globalização, que os elementos políticos estão sempre ligados a determinantes económicas, tendo estas ligações sociais, e por sua vez as questões económicas tem que ver igualmente com questões comerciais.

Na lógica Africana, a estratégia de Angola tem sido substancialmente diferente, apostando em parcerias estratégicas com outros Estados africanos vizinhos, de forma a constituir um grupo de força ou grupo de interesses. Tal facto, acontece em algumas áreas com os Estados vizinhos do Congo, África do Sul, o do Estado irmão Moçambique.

Neste quadro, jogam-se interesses de comércio transfronteiriço, que devem ser defendidos em primeira instância, para assegurar as economias nacionais primeiro e só depois as economias regionais e continental. Esta lógica funciona nas políticas de transporte, vias de comunicação, acesso à energia e construção de infra-estruturas.

Desta forma, a sua postura na União Africana, como fórum de Estados africanos, tem sido em termos comerciais reservada, embora com princípios de cordialidade e

diplomacia, no qual nas diversas conferências da União Africana, procura cada vez mais implementar uma lógica de traduzir o seu crescente poderio económico, em protagonismo e respeitabilidade política.

A complementar esta ideia, Angola em matéria de petróleo, mantém uma posição isolada e sem grandes contactos com outros parceiros africanos, incluindo Estados integrantes da SADC, nos quais mantém relações baseadas em questões políticas e diplomáticas, mas em questões económicas e energéticas, tem ainda posições unilaterais e particulares.

6.1- O Estado da economia angolana no contexto africano- SADC

Nesta lógica angolana como País soberano, encontrando o seu caminho de paz, que permita desde 2002, um crescimento muito significativo da sua economia, tem nesta lógica energética encontrado, no petróleo e outros minerais, grande parte das suas divisas, para suportar todo o funcionamento da máquina do Estado e colocar em práticas inúmeras políticas de construção de infra-estruturas e políticas de desenvolvimento real e concreto.

A economia angolana no contexto da SADC, tem vindo a ser uma das mais fortes sendo que, a partir de 2004 que começa a registar um crescimento significativo. Actualmente é a segunda maior economia a nível da região, sucede a Sul africana. Fruto deste crescimento como é evidente é principalmente proveniente das receitas do petróleo, com uma contribuição pouco significativa do sector não petrolífero.

De um modo geral, as economias da SADC, todas elas apresentam-se em níveis muito comparativos, com excepção da Sul africana e actualmente a economia angolana que está em crescimento. Elas são caracterizadas por moedas muito instáveis, a maioria delas é super valorizada em níveis variantes, desiguais níveis relativos de desenvolvimento e um grau significativo de diferenças na natureza e composição de seus recursos, as suas economias tem imensas disparidades no desenvolvimento económico, proporcionando um péssimo ambiente para a complementaridade entre os países.

Ainda no mesmo patamar, excluindo a África do sul, Angola e as restantes economias da SADC ainda são consideradas economias em crescimento, embora que, o que se regista hoje na economia angolana não se verifica o mesmo em outras economias a nível da região, um exemplo concreto é o baixo crescimento de algumas economias

como a do Lesoto, Suazilândia, Seychelles, Zimbabué e Malawi, estas foram as que registaram um PIB muito abaixo ao esperado em 2007⁹⁷.

Apesar da estimulante direcção política que está sendo adoptada, a SADC tem estado a enfrentar sérios desafios para estabelecer um bloco regional viável, dadas as suas disparidades económicas.

O patamar económico proveniente do petróleo na economia angolana até agora permanece mas, vem-se a verificar em alguns sectores um processo activo de desenvolvimento económico o sector de serviços financeiros e a manufactura tiveram um forte crescimento em 2006 a 2007. Já o sector da construção decresceu em 2007 pois ao contrário do grande empenho que teve em 2006.

Segundo o BPI⁹⁸, estimou o crescimento económico angolano não-petrolífero em 2007 para 26% tendo uma queda para 12% em 2009. o sector petrolífero as previsões indicam para 2007 em 28 % em 2009 o défice é de -14%.

O Governo angolano e o Ministério dos Petróleos, tem como estratégia um aumento da actividade de pesquisa e produção no sector do Petróleo, tendo ainda em conta os enormes jazigos petrolíferos em território angolano, tendo como objectivos meramente programáticos e de intenção de melhorar as condições socioeconómicas das populações. Neste sector as previsões para 2010 á 2011 registarão um crescimento significativo de 0% em 2010 á 12% em 2010. O sector não petrolífero segundo as previsões do BPI⁹⁹ tenderá a um crescimento neste ano de 13 % as previsões para 2011 tendem a manter.

⁹⁷ PNUD. *Estatísticas do Relatório de Desenvolvimento Humano*, PIB 2007. UNDP, 2009, [On-line], Disponível em < <http://hdr.undp.org/en/statistics/>>. Acesso em 28 de Março de 2010.

⁹⁸ BPI. *Estudos Económicos e Financeiros, Angola Março 2009*. Lisboa, 2009. [On-line], Disponível em <http://www.bci.co.mz/BPI%20Relatorio%20s%20Angola%20marco%202009.pdf>. Acesso em 8 de Abril de 2010.

⁹⁹ *Idem*.

Tabela 4

Previsões para o crescimento Económico angolano 2009.

Previsões para o crescimento angolano

	BPI (Fev '09)			PIB total		
	Total	Não-petrolífero	Petrolífero	Gov. angolano (Nov '08)	FMI (Out '07)	EIU (Jan '09)
2004	11%	9%	14%	11%	11%	11%
2005	21%	14%	25%	21%	21%	21%
2006	19%	26%	10%	19%	19%	19%
2007	24%	26%	28%	24%	24%	17%
2008E	15%	19%	11%	15%	27%	13%
2009P	-3%	12%	-14%	12%	4%	-2%
2010P	6%	13%	0%	-	12%	6%
2011P	13%	13%	12%	-	4%	-

Fonte: Min. das Finanças (Angola), FMI, EIU.

Fonte: BPI. *Estudos Económicos e Financeiros, Angola Março 2009*. Lisboa, 2009. [On-line], Disponível em <http://www.bci.co.mz/BPI%20Relatorio%20s%20Angola%20marco%202009.pdf>, p.4.

Segundo análise do EIU¹⁰⁰, o crescimento económico terá uma descida em 2010 de -2% relativamente ao PIB de 2009 previsto por uma subida de 13%, o mesmo não se prevê para 2011 onde o PIB tende a registar os 6%.

Existe uma grande necessidade de crescimento no sector não-petrolífero pois embora tenha havido um maior esforço por parte do governo angolano em aplicar medidas e traçar políticas de investimento nos mais diversos ramos do

¹⁰⁰ Segundo o BPI. *Estudos Económicos e Financeiros, Angola Março 2009*. Lisboa, 2009. [On-line], Disponível em <http://www.bci.co.mz/BPI%20Relatorio%20s%20Angola%20marco%202009.pdf>. p. 4. Acesso em 8 de Abril de 2010.

desenvolvimento, existe um forte empenho no que diz respeito aos altos gastos e a procura interna, tudo leva a que esse esforço do governo venha a diminuir a inflação relativamente aos próximos dois anos consecutivos 2008 e 2009 numa meta de 10 por cento.

O grande aumento das receitas angolanas é proveniente da exploração de substâncias excedentes em ambas as contas fiscais e externas. O posicionamento de Angola com relação aos créditos externos tem vindo a melhorar no que toca ao acesso a esses créditos, pois Angola tem acordado com seus credores cronogramas de amortização de suas dívidas remanescentes.

Com este balanço, Angola ganha maiores possibilidades em adquirir créditos de financiamento para que possa suprir grande parte das suas necessidades de reconstrução. O crescimento que Angola teve nos últimos dois a três anos, não trouxe níveis superiores de pobreza mas a dependência nos hidrocarbonetos permanece

O governo angolano tem grandes ambições no desenvolvimento do sector privado (particularmente nos sectores não-extrativistas) bem como, a redução da pobreza e melhoria no acesso aos serviços básicos. Para o efeito, é necessário que as forças políticas, isto é, o governo possa criar um ambiente saudável de negócios aos nacionais e estrangeiro a fim de incentivar o investimento, implementar reformas estruturais, trabalhando na reabilitação e melhoramento das infra-estruturas públicas, e só será possível, trabalhando na descentralização da gestão das despesas públicas e do investimento a nível local.

Em termos políticos, há necessidade de reformar o sistema jurídico. Até ao momento tem-se vindo a registar uma certa dificuldade em fazer negócios em Angola, pois os esforços nesse sentido têm sido insuficientes. Em termos de consciência política, os esforços tem sido notável, existe uma pressão política sobre o governo, aumentando os efeitos da política de desenvolvimento a vários níveis. O preço do petróleo e o aumento da produção devem continuar para conduzir as altas taxas de crescimento do PIB, e o dinamismo do sector petrolífero, atraindo assim, uma grande quantidade de auxiliares investimento em serviços financeiros, construção e fabricação. Em quanto que o sector da agricultura e da indústria, vão se desenvolvendo.

O sector da construção em Angola encontra-se num dos seus melhores momentos, sucedendo-se os projectos construtivos em várias áreas, tais como, a

reabilitação de infra-estruturas (caminhos-de-ferro, estradas, portos, aeroportos, comunicações, acesso a água, saneamento básico, etc., etc.), o governo tem conciliado isto com o realojamento de cerca de quatro milhões de deslocados internos.

Com o fim da guerra civil em 2002, a economia angolana começou a registrar o seu crescimento, entrando em ritmo de velocidade de cruzeiro, depois da paz permanente e real na sua sociedade civil e para o seu povo, permitindo deixar de forma definitiva de canalizar recursos permanentes, para a denominada economia de guerra, e começar a investir na construção de infra-estruturas e crescimento económico e social.

No entanto, a crise energética consubstanciada¹⁰¹, fez com que países como Angola, tivessem a verdadeira noção, do que é estar muito dependente de uma só fonte de receitas, com um nível de percentagem, muito elevado.

Assim sendo, como se pode ver na tabela 13 a projecção do PIB efectuada para o ano 2008, tendo o governo angolano total noção do que estava em jogo, procura no Ministério do Planeamento, Direcção de Estudos e Programação Económica, juntamente com o Ministério da Economia, Ministério das Finanças e Ministério dos Petróleos, apostar em sectores de produção em que a economia angolana, seja competitiva, tais como a Agricultura, Silvicultura e Pescas (com uma importância previsível sectorial de 32%, no peso da economia global), crescimento do sector Bancário de seguros e comercial e serviços mercantis (considerado este sector estratégico dos serviços, com 12% da estrutura global da economia) e por fim, os sectores da construção e obras públicas (responsável por 12% das expectativas sectoriais da Economia angolana).

Existem em termos estratégicos outro sector, que poderá ter uma importância concreta, no futuro da economia angolana, em concreto o sector da Indústria transformadora, muito ligado ao sector primário da transformação de produtos provenientes de recursos naturais, como a pesca, produção de frutos e madeiras, com um peso previsível de 4,6% nas expectativas sectoriais angolana.

¹⁰¹ O conflito de interesses relativamente ao Gás Natural entre a Rússia e a Ucrânia, juntamente com uma subida vertiginosa dos preços do crude nos mercados internacionais, nos anos de 2006 e 2007.

Tabela 5

Projeção do PIB nos diferentes sectores 2008

1.1.1 Os factores de conforto

...O dinamismo dos sectores não petrolíferos

Produto Interno Bruto				Produto Interno Bruto - Por sectores						
Em milhões de kwanzas				Composição do PIB (%)	Peso em 2008	Tx variação nominal		Tx variação real		Contributo aproximado para o cresc. em 2008 (%)
2006	2007	2008	2007			2008	2007	2008		
Petrolífero	2,222.6	2,587.8	3,739.0	Agricultura, Pecuária e Pescas	8.2	23%	47%	33%	32%	
não petrolífero	1,751.7	2,036.0	2,687.2	Indústrias Extractivas	59.4	15%	43%	19%	10%	
Total	3,974.3	4,623.8	6,426.2	Petróleo Bruto e Gás	58.3	16%	44%	20%	12%	
Crescimento nominal				Diamantes e outras extractivas	1.2	-9%	-8%	-2%	-17%	
Petrolífero	-	16.4%	44.5%	Indústria transformadora	6.6	28%	72%	39%	55%	
não petrolífero	-	16.2%	32.0%	Energia Eléctrica	0.1	16%	38%	26%	24%	
Total	-	16.3%	39.0%	Cosntrução	4.4	32%	24%	43%	12%	
Crescimento real				Serviços Mercantis	15.3	17%	25%	26%	12%	
Petrolífero	13.1%	20.4%	11.7%	Outros	6.1	1%	17%	9%	5%	
não petrolífero	25.7%	25.7%	18.6%							
Total	18.6%	23.3%	15.6%							

Fonte: Orçamento de Estado, cálculos BBPI.

Fonte: BPI. *Estudos Económicos e Financeiros, Angola Março 2009*. Lisboa, 2009. [On-line], Disponível em <http://www.bci.co.mz/BPI%20Relatorio%20s%20Angola%20marco%202009.pdf>.

Tendo em conta o crescimento económico de Angola o BPI¹⁰² prevê para o PIB em 2008 um crescimento de 13.2%, -2.3% para 2009 e 6.2% em 2010. Para a inflação (final ano) 13.3 %, 8.6% e 12 %. O FMI, Banco Mundial e outras Instituições credíveis prevêem que a economia angolana sofrerá um queda significativa em 2009 tendo em conta que basicamente ela é assegurada pelo sector petrolífero, este por sua vez com 58.3% do PIB, os cortes da produção acordados pela Organização dos Países Exportadores de Petróleo (menos de 244 milhões de barris um corte de 13%, a expectativa de que os preços de petróleo tendem a baixar, são indicativos reais da previsão do crescimento económico angolano¹⁰³.

¹⁰² BPI, *Op., Ct.*, p. 4.

¹⁰³ *Idem.*

No entanto, as previsões do crescimento global do Produto Interno Bruto (PIB) pelo FMI¹⁰⁴, na actualização do cenário do passado mês de Janeiro (2009) antecipa que o crescimento mundial se quede por 0.5%, o valor mais baixo nos últimos 50 anos, devendo os países desenvolvidos sofrer uma contracção de 2%, enquanto as economias emergentes ou em desenvolvimento abrandam de forma significativa.

Tabela 6

Previsões Económicas do FMI – revisão de Janeiro de 2009.

	2007	2008	2009	2010	Diferenças face a Outubro	
					2009	2010
PIB mundial	5.2	3.4	0.5	3	-1.7	-0.8
Economias desenvolvidas	2.7	1	-2	1.1	-1.7	-0.5
EUA	2	1.1	-1.6	1.6	-0.9	0.1
UEM	2.6	1	-2	0.2	-1.5	-0.7
Japão	2.4	-0.3	-2.6	0.6	-2.4	-0.5
Economias emergentes ou em desenvolvimento	8.3	6.3	3.3	5	-1.8	-1.2
Africa	6.2	5.2	3.4	4.9	-1.4	-0.5
Africa Subsariana	6.9	5.4	3.5	5	-1.6	-0.7
Rússia	8.1	6.2	-0.7	1.3	-4.2	-3.2
China	13	9	6.7	8	-1.8	-1.5
India	9.3	7.3	5.1	6.5	-1.2	-0.3
Brasil	5.7	5.8	1.8	3.5	-1.2	-1
Comércio Mundial	7.2	4.1	-2.8	3.2	-4.8	-2.5
Preço das matérias primas (USD)						
Petróleo (var.)	10.7	36.4	-48.5	20	-16.7	9.7
Em USD	-	97.03	50	60		
Outras (var.)	14.1	7.4	-29.1	7.3	-10.4	6.3

Fonte: *World Economic Outlook, Jan Update*.

Fonte: BPI. *Estudos Económicos e Financeiros, Angola Março 2009*. Lisboa, 2009. [On-line], Disponível em <http://www.bci.co.mz/BPI%20Relatorio%20s%20Angola%20marco%202009.pdf> p. 3.

Numa onda de crescimento, a China a título de exemplo regista um decréscimo nos três anos consecutivos. Em 2007 teve um crescimento de 13%, tendo

¹⁰⁴ BPI, *Op., Ct.*, p. 4.

caído em 2008 por 9%, aumentando a sua queda em 2009 por 6.7% com uma revisão em baixa de 1.8 %¹⁰⁵. No mesmo ritmo económico, estão também outros países como a Rússia que registou uma queda maior no período de 2007 á 2009 passou de 8.1 % para - 0.7/, a seguir tem a China, a Índia com 9.3 em 2007 e 5.1 % em 2009 e o Brasil com uma média de 5.8 em 2008 para vir a cair mais ainda em 2009 com 1.8%. Como as economias deste grupo, estão as outras que se encontram no mesmo ritmo de crescimento, pois segundo o FMI, o arrefecimento previsto é bem mais evidente, designadamente nos países com economias mais dependentes de matérias-primas, cujos preços têm sofrido uma notória pressão de queda¹⁰⁶.

Angola é com toda a certeza um país de futuro, e um dos países africanos com maiores potencialidades e capacidades de ter sucesso numa economia global, por vários motivos e argumentos:

Primeiro, é uma economia em crescimento acelerado, numa fase de crise e estagnação económica mundial, demonstrando que tem capacidades e formas concretas, de fazer com que a crise passe um pouco ao lado, através da existência de recursos naturais próprios, capacidade de gerir novos investidores e empreendedores, entre outras razões.

Em segundo lugar, com a diversificação das actividades e sectores económicos, Angola está a conseguir criar um efeito económico duplo, primeiro consegue assegurar a extracção e produção de petróleo para pelo menos os próximos vinte anos, depois consegue fazer com que a riqueza do petróleo funcione como suporte e alavanca, para outros sectores, com os serviços (Bancos, Seguradoras e Comércio), actividades agrícolas e piscatórias e por último sector da construção civil e de infra-estruturas.

Cada um destes sectores, desde o ano civil de 2006, demonstra de forma evidente, um novo dinamismo e lógica própria, tendo o sector dos serviços, com a fundação e constituição de novos Bancos, não só confiança na economia, como capacidade de gerar dividendos e lucros sustentados nos próximos anos. O sector

¹⁰⁵ BPI, *Op., Ct.*, p. 3.

¹⁰⁶ *Idem.*

bancário em Angola, tem tido um papel acrescido na intermediação e financiamento de novos projectos angolanos e internacionais, traduzidos no facto de o sector privado corresponder a cerca de 50% dos recursos totais captadores, da forma de depósitos bancários efectivos.

Em terceiro lugar, salientar a importância do crescimento do Investimento Directo Estrangeiro em Angola, nos últimos sete anos, provando que a economia angolana é segura, susceptível de criar riqueza e dividendos e fazer crescer novos negócios, de um patamar de implementação até ao crescimento para uma pequena e média empresa.

Nos últimos dois anos a média quase que se manteve. Antes da crise financeira, o investimento directo estrangeiro (IDE) para a África tinha sido aumentado fortemente desde 2002 a 2003, chegando a 53 biliões em 2007, 47,2 por cento de aumento em 2006 e seu maior nível histórico. Em 2007, US\$ 22,4 biliões foram direccionados para a África do Norte e US\$ 30,6 biliões para a África Subsariana, representando mais atracção do IDE na região do sul de África¹⁰⁷.

Actualmente o Investimento Directo Estrangeiro em Angola aumentou consideravelmente com maior relevância para o sector petrolífero. Mais de 50% dos investimentos encontra-se no sector dos serviços e os restantes distribuídos nos diversos sectores de desenvolvimento. A par desta relevância, estão as melhorias das condições e o ambiente de negócio que o governo angolano tem procurado proporcionar.

¹⁰⁷ African Economic Outlook. *Investimento Directo Estrangeiro, 11 de Fevereiro de 2010*. África, AEO 2010. [On-line], Disponível em <http://www.africaneconomicoutlook.org/en/outlook/growth-of-aid-to-africa/foreign-direct-investment/>. Acesso em 17 de Abril de 2010.

Tabela 7

Facilidades de Fazer Negócio em Angola 2009

O que melhorou na facilidade de fazer negócio em Angola...

	2009	2008	2007
Começar um negócio			
Número de procedimentos	8	12	12
Duração (dias)	68	119	119
Custo (% PNB per capita)	196.8	343.7	498.2
Mínimo de capital (% PNB per capita)	39.1	50.5	74.1
Obtenção de licenças de construção			
Número de procedimentos	12	14	14
Duração (dias)	328	337	337
Custo (% rendimento per capita)	831.1	1109.7	1240.2

Fonte: Banco Mundial, Doing Business 2009.

Fonte: BPI. *Estudos Económicos e Financeiros, Angola Março 2009*. Lisboa, 2009. [On-line], Disponível em <http://www.bci.co.mz/BPI%20Relatorio%20s%20Angola%20marco%202009.pdf>.

Relativamente a facilidade de fazer negócio em Angola, destaca-se elementos essenciais que estão na base desta redução, primeiro, a redução dos procedimentos; segundo, a redução do custo e do tempo necessário, permitindo a melhoria significativa de posicionamento; terceiro, a criação do Guiché Único de Empresas é a melhoria na execução dos procedimentos, reduzindo os obstáculos administrativos, contribui favoravelmente para esta melhoria¹⁰⁸.

6.2- Cruzamento de interesses Angola, SADC e a realidade do petróleo

Desta forma, podemos averiguar em termos de cruzamento de interesses Angola, SADC e a realidade do Petróleo, no presente trabalho, tendo em conta os seguintes contextos e razões: político, histórico, económico e comerciais.

Em termos económicos e comerciais o sector petrolífero é um sector chave na economia angolana, no entanto o seu efeito impulsionador, apenas poderá ser potenciador de um crescimento económico e comercial, se contribuir para uma diversificação dos sectores de actividade da economia e comércio, na qual a

¹⁰⁸ BPI, *Op., Cit.*, p.10.

Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral, terá um papel, muito importante a três níveis: primeiro, como fórum de credibilização e valorização de democracias e sistema de boas práticas; segundo, como forma determinante de cooperação e integração da economia angolana, num determinado bloco regional, Terceiro e último, como estímulo ao desenvolvimento de economias de concorrência e boas práticas no seio da SADC, na qual cada um dos países irá importar o que não consegue produzir e transportar a preços competitivos e exportar os produtos, para os quais tem vantagens comparativas, em relação aos outros Estados-membros da SADC.

Angola, como economia emergente no plano africano, tem que saber reconduzir as despesas ligadas à defesa numa lógica de guerra civil, para a concretização de um verdadeiro Estado social ou Estado-providência, no qual os dinheiros públicos bem geridos devem servir para cobrir as despesas sociais, em concreto com a educação, saúde e infra-estruturas básicas, tais como estradas e abastecimento de água.

Será no entanto, importante denotar a existência de bolsas de estudo, para formação interna e externa, que constitui uma nova forma de consciência e responsabilidade social, na qual, com a formação de quadros angolanos, assim se contribui de forma decisiva, para a angolanização, no melhor que ela tem, ou seja, os recursos naturais e físicos, de Angola devem traduzir-se em recursos e dividendos angolanos, susceptíveis de forma proporcional e directa, de criarem recursos humanos competitivos e formadores, para competirem primeiro à escala das necessidades angolanas, depois à escala regional da SADC e depois, para concorrerem nos mercados globais em pé de igualdade.

Neste capítulo, é também essencial, referir o papel e intervenção dos denominados actores externos, nos quais Angola em termos primários e tradicionais, sempre teve um mau relacionamento de princípio, pois toda a economia de guerra, baseava-se numa lógica, de troca de petróleo por armas e material militar, por parte do MPLA e a troca de diamantes, por armas e outro material bélico, por parte da UNITA.

Funcionando a interferência externa ou de actores externos, como meros exploradores e especuladores das riquezas naturais de Angola, sem darem quaisquer contra-partidas significativas, a não ser divisas estrangeiras. Em geral esses actores, gozam de pouca respeitabilidade e credibilidade em África, sendo os nacionais dos países da SADC e a generalidade dos países africanos, que no caso estrito de Angola, o envolvimento de certos senhores, é feito apenas com uma motivação e propósito,

retirarem a qualquer custo, o petróleo, diamantes e outros recursos, para venda a terceiros a baixo preço final.

Actualmente, o Governo e os principais agentes económicos angolanos, procuram outros intervenientes e interlocutores, para realizar negócios, no entanto, também é verdade, que aqueles que se mantêm na velha lógica, são líderes corruptos em final de carreira política.

A crise económica e financeira, que temos vindo a presenciar nos anos de 2008 e 2009, trazem consigo uma nova lógica, na forma de fazer negócios, na qual os grandes grupos e empresas internacionais, também pressionadas pelos Estados nos quais tem as suas sedes, de assumir uma nova postura, agindo com ética, princípios e responsabilidade social e ambiental. Actualmente fala-se muito em responsabilidade social Empresarial (RSE). Uma grande parte das empresas em Angola, fruto de uma melhor qualificação de alguns quadros, estabelece os padrões mais avançados, tentando cultivar a ideia e práticas de responsabilidade social empresarial, desenvolvendo acções filantrópicas de pequena e média escala.

Também o sector das companhias e indústria petrolífera, canaliza determinados fundos sociais, como a SONANGOL, nos quais a quando da assinatura de novos contratos, condiciona uma pequena percentagem dos recursos, as causas sociais e de intervenção social e directa nas populações angolanas. Desde 2006, Angola tem vindo a perfilar-se como um dos principais produtores e exportadores mundiais de petróleo na qual, é já até aos últimos anos um importante fornecedor norte-americano e chinês de petróleo. Desta forma, aproveitando esta fase importante para Angola, não deixamos de identificar alguns aspectos importantes na indústria petrolífera desde os seus pontos fortes, as falhas e alguns obstáculos que Angola tem vindo e ainda virá com menor ou maior intensidade enfrentar nos próximos tempos. De igual modo, estes são apenas dos factores ligados a indústria petrolífera angolana que não podemos deixar de referenciar:

Tabela 8

Análise Estratégica da Indústria Petrolífera em Angola 2007-2008
(SWOT) .

<p>Forças</p> <p>Em 2008, Angola assumia-se como: 3º maior produtor africano e o 2º maior produtor da África Subsariana.</p>	<p>Fraquezas</p> <p>A indústria transformadora angolana ainda não apresenta uma capacidade produtiva capaz de dar resposta às exigências do sector (a maioria dos equipamentos para a indústria petrolífera são importados).</p>
<p>Oportunidades</p> <p>A infra-estrutura projectada do sector e do país permitirá o desenvolvimento da distribuição e comercialização de refinados.</p>	<p>Ameaças</p> <p>Os movimentos independentistas do enclave de Cabinda (em 2004, esta região era responsável por 39.3% da produção bruta de petróleo angolano) poderão, à semelhança do que sucede noutros países produtores, desestabilizar o sector em Angola.</p>

*Elaborado pela autora com base em dados da BP, Statistical Review World of Eenergy, London, junho 2009.

Fonte: Espírito Santo Research.. *Angola 4º. Trimestre 2007: O sector petrolífero em Angola*. Lisboa, BES 2007. [On-line], Disponível em <http://www.bescv.cv/sfecv/cms.aspx?srv=207&stp=1&id=4702&fext=.pdf>>. p. 10-23.

A adesão de Angola à OPEP veio trazer ao país por um lado, uma maior visibilidade da exploração do petróleo tanto a nível nacional como internacional, por outro, as quotas estabelecidas a produção tem dado para Angola um limite na sua produção, afectando o seu potencial extractivo consequentemente a baixa percentual nos níveis económicos.

Outro aspecto ainda não menos importante é a questão da indústria de refinaria. Para um país como Angola, com um potencial extractivo bastante elevado e que tem como base sustentável da sua economia a exploração de petróleo é quase que um atraso em termos de escassez de meios para refinação deste produto, logo, fica dependente dos avanços tecnológicos estrangeiros, o que não contribui muito para a um processo acelerado da produção.

Entre os pontos fortes e pontos fracos, Angola tem de considerar de que, os grandes investimentos em projectos e pesquisas, a instabilidade política nas regiões de

produção de petróleo, são elementos aproveitáveis para o aperfeiçoamento desta importante actividade, uma vez que embora com um ritmo acelerado de produção, está sujeito as quotas da OPEP o que poderá colocar em causa a sua economia que tem como base principal a exploração deste recurso.

Não obstante, Angola é com toda certeza um país com futuro, no qual esse mesmo futuro de esperança e cheio de projectos, tem que ver com três elementos substanciais: primeiro com a qualidade da governação e das instituições do Estado; segundo, com uma política estratégica e lógica, perante os condicionalismos e contexto regional de Angola; terceiro, Angola deve potenciar o seu sector primário, para criar recursos financeiros que lhe permitam fazer crescer de forma sustentada, os seus sectores secundário e terciário, em concreto, a Indústria, obras públicas e construção de infra-estruturas e serviços (Bancos, seguradoras e telecomunicações).

Tabela 9

Análise estratégica da situação angolana 2007-2008 (SWOT)

<p>Pontos Fortes</p> <ul style="list-style-type: none"> • Excelentes condições naturais • Abundantes recursos em petróleo e gás natural 	<p>Pontos fracos</p> <ul style="list-style-type: none"> • Impactos ambientais negativos • Maior dependência do PIB nas receitas petrolíferas
<p>Oportunidades</p> <ul style="list-style-type: none"> • Re-infraestruturação em curso • Melhoria das condições de vida • Melhoria da conjuntura política e económica internacional • Início de funcionamento do Mercado de Bolsa de valores 	<p>Ameaças</p> <ul style="list-style-type: none"> • Conjuntura política e económica internacional • Volatilidade dos preços e potencial queda a longo prazo • Não diversificação da economia • Desequilíbrios sociais existentes

*Elaborada com base em dados do Ministério do Planeamento, Direcção de Estudo e Programação Económica, Luanda, 2006.

Fonte: Luís Fernando da Costa Walter. *Angola: O papel e Contributo do Sector dos Petróleos de Angola no Desenvolvimento Sócio-Económico do país. Desafios e Expectativas (1975-2005)*. Lisboa, ISCTE, Novembro 2007, p. 86.

Assim sendo, realizando uma análise baseada dos quatro pontos: fortes, fracos, oportunidades e ameaças, poderemos conduzir que o caso de Angola, é um caso de estudo nos dias de hoje. Em termos de **pontos fortes**, a sua colocação geográfica e as suas adjacentes condições naturais, nas quais os seus recursos minerais e essencialmente o petróleo, fazem com que em condições normais, Angola fosse porventura um dos países mais ricos do mundo.

O Estado angolano no seu plano de desenvolvimento deve investir na capacidade técnica e tecnológica das empresas angolanas, no bom aproveitamento da exploração destes recursos e seus derivados tanto em termos de consumo interno como para a exportação como meio de aquisição de receitas para o país, na conservação do seu solo e subsolo, diversificar a sua economia fazendo com que a sua subsistência económica não tenha como fonte única o petróleo.

No entanto, Angola tem como **pontos fracos** para além de alguns impactos ambientais negativos a médio e longo prazo, questões sociais e económicas consideravelmente relevantes que geram desequilíbrio em termos de classes sociais, proporcionando a existência de uma minoria de ricos (cerca de 5%) e uma maioria de pobres, não tendo nos dias de hoje uma classe média, que equilibre e dê estabilidade em termos sociais, económicos e políticos concretos e duradouros. Portanto, deve o Estado angolano elaborar medidas estratégicas para ultrapassar estas dificuldades. Será importante Angola despender esforços para a construção de uma sociedade, deve o Governo junto da sociedade civil criar políticas de inclusão e desenvolvimento social, onde a distribuição e a redistribuição da riqueza e as melhorias de condições de vida da população sejam condições primárias; pois se tal não acontecer poderá incorrer em novos conflitos sociais e políticos, uma vez que as diferenças são muito evidentes.

Sendo o país hoje visto como terra das **oportunidades**, com base nisto é indispensável com as suas riquezas naturais, com o seu potencial humano, aproveitar tais elementos da melhor forma, nomeadamente: Na construção de infra-estruturas (estradas, centros de saúde, linhas ferroviárias numa lógica de sustentabilidade e efeito multiplicador na sua economia e sociedade), deve igualmente procurar por todos os meios políticos, económicos e comerciais fazer com que o seu papel de Estado integrante da SADC no processo de integração e cooperação económica e comercial seja um sucesso.

Angola deverá aproveitar a conjuntura económica e política internacional do ano de 2009 e seguintes, para reconduzir e colocar em prática algumas reformas políticas e económicas, colocando uma estratégia e diplomacia económica em marcha, de forma a assegurar um melhor futuro para o seu desenvolvimento. Neste âmbito, existem dois elementos determinantes, a desenvolver de forma a credibilizar a sua imagem internacional, em concreto: a construção de um cluster em relação ao petróleo e gás natural, funcionando como forma de dinamizar e autonomizar a sua economia face a terceiros e estruturar e colocar em funcionamento um mercado de capitais e uma bolsa de valores, com prestígio e crédito internacional, de forma a credibilizar a posição de possível risco de quem investe e aplica os seus capitais na economia angolana.

Quanto as **ameaças**, temos elementos já aqui referenciados nesta dissertação, traduzidos numa conjuntura política e económica internacional. Em função de como é visto Angola enquanto Estado, com alguma desconfiança e descrédito por alguns dos seus interlocutores, é necessário que o Estado angolano deve direccionar o funcionamento dos sectores da economia para o enriquecimento do próprio país e não como se tem verificado, atendendo ao facto de alguns sectores da sua economia funcionarem muito ligados ao nepotismo, nas quais muitas vezes não se sabe em concreto quando acaba a política e os interesses nacionais angolanos e começam os negócios.¹⁰⁹

Deve-se destruir a imagem dos grandes desequilíbrios sociais e económicos em Angola, para isso é necessário que o Estado crie políticas de ajustamento sociais, de modo a que os cidadão angolanos sentem-se todos iguais perante a lei e que o Estado é o responsável do bem estar físico-psicológico dos cidadãos, pois os desequilíbrios ainda são entendidos como uma ameaça no verdadeiro sentido, uma vez que as melhorias das condições de vida fazem parte das oportunidades do país. Assim sendo, se o Estado angolano tiver vontade e consciência política, irá cumprir o dever e compromissos, em nome do Estado Democrático e social, caso contrário, o problema irá crescer de

¹⁰⁹ Nicholas, Howen. *Construção da Paz e Sociedade Civil em Angola: Um Papel Para a Comunidade Internacional*. Londres, Departamento para Desenvolvimento Internacional & Ministério dos Negócios Estrangeiros e da Commonwealth, 2001, p. 189.

dimensão e dar lugar a tensões e conflitos sociais latentes, que poderão de novo levar a conflitos no interior do Estado angolano¹¹⁰.

A excessiva dependência do petróleo e diamantes poderá constituir num próximo um problema a economia angolana. Angola deve no entanto diversificar as fontes de obtenção de riqueza que pautam pelo desenvolvimento da sua economia, com a aposta noutros ramos de actividade como a agricultura, pesca, comércio e indústria, porque não o turismo. Uma outra grande aposta para Angola é a indústria transformadora, essa por sua vez deve-se investir grandes esforços para que ela possa funcionar de forma eficaz e que contribua no desenvolvimento da economia angolana.

Angola tem um futuro, mas tem também um caminho a fazer, grande parte da esperança e aspirações do seu povo, são jogadas nos próximos anos nas mãos dos seus líderes políticos. Portanto, para o alcance das metas traçadas é necessário que se criem planos estratégicos e se invistam neles. No entanto, após décadas de guerra civil e de alguns anos de paz e desenvolvimento, o caminho terá de ser rigoroso, objectivo e concretizar o futuro.

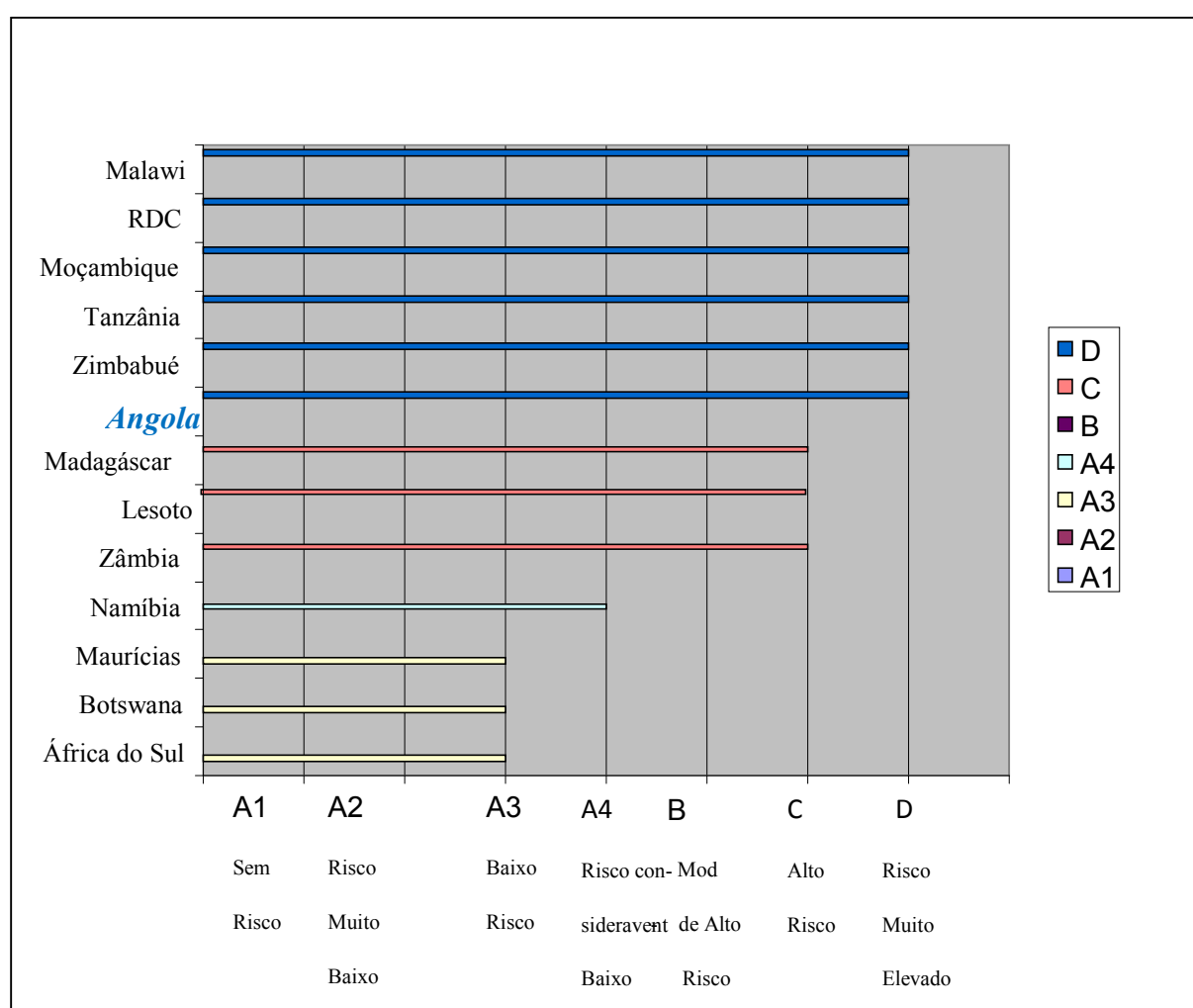
¹¹⁰ Nicholas, Howen. *Construção da Paz e Sociedade Civil em Angola: Um Papel Para a Comunidade Internacional*. Londres, Departamento para Desenvolvimento Internacional & Ministério dos Negócios Estrangeiros e da Commonwealth 2001, p. 174.

Riscos do Ambiente de Negócio dos Membros da SADC

Não descurando a questão política e económica, a comercial ganha uma maior evidência na análise feita sobre o ambiente de negócio nos países membros da SADC, uma vez que, podemos ter uma percepção do *Business Climate Rating*¹¹¹ os riscos que apresentam alguns países da SADC no que toca as trocas comerciais, aos investimentos e negócios.

Figura 9

Ranking de Risco do Ambiente de Negócio por país (Médio e Longo prazo)-2010



¹¹¹ Classificação do Ambiente de Negócios dos países da SADC. Analisando de acordo os seus critérios, tendo como indicadores principais a situação política, económica e financeira de cada país. Disponível em <<http://www.trading-safely.com/>>. Acesso em 14 de Abril de 2010.

Fonte: COFACE, *Business Climate Risk*, 2010.

Business Climate Rating, avalia as possibilidades e os riscos em que as empresas correm ao investirem nos diferentes países, sendo que para o efeito é necessário ter uma visão ampla das coisas, tendo em conta as principais variáveis: política, económica e financeira. De acordo o critério de avaliação e classificação, os países são enquadrados em níveis¹¹².

De acordo com o gráfico fazemos uma análise de um conjunto de 13 países da SADC, sob critérios já mencionados, tendo em conta as condições do ambiente de negócio que estes países podem oferecer para atraírem Investimentos Nacionais e os IDE. Em 2010, nenhum se encontrava classificado como A1, A2 e B, apenas foi-nos possível analisar os 13 países e não os 15 por falta de dados disponíveis dos dois restantes, as Seychelles e a Suazilândia, uma vez que o número de países abrangidos pela classificação do Business Climate Rating são 155. Portanto, isto significa que, nenhum destes 13 países apresenta uma situação política, económica e financeira estável com o fim de proporcionar um bom ambiente de negócios.

Dentre os 13 países apenas a África do Sul, as Maurícias e Botswana encontram-se classificados como A3 – países que apresentam uma situação política e económica em evolução mas ainda incertas, com um nível de rendimento médio alto, mas que ainda a instabilidade política e económica não proporcionam as melhores trocas comerciais e um bom ambiente de negócio, produzindo ainda efeitos desfavoráveis.

¹¹²A1 – O Ambiente político económico estável produz efeitos positivos numa situação já boa de pagamentos das empresas. Probabilidade muito fraca de incumprimento dos pagamentos. A2 – A probabilidade de incumprimento dos pagamentos ainda é fraca, mesmo no caso em que o ambiente político e económico dum país ou o registo de pagamentos das empresas não é tão bom como no A1. A3 – Circunstâncias políticas e económicas adversas poderão conduzir a piores registos de pagamentos, os quais já são mais baixos do que nas categorias anteriores, apesar da probabilidade de incumprimento dos pagamentos ainda ser fraca. A4 – Um registo de pagamentos já irregular poderá piorar com a deterioração do ambiente político e económico. Contudo, a probabilidade de incumprimento dos pagamentos já é aceitável. B – Um ambiente político e económico instável irá provavelmente afectar ainda mais um registo de pagamentos já pobre. C – Um ambiente político e económico muito instável poderá deteriorar um registo de pagamentos já mau. D – O perfil de risco elevado dum ambiente político e económico dum país irá piorar ainda mais um registo de pagamentos já mau. Vide Catarina M. Leal. A sustentabilidade das Relações Energéticas Luso-Nigérias. Lisboa, IDN, 2009.

Apresentam um ambiente de negócio com risco reduzido, influenciando de forma negativa nos registos de pagamentos, não significando assim um notável incumprimento dos pagamentos por parte dos investidores, pois os riscos não são ainda elevados consideráveis.

Com a classificação A4, encontra-se 1 país – Namíbia – país que apresenta já um risco embora em nível baixo, uma notável irregularidade no sistema de pagamentos, consequentemente afectando nas trocas comerciais, o que vem influenciar no seu ambiente político e económico.

Três países enquadram-se na classificação C – Zâmbia, Lesoto e Madagáscar são países que se apresentam com uma situação política e económica incerta, embora com uma evolução mas ainda instáveis, condicionando o baixo nível do ambiente de negócio, onde o registo de pagamento já mau, apresenta um risco alto no ambiente de negócio.

Na classificação D, encontramos 6 países Angola, Zimbabué, Tanzânia, Moçambique, Malawi e a Republica Democrática do Congo. Estes países apresentam uma irregularidade e instabilidade na situação política e económica, um perfil de risco elevado para o ambiente de negócio, piorando ainda mais num registo de pagamentos já mau.

Os países que se encontram na classificação A3, são países que apresentam melhores perspectivas de negócio e investimento, possuem um crescimento político e económico razoável em termos de oferta de melhores condições para um ambiente de negócio e oportunidade de investimento. Os riscos nestes países no que toca aos investimentos são mais reduzidos, embora os mesmos possam apresentar características negativas e positivas muito comuns tal como, o alto rendimento médio, que ocupam lugares significativos nos rankings das categorias de classificação do ambiente de negócio, são também países que partilham dos cinco grandes problemas: a corrupção, crime, roubo, burocracia, desordem.

Os da classificação C são países que apresentam grandes incertezas políticas e económicas, situações desfavoráveis do ponto de vista do ambiente de negócio. No caso destes países, a situação é quase unânime quando nos referimos a fraca liberdade financeira, fraca administração fiscal, corrupção, criminalidade, roubo, desordem, uma considerável dependência de factores externos no que toca a dinamização da actividade

económica (a título de exemplo, Madagáscar). Para o caso da Zâmbia, a situação política e o sistema de governação é desfavorável ao ambiente de negócio, existindo uma grande necessidade na solidificação das decisões política por parte dos dois governos com relação ao desenvolvimento e o investimento privado. Apresentam oportunidades de investimentos futuros.

A classificação D dá a estes países os piores indicativos do ambiente de negócio pois, a situação política, económica e financeira não é das melhores. Para estes, existe um grande desequilíbrio nas forças políticas e económicas, dando lugar a um nível de risco bastante elevado. São países que caracterizam-se pelo mesmo perfil, isto é, no seu sistema económico no que toca a atracção e a possibilidade nos investimento e negócio muito difíceis de se concretizar, apesar de haver por parte dos rankings económicos e políticos uma vontade, mudanças e um certo avanço na situação política e económica, bem como nas políticas de investimentos. A corrupção, o crime, a burocracia e a ineficácia das políticas governamentais, a instabilidade do governo, criação de políticas económicas adversas deteriorizam o ambiente de negócio nestes países.

Sendo que, na lista de 13 países se encontram países que registam um avanço político e económico considerável, a título de exemplo temos a África do Sul e a Angola que de certa forma ainda não proporcionam um ambiente de negócio a altura da escala global. No caso particular de Angola segundo o BPI¹¹³, tem havido melhoria na facilidade de se fazer negócio nos últimos dois anos, relativamente a redução dos procedimentos, custo e do tempo necessário, permitindo a melhoria significativa do posicionamento, tal como a criação do Guichet Único de empresas, criado com o fim da redução de obstáculos administrativos e a melhoria na execução dos procedimentos.

Segundo The Global Competitiveness Index (GCI) 2008-2009¹¹⁴, publicado pelo Fórum Económico Mundial, foram classificados no ranking quatro países da região entre os 100, mesmo número superior em 2007 dentre eles estão África do Sul,

¹¹³ BPI. *Estudos Económicos e Financeiros, Angola, Março 2009*. Lisboa, BPI 2009, [On-line], Disponível em <http://www.bci.co.mz/BPI%20Relatorio%20s%20Angola%20marco%202009.pdf>. p.10. Acesso em 8 de Abril de 2010.

¹¹⁴ FMI. *Global Competitiveness Report 2008-2009: The Global Competitiveness Index rankings and 2007-2008 comparisons*. USA, Washington, D.C, World Economic Forum, 2008, [On-line], Disponível em <http://www.weforum.org/pdf/gcr/2008/rankings.pdf>. Acesso em 21 de Abril de 2010.

Botswana, Namíbia e Maurícias. Portanto, em termos de ambiente de negócio na região, registaram-se algumas melhorias significativas no ranking com Botswana levantando-se por 20 fileiras de 76 em 2007 para 56 em 2008; a Namíbia de 89 em 2007 para 80 em 2008 e Maurícias de 60 em 2007 para 57 em 2008. Embora Zâmbia e Lesoto aparecem nas fileiras inferiores que obteve ganhos nas fileiras de 122 e 124 em 2007 para 112 e 123 em 2008, respectivamente.

Nos últimos dois a três anos, as melhorias no ambiente de negócio nos países da região tem sido de forma significativa, a região tem sido classificada favorável em termos de factores determinantes da produtividade e competitividade em relação às instituições, os bens da eficiência no mercado, a eficiência do mercado de trabalho, sofisticação do mercado financeiro e de inovação, embora, os aspectos negativos ligados a má governação, corrupção etc., etc., não têm estado ausentes nesta classificação, pois, é ainda considerada como uma das características político-económica assente nos países da região. A Saúde e Educação ainda representam grandes desafios a médio e longo prazo para os países desta região¹¹⁵.

Segundo o Doing Business Report 2009-2010¹¹⁶, existem cinco países da região no top 100, é o caso das Maurícias, África do Sul, Botswana, Namíbia e Zâmbia. Novamente Botswana recuperou a sua posição entre o top 50. Maurícias, África do Sul e Zâmbia adquirida das fileiras de 29, 35 e 101 em 2007 para 24, 32 e 100 em 2008, respectivamente. No entanto a Namíbia caiu de 48 em 2007 para 51 em 2008. Cerca de metade dos Estados Membros da SADC são classificados entre 101 e 150 na fileira. De uma forma geral, os Estados membros da SADC são classificados relativamente favoráveis em mais de dez facilidades de fazer negócios, por outro excepto as Maurícias estão mal classificados no que diz respeito ao comércio exterior¹¹⁷, isto deve-se aos encargos administrativos e a experiência pelos comerciantes e o comércio além

¹¹⁵ SADC – *Comunidade de Desenvolvimento da África: Negócios e Perspectivas de Investimento para 2008, comércio, indústria, finanças e investimento*. SADC, Novembro 2008, [On-line], Disponível em <http://www.sadc.int/attachment/download/file/295>. p.1. Acesso em 20 de Abril de 2010.

¹¹⁶ Banco Mundial. *Classificações Sobre a Facilidade de Fazer Negócios*. USA, Washington, D.C, Banco de dados do Doing Business, 2009-2010, [On-line], Disponível em http://portugues.doingbusiness.org/documents/DB10_Overview_Portuguese.pdf, p. 10. Acesso em 14 de Abril de 2010.

¹¹⁷ *Idem*.

fronteiras na região. Nos dez primeiros reformadores de 2008-2009 por conjunto de indicadores encontramos as Maurícias (com registro da propriedade) e Malawi (fechar um negócio)¹¹⁸.

As recentes melhorias no investimento e as perspectivas de negócios são resultado de uma série de factores, a citar: um clima mais positivo para investimentos na região apoiado pela reforma dos quadros das políticas de investimento e desenvolvimento de negócio têm, em parte, contribuído para o desempenho actual, assim como o melhoramento das políticas macroeconómicas sólidas, apesar da pressão dos alimentos e aumentar os preços dos combustíveis, a maioria dos países da região continuam a exercer políticas prudentes, melhorando assim a sua posição fiscal.

Segundo o Banco Mundial Doing Business Report 2009, desde 2005 o ritmo das reformas destinadas a simplificar a regulamentação de negócio, fortalecendo os direitos de propriedade, abrindo o acesso ao crédito e cumprimento de contratos, medindo o seu impacto sobre os conjuntos de indicadores dez aumentou, dando uma mudança significativa na regulamentação das reformas nestes países da região¹¹⁹. Como causa desta melhoria, nove países da região que realizaram reformas destinadas a facilitar negócios e estes são: Angola, Botswana, Lesoto, Madagáscar, Ilhas Maurícias, Moçambique, Namíbia, África do Sul e Zâmbia. Da mesma forma que nestes e nos restantes países da região, houve uma mudança rumo a uma política mais acolhedora para os investimentos e a prestação de condições boas para o IDE na região, tais investimentos foram especificados nas seguintes categorias: Incentivos, Câmbios Controles (todos os países da região excepto Angola e Moçambique, aceitaram formalmente as obrigações do art. VII nos termos dos art.

Do acordo do FMI, que visa a prevenção de restrições aos pagamentos correntes, evasão de divisas práticas discriminatórias etc., etc.), Tratados ou Acordos Bilaterais de Investimento e de Dupla Tributação, Composição em Instrumentos Multilaterais, Regulamentação políticas e de transparência¹²⁰. Um total de cinco países da região têm regimes de concorrência operacionais e quatro possuem leis, mas ainda para serem

¹¹⁸ BM, *Op., Cit.*, p.9.

¹¹⁹ BM, *Op., Cit.*, p.9.

¹²⁰ SADC- *Comunidade de Desenvolvimento da África: Negócios e Perspectivas de Investimento para 2008, comércio, indústria, finanças e investimento*. SADC, Novembro 2008, [On-line], Disponível em <http://www.sadc.int/attachment/download/file/295>. Acesso em 20 de Abril de 2010.

colocadas em prática. Três países estão a preparar activamente as leis da concorrência, enquanto dois estão nas primeiras fases de preparação.

Tabela 10

Status – SADC sobre Políticas de Concorrência 2008-2009

Categoria	Estado	Países
A	Operacional regime de concorrência	Malawi, África do Sul, Tanzânia, Zâmbia e Zimbabué.
B	Possuir as leis, mas ainda para colocá-las em prática	Madagáscar, Maurícias, Namíbia e Suazilândia.
C	Preparar activamente as leis	Botswana, Lesoto e Moçambique.
D	Primeiras fases de preparação	Angola e RD Congo.

*Elaborado pelo Secretariado da SADC TIFI, Novembro de 2008. Esta tabela não engloba as Ilhas Seychelles.

Fonte: SADC- *Comunidade de Desenvolvimento da África: Negócios e Perspectivas de Investimento para 2008, comércio, indústria, finanças e investimento*. SADC, Novembro 2008, [On-line], Disponível em <http://www.sadc.int/attachment/download/file/295>. p.1.

Embora a economia global tenha sofrido um certo declínio e os problemas de risco de crédito financeiro que começou na segunda metade de 2007, os países da região não sofreram mudanças significativas no que toca as perspectivas de investimento. Portanto, como forma de aproveitar esta tendência e as melhorias em relação o ambiente de negócio actual, os países individualmente e como uma região que precisa se concentrar em uma série de questões que incluem, entre outras, as seguintes: Estabilidade macroeconómica, Facilitação do Comércio, Tratados, Liberalização dos controlos de câmbio, Políticas de concorrência, Sector de recursos naturais,

Desenvolvimento de Instituições Financeiras, Participação das partes interessadas (sector privado) etc., etc¹²¹.

De acordo a análise, embora Angola seja uma potência regional no que toca as suas potencialidades, constata-se que para um ambiente de negócio já não representa elementos vantajosos, uma vez que, o país em termos de riscos do ambiente de negócio enquadra-se na classificação D, nas quais o perfil de risco elevado de um ambiente político e económico deste país piora ainda mais um registo de pagamentos já mau, o que dá ao país uma má classificação em termos de Business Climate Ranking.

¹²¹ SADC, *Op., Cit.* p.1.

Considerações Finais

Em termos de considerações finais, na presente dissertação, analisando os diferentes pontos, tendo em conta as razões políticas, históricas, económicas e comerciais, quer no seio da realidade angolana, quer na realidade da África Austral.

Assim sendo, devem-se abordar estas quatro vertentes, política, económica, social e comercial. Todas estão nos dias de hoje, irremediavelmente interligadas, demonstrando numa sociedade aberta e convivendo com as tecnologias da informação e globalização, que os elementos políticos estão sempre ligados a determinantes económicas, tendo estas ligações sociais, e por sua vez as questões económicas têm que ver igualmente com questões comerciais.

Angola, representa um exemplo claro que como este, existem vários países em vias de desenvolvimento ricos em recursos naturais no continente africano e não só, envolvidos num profundo processo de integração regional na qual uma maioria deles com tendência para desempenhos fracos em termos de desenvolvimento económico social. A hipótese levantada de que melhorando estrategicamente os seus parceiros em termos comerciais, estabelecendo as suas trocas comerciais mais com os países da SADC, estaria Angola concomitantemente a aumentar a integração económica na região, sustentada por exemplos, uma característica da maior parte dos países em vias de desenvolvimento de muitas partes do mundo, que os países com instituições frágeis têm pouca capacidade para aguentar as forças tendenciais e destruidoras da corrupção e do conflito que são por vezes desencadeadas pelas tentativas de controlo e apropriação das receitas do Estado dependentes das exportações do petróleo e outras actividades mineiras.

O estado ou o não aumento do nível de integração regional na SADC, não passa simultaneamente pelo facto de Angola e os países da região estabelecerem com maior regularidade as suas trocas comerciais com parceiros extra-continentais mais sim, pelo fracasso das políticas de integração económicas regionais existentes entre os países membros, concomitantemente no bloco. A fraca cooperação que pesa fundamentalmente na grande diferença das economias dos países membros proporcionando assim um nível desacelerado do crescimento e desenvolvimento económico na região, a instabilidade política em alguns países da região bem como, a ausência de paz e segurança que se vive em determinados países da região, a título de exemplo está a situação da República Democrática do Congo, a falta de políticas sociais

eficazes, a falta de complementariedade entre as estratégias e programas nacionais e regionais, a pouca utilização efectiva dos recursos da região e a grande debilidade dos valores políticos e dos sistemas e instituições comuns, são apenas alguns dos ingredientes fundamentais para que a integração económica regional na África austral não se vive em plena tornando o processo uma mera compilação de políticas elitistas irreais, e que os obstáculos e imperfeições são frequentes nestes ambientes.

Para que essa situação seja ponderada e a SADC possa ultrapassar alguns destes objectivos, é necessário que: A mesma deve procurar desenvolver os seus abundantes recursos naturais (petróleo, carvão, biomassa, energia solar, eólica, recursos hídricos), assim como aproveitar as grandes vantagens que a região oferece em termos de fonte de mão-de-obra, fruto da sua inúmera população. Deve aproveitar também de forma significativa o grande potencial que tem para negociações e transacções económicas bem como, o potencial para a realização de investimentos racionais em termos de desenvolvimento de infra-estruturas e serviços, estar-social e cultural, indústria investimento e finanças, recursos naturais e meio ambiente, políticas e diplomacia. Num mesma lógica, dentro de um ambiente criado, deve pois a SADC proporcionar melhor ambiente para o desenvolvimento e complementariedade das diferentes economias na região.

Será o petróleo, como fonte geradora de energia o elemento catalisador da relação entre Angola e a SADC? Com isto pretendemos entender qual é a relação do ponto de vista da integração económica regional existente entre os diferentes países da região.

De início sem antes nos debruçarmos em linhas longas, conseguimos perceber que não seja apenas o petróleo como fonte de energia e o principal recurso mineral procurado e utilizável a nível mundial que liga Angola ao bloco de integração. Inúmeros são os factores que levam Angola a aderir á SADC e vice-versa. Entre eles tais como: maiores visibilidade nacional, regional e internacional para o desenvolvimento económico, político, social, tecnológico, etc., etc., maior concorrência e nível competitivo das economias regionais como factor de escalão ás economias mundiais, consolidação das políticas estruturais e de desenvolvimento dos vários sectores angolanos. Dentre as várias razões Angola encontra uma das principais razões que levam a que o processo de integração económico seja algo de alcance a curto prazo, são as grandes desigualdades de desenvolvimento das principais forças internas de cada um

dos países e de crescimento bem como, as desigualdades económicas que cada país apresenta ter.

Na SADC, Angola tem tido um papel importante não só em encontros de bases negociais e de acordos, como também interveniente nas grandes decisões. Durante alguns anos tem sido difícil ultrapassar alguns problemas que a organização enfrenta, do ponto de vista da integração económica regional. Dentre as metas traçadas, recentemente foi conquistado mais um êxito por parte da organização que foi a criação de uma Zona de Comércio Livre, em 2008, que favorecerá a livre circulação de mercadorias, bens e serviços aos países integrantes e que considera-se um passo em frente dado pela organização.

Portanto, em termos de actividade da organização, a SADC ainda tem muito que trabalhar, tem desenvolvido alguns esforços no sentido de se suprirem algumas dificuldades no que diz respeito a erradicação da pobreza, a redução da taxa de mortalidade elevada derivada pelas epidemias típicas da região e por outros factores, trabalhando na prevenção e no combate do HIV-SIDA, combate a corrupção, incentivar a estabilidade política, investir mais no ensino, motivo estes que reduzirá a taxa elevada do analfabetismo e o investimento no capital humano.

Para que a organização se concretize, têm que se por em prática os projectos tais como, evoluir para uma verdadeira União Aduaneira, os projectado para que se concretize em 2010, depois para a criação de um Mercado comum único que está em vista para 2015. Para que tenha um saldo positivo em termos de uma integração consolidada, é necessário que metas importantes se cumpram, planos de se criar uma União Monetária, consequentemente a utilização efectiva de uma moeda única, sejam cumpridos até 2016 e 2020 respectivamente. Contudo, o exemplo a seguir é a experiência da União Europeia, com a criação do Euro, como moeda efectiva e única em circulação.

Bibliografia

“30 Anos da independência de Angola”, Semanário Expresso, Lisboa, edição n.º 1723 (Secção de Economia), 5 de Novembro, 2005.

African Economic Outlook-AEO. *Investimento Directo Estrangeiro, 11 de Fevereiro de 2010*. África, AEO 2010. [On-line], Disponível em <http://www.africaneconomicoutlook.org/en/outlook/growth-of-aid-to-africa/foreign-direct-investment/>. Acesso em 17 de Abril de 2010.

ÁFRICA. SADC: *Os altos e baixos de uma integração difícil*, 19 de Março de 2010. África, Correio do Patriota, 2010. [On-line], Disponível em <http://www.correiodopatriota.com/index2.php?option=com_content&do_pdf=1&id=8548>. Acesso em 1 de Abril de 2010.

ANGOLA: *Economia| Recursos Minerais*. Luanda, Angola Site Oficial da República de Angola, [On-line], Disponível em <<http://visiteangola.com/recursosminerais.htm>>. Acesso em 1 de Abril de 2010.

ANSTEE, Margaret. *Orphan of the Cold War*. London, Macmillan, 1997.

ALMEIDA, Eugénio Costa. *África, Trajectos Políticos, Religiosos e Culturais*. Lisboa. Edições Autonomia 27 Azeitão, 2004.

ANDRADE, Mário Pinto de. *A Política de Integração Regional na África Austral*. Lisboa, ISCSP- Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, 1998.

ARAÚJO, Jorge e Blakeley Amanda. *Responsabilidade Social das Empresas (CSR) no Sector Petrolífero em Angola*. Luanda, Banco Mundial, 2003.

BALASSA, Bela. *Teoria de Integração Económica*. Lisboa, Clássica editora, 1961.

Banco Mundial. *Angola: Issues and Options in the Energy Sector*. Washington: B M, 1989.

Banco Mundial. *Classificações Sobre a Facilidade de Fazer Negócios*. USA, Washington, D.C, Banco de dados do Doing Business, 2009-2010, [On-line], Disponível em http://portugues.doingbusiness.org/documents/DB10_Overview_Portuguese.pdf. Acesso em 22 de Abril de 2010.

Banco Mundial. *Business Environment Snapshots, Aggregating data, informing tour vision*. U.S.A, Banco Mundial, IFC- International Finance Corporation, 2009. [On-line], Disponível em <http://rru.worldbank.org/BESnapshots//default.aspx>. Acesso em 14 de Abril de 2010.

BENY, Eduardo. *A Geoestratégia do Petróleo*. Luanda, EP, 2000.

BARROS, Manuel Correia de. *Existe alguma possibilidade de no Golfo da Guiné se desenvolver uma política regional de petróleo?*, 3/10/2003, [On-line], Disponível em <http://library.fes.de/pdffiles/bueros/angola/hosting/upd03_04barros.pdf>. Acesso em 20 de Dezembro de 2009.

BP. *Statistical Review of World Energy*. Londres, 2009. [On-line], Disponível em <<http://www.bp.com/productlanding.do?categoryId=6929&contentId=7044622>>. Acesso em 15 de Março de 2010.

BPI. Estudos Económicos e Financeiros, Angola Março 2009. Lisboa, 2009. [On-line], Disponível em <http://www.bci.co.mz/BPI%20Relatorio%20s%20Angola%20marco%202009.pdf>. Acesso em 8 de Abril de 2010.

CAMPOS, de Armando. *África do Sul, potência regional*. Lisboa, ISCSP, 1996.

CARDOSO, Fernando Jorge. *África Austral. O Desafio do Futuro. Integração Nacional*. Lisboa, IEEI- Instituto de Estudos Estratégicos e Internacionais, 1991.

CILLIERS, Jakkie e DIETRICH, Christian. *Angola's War Economy: The Role of Oil and Diamonds*. Pretoria: Institute for Security Studies, 2000.

Contrato de Partilha de Produção. *Relatório I- Regimes Jurídico-Regulatórios e Contratuais de E &P de Petróleo e Gás Natural*. Brasil, BNDES, 31/08/2009 [On-line], Disponível em http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/export/sites/default/bndes_pt/Galerias/Arquivos/empresa/pesquisa/Relat_I-4de8.pdf, pág. 232. Acesso em 2 de Março de 2010.

CORREIA, Carla. *O NAFTA na década de 90 da parceria comercial à liderança continental*. Lisboa, ISCSP, 2005.

DE MENEZES, Bruzaca Aires. *O Petróleo no Contexto Macroeconómico (extracto da tese sobre implicações socioeconómicas da exploração do petróleo em São Tomé e Príncipe)*. Lisboa, Instituto Superior de Economia e Gestão, 2002.

DIAS, João Pedro. *História das Instituições*. Sumário desenvolvido n.º 4., 14 de Outubro de 2004. Lisboa, [On-line], Disponível em <http://joapedrodias.weblog.com.pt/arquivo/2004/10/historia_das_in_1.html>.

Acesso em 31 de Março de 2010.

DIAS, João. *Integração Económica melhora perspectivas da SADC*. Luanda, Jornal de Angola, Novembro de 2009, [On-line], Disponível em http://jornaldeangola.sapo.ao/20/0/integracao_economica_melhora_perspectivas_da_sad c. Acesso em 24 de Abril de 2010.

DILOLWA, Carlos. *Contribuição para a História Económica de Angola*. Luanda, U.E.A, 1978.

DINIZ, Francisco. *Crescimento e Desenvolvimento Económico*. Lisboa, Silábo Edições, 2006.

DRAPER, Peter, QOBO, Mzukisi. *Paper presented at the conference on multilateralising regionalism sponsored and organized by WTO-HEI, Co-organized by the centre for economic policy research (CEPR),: Rabbits caught in the head lights? Africa and the “multilateralizing regionalism paradigm”*. Geneva, Switzerland, 2007.

Economist Intelligence Unit. *Angola Country Report*. 3.º Trimestre, Luanda: E.I., 1998.

EIA. *Energy Information Administration, Independent Statistics and Analysis*. U.S.A, EIA Janeiro de 2010 [On-line], Disponível em <<http://www.eia.doe.gov/emeu/cabs/China/Oil.html>>. 21 de Fevereiro de 2010.

EIA, *Country Analysis Briefs - Angola*, Março de 2008, [On-Line], Disponível em <<http://www.eia.doe.gov/cabs/Angola/pdf.pdf>>. Acesso em 15 de Fevereiro de 2010.

EIA, *International Energy Annual, Natural Reserves Table- World Crude Oil and Natural Gas reserves*, USA, June-October, 2008, [On-line], Disponível em <<http://www.eia.doe.gov/iea/ng.html>>. Acesso em 18 de Abril de 2010.

Europa, o portal da União Europeia. *Domínios de intervenção da União Europeia-mercado interno*, 2 de Outubro de 2009. Instituições Europeias, 2009. [On-line], Disponível em < http://europa.eu/pol/singl/index_pt.htm>. Acesso em 31 de Março de 2010.

FERREIRA, Fabiana Falcoski. *Organizações Internacionais*. Brasil Uberaba/MG, Boletim de Jurídico, 12/2006, [On-line], Disponível em <<http://www.boletimjuridico.com.br/doutrina/texto.asp?id=1668>>.

Fundo Monetário Internacional. *Angola: Recent Economic Developments*, Washington, FMI. 2000.

FMI. *Global Competitiveness Report 2008-2009: The Global Competitiveness Index rankings and 2007–2008 comparisons*. USA, Washington, D.C, World Economic Forum, 2008, [On-line], Disponível em <http://www.weforum.org/pdf/gcr/2008/rankings.pdf>. Acesso em 21 de Abril de 2010.

FONTOURA, Maria e ROQUE Fátima, *Directrizes para um Programa de Transformação Económica – O caso de Angola*. Lisboa, UNL- Universidade Nova de Lisboa, 1995.

GM Notícias. *África: Crise Financeira mina objectivos de desenvolvimento do milénio*. 26/03/2010, [On-line], Disponível em <<http://www.gmnoticias.co.mz/index.php/afrika/desenvolvimento/61-desenvolvimento/1985-afrika-krise-financiera-mina-objectivos-de-desenvolvimento-do-milenio>>. Acesso em 10 de Março de 2010.

GUERRA, Henrique. *Angola. Estruturas Económicas e Classes Sócios*. Luanda, UEA, 1988.

GUERRA, Morais. *Angola – Origens da Estruturação do Sector Petrolífero*, in *Revista Energia*, n.º 65. Luanda, Color Estúdio Editora, 2003.

HLATSHWAYO, Nomile. *Membros da SADC Promover o Investimento Sustentável*. Suazilândia, Suazilândia News, 18 de Janeiro de 2010, [On-line], Disponível em http://www.swazilive.com/Swaziland_News/Swaziland_News_Stories.asp?News_id=1192. Acesso em 18 de Abril de 2010.

HOWEN, Nicholas. *Construção da Paz e Sociedade Civil em Angola: Um Papel Para a Comunidade Internacional*. Londres, Departamento para Desenvolvimento Internacional & Ministério dos Negócios Estrangeiros e da Commonwealth, 2001.

HODGES, Tony. *Angola do Afro-Estalinismo ao Capitalismo Selvagem*. Cascais Principia Editora, 2002.

JAMINE, Elísio Benedito. *Multilateralismo e Regionalismo na Ordem Económica Internacional: OMC e SAD: O Processo de Integração Regional na SADC*. II Simpósio de Pós-Graduação em Relações Internacionais do Programa ” San Tiago Dantas”, UNEP, UNICAMP e PUC/SP, São Paulo, 2009. [On-line], Disponível em <http://www.santiagodantassp.locaweb.com.br/br/arquivos/defesas/elisio.pdf>>. Acesso em 3 de Abril de 2010.

KARL, Terry L. *The Paradox of Plenty: Oil Booms and Petro-States*. Berkeley, University of California Press, 1997.

KLARE, Michael. *The New Geographic of Conflict*. Lisboa, IDN, 2001.

KUNSTLER, James H. *O fim do Petróleo. O grande Desafio do Século XXI. (2005)*. Lisboa, Editorial Bizâncio, 2006.

LEAL, Catarina M. *Segurança Energética e Reorganização Empresarial do Sector energético a nível mundial*. Lisboa, Sphera, 2007. [On-line], Disponível em http://www.dpp.pt/pages/files/Seguranca_Energetica.pdf>. Acesso em 3 de Abril de 2010.

MEDEIROS, Eduardo Raposo de. *Blocos Regionais de Integração Económica no Mundo*. Lisboa, ISCSP, 1998.

MERCAL. *Gestão e Marketing Internacional Lda*. 2007. [On-Line], Disponível em <<http://www.mercal.pt/sadc.htm>>. Acesso em 10 de Março de 2010.

MORAIS, Beatriz. *Cooperação e integração Regional da África Austral*. CEA/USP, Universidade de S. Paulo, 1998.

MURAPA, Rukudzo. *A Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (SADC): rumo à integração política e económica*. UNIMEP, Brasil, 2002. [On-line], Disponível em <<http://www.unimep.br/phpg/editora/revistaspdf/imp31art08.pdf>>. Acesso em 2 de Abril de 2010.

NGWAWI, Joseph. *Rumo a uma zona de investimento da SADC*. Harare/Zimbabué: SADC today, vol. 9 nº. 4 Outubro de 2006, [On-line], Disponível em <<http://www.sardc.net/editorial/sadctoday/portview.asp?vol=465&pubno=v9n4>>.

Acesso em 25 de Março de 2010.

OEDC. *Angola Profile*. 2007/2008. AfDB/OECD, African Economic Outlook 2008, [On-line], Disponível em: <http://www.oecd.org/dataoecd/3/49/40568599.pdf>. acesso em 12 de Março de 2010.

OUA. *Organização da Unidade Africana/Escotismo*, 05/07/2008, [On-line], Disponível em <http://portalmie.com/escoteiros/2008/07/05/oua-oau-organização-da-unidade-africana/>>. Acesso em 29 de Março de 2010.

PAULO, de Pitta e Cunha. *Integração Europeia. Estudos de Economia, Política e Direito Comunitários*. Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da moeda, Lousã, 1993.

PEREIRA, António Rodrigues José. *Quadro Cronológico de algumas Viagens e Descobrimento no séc. XV e XVI*. Lisboa, Associação Nacional de Cruzeiros, 28 de Novembro de 2001, [On-Line], Disponível em <http://www.ancruzeiros.pt/anchistoria-mar001.html>. Acesso em 19 de Abril de 2010.

PIRES, Rui Pena Pedro. *Sociologia Problemas e práticas. Uma teoria dos processos de Integração*. Oeiras, Editora Celta, Revista n. 12, art.1º, 1999.

PNUD. *Relatório de Desenvolvimento Humano*. PNUD, 2009, [On-line], Disponível em <http://hdr.undp.org/en/reports/global/hdr2009/>>. Acesso em 28 de Março de 2010.

REBELO, Jorge. *Contribuição Para a História da Indústria Petrolífera em Angola*. Lisboa, Trabalho Apresentado na Reunião da SPE-Secção de Angola, 1988.

REPÚBLICA DE ANGOLA. *Especial Cimeira SADC, Informações Gerais*. Luanda, Angola. Mirex- Ministério das Relações Exteriores, 2002, [On-line] Disponível em <http://www.mirex.gv.ao/sadc/informacaogeral.htm>>. ACESSO EM 18 DE Março de 2010.

ROCHA, Aurélia. *África Austral. O Desafio do Futuro. Integração Nacional e Integração Regional*. Lisboa, IEEI – Instituto de Estudos Estratégicos e Internacionais, 1991.

SAMUELSON, Paul, WILLIAM, D. Nordhaus. *Economia*. Lisboa, Mcgraw Hill, 1996.

SADC. *Comunidade para o Desenvolvimento da África austral*. Harare, Zimbabué, SADC, 23 de Março de 2010, [On-line], Disponível em http://pt.wikipedia.org/wiki/Comunidade_para_o_Developolvimento_da_%C3%81frica_Austral>. Acesso em 1 de Abril de 2010.

SADC- *Comunidade de Desenvolvimento da África: Negócios e Perspectivas de Investimento para 2008, comércio, indústria, finanças e investimento*. SADC, Novembro 2008, [On-line], Disponível em <http://www.sadc.int/attachment/download/file/295>. Acesso em 20 de Abril de 2010.

SADC. SADC Notícias. Harare, Zimbabué, SADC, 27/03/2010, [On-line], Disponível em <http://translate.google.it/translate?hl=ptPT&sl=en&tl=pt&u=http%3A%2F%2Fwww.sadc.int%2F>. Acesso 31 de Março de 2010.

SADC. *Os Estados da Linha da Frente e a SADC*, vol.8, nº.3. Harare, Zimbabué, SADC today, Agosto 2005, [On-line], Disponível em <http://www.sadc.net/editorial/sadctoday/portview.asp?vol=233&pubno=v8n3>. Acesso 31 de Março de 2010.

SADC. *Estados membros*. SADC, 2010. [On-line], Disponível em Manual. Zona de Comércio Livre, Crescimento, Desenvolvimento e Criação de Riquezas. Harare, Zimbabué, SADC, 2008, [On-line], Disponível em <http://www.sadc.int/>. Acesso em 31 de Março de 2010.

SADC. *Tendências do Investimento Directo Estrangeiro na África Austral*. Harare, Zimbabué, HOJE vol.9 No. 4, Outubro 2006. [On-line], Disponível em <http://www.sadc.net/editorial/sadctoday/portview.asp?vol=483&pubno=v9n4>. Acesso em 31 de Março de 2010.

SILVA, Neto António e REGO, Alberto Luís. *Teoria e Prática de Integração Económica*. Porto, Porto editora, 1984.

SHVOONG. *Blocos Económico em Desenvolvimento III: a SADC*. Lisboa, Shvoong Junho, 26 de 2007, [On-line], Disponível em <http://pt.shvoong.com/law-and-politics/international-relations/1622580-blocos-econ%C3%B4micos-em-desenvolvimento-iii/>. Acesso em 31 de Março de 2010.

SILVA, António Neto da & REGO, Alberto Luís. *Teoria e Prática da Integração Económica*. Porto, Porto Editora, 1984.

SONANGOL. *Licitação 2007/ 2008*. Luanda, Angola, Sonangol. Disponível em: www.sonangol.co.ao. Acesso em 20 de Março de 2010.

SONANGOL: *Petróleo em Angola*, 2003. Luanda, Angola, Sonangol, [On-line], Disponível em <http://www.sonangol.co.ao/corp/home_pt.shtml>; Sonangol E&P Ref. 2010, Disponível em <http://www.sonangol.co.ao/wps/portal/ep>. Acesso em 15 de Janeiro de 2010.

SOUZA, Sara. Estudos de Logistic, Comércio e meio ambiente. *O processo de integração regional no continente africano*. 16 de Janeiro de 2008. Luanda, Angola. [On-line], Disponível em <<http://internacional2008.blogspot.com/2008/06/o-processo-de-integracao-regional-no.html>>. Acesso em 31 de Março de 2010.

TAMAMES, Ramón. *Estrutura da economia internacional*, Lisboa, publicações Dom Quixote, 1972.

TAMAMES, Ramón. *Estrutura Económica Internacional*. Lisboa, Publicações Dom Quixote, 2001.

TAMAMES, Ramón. *Estrutura Económica Internacional*. Espanha, 20ª. Edição Alianza, 2003.

TPA. Investimento Chinês ocupa lugar de destaque na reconstrução em Angola. 14/Março/2009, [On-line], Disponível em <<http://www.angolaacontece.com>>. Acesso em 25 de Março de 2010.

TRINDADE, Augusto José Pereira. *Desenvolvimento Económico Integração Regional e Ajuda Externa em África*. Lisboa, ISCSP, 2006.

UOL Economia. *Angola elevará produção de petróleo para 2 milhões de barris*. 1/07/2008, [On-line], Disponível em <<http://economia.uol.com.br/ultnot/lusa/2008/07/01/ult3679u4065.jhtm>>. Acesso em 17 de Março de 2010.

VINES, Alex; WONG, Lillian; WEIMER, Markus & CAMPOS, Indira. *Thirst for African Oil, Asia National Oil Companies in Nigeria and Angola*. Londres, Chatham House Report, August 2009 [On-line], Disponível em <<http://www.chathamhouse.org.uk>>. Acesso em 9 de Março de 2010.

Walter, Luís Fernando da Costa. *Angola: O papel e Contributo do Sector dos Petróleos de Angola no Desenvolvimento Sócio-Económico do país. Desafios e Expectativas (1975-2005)*. Lisboa, ISCTE, Novembro 2007, p. 86.

ZAU, Felipe. *Ensaio sobre a língua portuguesa e as línguas africanas: a cooperação necessária para uma estratégia de desenvolvimento sustentado e endógeno em Angola*. Jornal de Angola. 21 de Outubro de 2007). Luanda. [On-line], Disponível em http://www.casafricana.net/artigos/A_LINGUA_PORTUGUESA_E_AS_LINGUAS_AFRICANAS.swf. Acesso em 15 de Fevereiro de 2010.

DOCUMENTOS OFICIAIS PUBLICADOS PELO ESTADO ANGOLANO:

Diário da República de Angola. “Estatuto Orgânico do Ministério dos Petróleos”. Série – Nº 44, de 18 de Outubro de 1996.

Diário da República de Angola. “Órgão Oficial da República de Angola, Assembleia Nacional”. I Série- Nº. 91, Lei nº. 10/04, de 12 de Novembro de 2004.

Diário da República de Angola. “ Lei 13/4, Sobre a Tributação das Actividades Petrolíferas”. I Série- Nº 103, de 24 de Dezembro de 2004.

Diário da República de Angola. “ Sobre Licenciamento Ambiental”. I Série- Nº 84, de 13 de Julho de 2007.

Diário da República de Angola. “ Lei de Terras”. I Série- Nº. 9º, DE 9 DE Novembro de 2004.

Diário da República de Angola. “ Regime Aduaneiro”. I Série- Nº 91, de 12 de Novembro de 2004.

Diário da República de Angola” Decreto 4- Aquisição da qualidade de associada da concessionária nacional”. I Série- Nº. 106, de 1 de Setembro de 2006.

Instituto Nacional de Estatística (1993), *Contas de Angola*, Luanda: INE.

Instituto Nacional de Estatística (1996a), *Perfil da Pobreza em Angola*, Luanda: INE.

Instituto Nacional de Estatística (1996b), *Perfil Estatístico Económico e Social, 1992-1999*. Luanda: INE.

Ministério da Administração Pública, Emprego e Segurança Social (1990), *Inquérito aos Recursos Humanos na Função Pública: Principais Resultados (Síntese)*, Luanda: MAPESS.

Ministério da Assistência e Reinserção Social e Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (1997), *Directório das ONGs*, Luanda: MINARS e PNUD.

Ministério da Defesa Nacional, *Relações Bilaterais Portugal/Uruguai* (2008), convenções político-estratégico.

Governo de Unidade e Reconciliação Nacional (2000), *Programa Económico e Social para o ano de 2001*, Luanda: GURN.

Ministério da Educação e Cultura (2001), *Caracterização Actual do Sistema de Educação e Ensino*, Ondjiva: MEC.

Ministério das Finanças (2004), *Avaliação do Sector Petrolífero de Angola*, Luanda: MINFIN.

Ministério das Finanças (2005), *Avaliação do Sector Petrolífero de Angola*, Luanda: MINFIN.

Governo de Unidade e Reconciliação Nacional (2004), *Programa Geral do Governo para o Biénio 2005-2006*, Luanda: GURN.

Governo de Unidade e Reconciliação Nacional (2006), *Programa Geral do Governo: Extensão para o Biénio 2007-2008*, Luanda: GURN.

Governo de Unidade e Reconciliação Nacional e Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (2005), *Angola – Objectivos do Desenvolvimento do Milénio 2005*, Luanda: GURN e PNUD.

Ministério da Defesa Nacional, *Relações Bilaterais Portugal/Uruguai, Angola Energy Data, Statistics Analysis. Oil, Gás, Electricity, Coal*, 2008.

